

UNIVERSIDADE FEDERAL PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

JOÃO RAFAEL GOMES DE MORAIS

FETAPE, AÇÕES COLETIVAS E NATUREZA: a questão do bioma caatinga de clima
semiárido em Pernambuco

Recife
2020

JOÃO RAFAEL GOMES DE MORAIS

FETAPE, AÇÕES COLETIVAS E NATUREZA: a questão do bioma caatinga de clima
semiárido em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade Federal
de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre
em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

M827f Morais, João Rafael Gomes de.

FETAPE, ações coletivas e natureza : a questão do bioma caatinga de
clima semiárido em Pernambuco / João Rafael Gomes de Morais. – 2020.
174 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Meio ambiente. 3. Caatinga. 4. Ação coletiva. 5.
Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras
Famíliares do Estado de Pernambuco. I. Ramalho, Cristiano Wellington
Noberto (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-069)

JOÃO RAFAEL GOMES DE MORAIS

FETAPE, AÇÕES COLETIVAS E NATUREZA: a questão do bioma caatinga de clima
semiárido em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado: 12 / 02 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Lins e Silva Pires (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^ª Dr.^ª Andreia Patrícia dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco / FACEPE

AGRADECIMENTOS

Corroborando com a visão do Prof. Cristiano Ramalho que em sua tese de doutorado nos agradecimentos colocou que uma pesquisa acadêmica se assemelha a uma rede de pesca, pois ambas são um produto feito a várias mãos, torna-se inevitável agradecer ao conjunto de pessoas que contribuíram para que esse estudo pudesse ser realizado. Primeiro gostaria de agradecer ao meu filho, Cauê Gabriel, que em sua condição de autista tem me ensinado a ser um ser humano mais humano - não posso deixar de registrar que ele é meu grande professor. Agradeço à minha mãe, Ana Lúcia, que com todos seus erros e acertos me ensinou o que é a palavra compromisso. Agradeço à Luiz Fernando Gomes Magalhães pelas leituras realizadas e as sugestões dadas a esta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Cristiano Ramalho, que com dedicação, paciência, sabedoria, disponibilidade e gentileza foi meu mestre nessa embarcação chamada pesquisa. Me sinto feliz e grato por ter o conhecido e ter sido seu orientando.

Agradeço também ao conjunto de professores/as que tive a oportunidade de conhecer no decorrer das disciplinas obrigatórias e eletivas que cursei no mestrado, busquei aproveitar ao máximo o aprendizado que tive com eles/as neste estudo. Faço questão de listar seus nomes e as respectivas disciplinas, a saber: Prof. José Luiz Ratton na disciplina de Teorias Sociológicas I; a Prof.^a Eliane da Fonte na Disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa Social I; a Prof.^a Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e o Prof. Ludovic Aubin que lecionaram conjuntamente a disciplina de Sociologia da Agricultura; a Prof.^a Silke Weber que coordenou os trabalhos no Seminário de Sociologia; o Prof. Jorge Ventura de Moraes na disciplina de Métodos e Técnicas em Pesquisa Qualitativa; o Prof. Francisco Jatobá na disciplina de Métodos e Técnicas em Pesquisa Quantitativa; a Prof.^a Maria Luiza Lins e Silva Pires e o Prof. Cristiano Ramalho que lecionaram conjuntamente a disciplina de Sociologia Rural. Essa longa e desafiante jornada forneceu inúmeras reflexões e referências bibliográficas que permeiam este estudo.

Agradeço ao corpo administrativo e os/as estagiários/as do PPGS/UFPE que sempre me atenderam com atenção e presteza. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro.

Agradeço aos inúmeros/as agricultores/as familiares, quilombolas, assentados/as da reforma agrária, entre outras populações do campo, que ao longo de mais de 10 anos de experiência com trabalhos de assistência técnica e extensão rural cruzaram meu caminho e tanto me ensinaram.

“Transcender o mundo é precisamente não sobrevoá-lo, é comprometer-se nele para dele emergir, é necessariamente fazer-se ser esta perspectiva de transcendência.” (SARTRE, 2011, p. 201)

RESUMO

O bioma caatinga de clima semiárido abriga uma parcela significativa dos estabelecimentos da agricultura familiar do país (IBGE, 2006, 2017), no entanto, seus recursos naturais já foram degradados quase pela metade (IBGE, 2015). Esse percentual varia entre os Estados do Nordeste circunscritos no bioma. Pernambuco, por exemplo, possui 83% de sua área territorial coberta pela caatinga (IBGE, 2004), porém, mais de 56% dessa área já foi desmatada (IBGE, 2015). De alguma forma esses dados denotam que a constituição do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC-PE) em 2009 pelo Governo do Estado de Pernambuco não conseguiu reverter a tendência de desmatamento da caatinga. Considerando a densidade da agricultura familiar e o quadro de desflorestamento em curso no bioma, nos interessa saber como um dos mais importantes organismos de representação da categoria em Pernambuco, a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), está interpretando e atuando dentro desse contexto. Por esse motivo, torna-se relevante compreender como esse movimento sindical de Pernambuco vem incorporando em seu repertório de reivindicações e lutas as questões relacionadas ao meio ambiente. O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com a política estadual de unidades de conservação no período de 2009 a 2018. A pesquisa se apoiou em procedimentos metodológicos qualitativos, como a análise documental, entrevistas estruturadas, análise de conteúdo e observação participante. A investigação demonstrou que a ecologização das ações coletivas da FETAPE está em curso. Essa dinâmica possui um conjunto de limitações e desafios. Mesmo que esse processo possa ser considerado incipiente, protocolar, em alguns casos, até acessório, isso não exclui o fato que as questões ambientais relacionadas ao bioma caatinga de clima semiárido permeia a agenda da organização. Os temas mais presentes nas ações ecológicas da FETAPE voltadas ao bioma caatinga são relacionados ao combate do uso abusivo de agrotóxicos, a promoção da agroecologia, a constituição de bancos de sementes e a construção de estratégias de convivência com o semiárido (recursos hídricos). O envolvimento e a mobilização do movimento no entorno do SEUC-PE ainda é baixo, essa política está presente na agenda da organização por causa do conflito gerado pela criação do Refúgio da Vida Silvestre (RVS) Tatu-Bola.

Palavras-Chave: Ações Coletivas. Ecologização. FETAPE. Unidades de Conservação. Bioma Caatinga.

ABSTRACT

The Caatinga biome of semiarid climate is home to a significant portion of the country's family farms (IBGE, 2006; 2017), however, its natural resources have already been degraded almost through the half (IBGE, 2015). This percentage varies among the northeast states circumscribed in the biome. Pernambuco, for example, has 83% of its territorial area covered by caatinga (IBGE, 2004), however, over 56% of this area has already been deforested (IBGE, 2015). Somehow these data show that the establishment of the Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC-PE) in 2009 by Government of the State of Pernambuco did not manage alone to reverse the trend of deforestation in the caatinga. Considering the density of family farming and the ongoing deforestation scenario in the biome, we are interested to know as one of the most important representative organisms of the category in Pernambuco, the Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), is interpreting and acting within this context. For this reason, it becomes relevant to understand how this union movement in Pernambuco has been incorporating in its repertoire of claims and struggles the issues related to the environment. The objective of this research is to understand the process of greening the collective actions of FETAPE aimed at the caatinga biome and its possible relations with the state policy of protected areas in the period from 2009 to 2018. The research was based on qualitative methodological procedures, such as documentary analysis, structured interviews, content analysis and participant observation. The research has shown that the greening of FETAPE's collective actions is ongoing, this dynamic has a set of limitations and challenges. Even though this process may be considered incipient, in some cases even protocolary, this does not exclude the fact that the environmental issues related to the Caatinga biome of semiarid climate permeate the organization's agenda. The most common themes in FETAPE's ecological actions focused on the Caatinga biome are related to combating the abuse of pesticides, the promotion of agroecology, the establishment of seed banks and the construction of strategies for living with the semiarid (water resources). The involvement and mobilization of the movement around SEUC-PE is still low, this policy is present on the organization's agenda because of the conflict generated by the creation of the Tatu-Bola Wildlife Refuge (RVS).

Keywords: Collective Actions. Greening. FETAPE. Conservation Units. Caatinga Biome.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entidades que compõem o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) do Ministério do Meio Ambiente.....	59
Tabela 2 - Categorias de áreas protegidas sistematizadas pela UICN.....	68
Tabela 3 - Categorias de áreas protegidas instituídas pelo SNUC 2000.....	77
Tabela 4 - UC's criados pelo Governo Federal no Bioma Caatinga.....	87
Tabela 5 - UC's criados pelo Governo do Estado de Pernambuco no Bioma Caatinga.....	90
Tabela 6 - Propostas GTP: Proteção Ambiental e Reflorestamento.....	115
Tabela 7 - Propostas GTP: Combate ao Uso de Agrotóxicos.....	119
Tabela 8 - Propostas GTP: Acesso e Armazenamento de Recursos Hídricos.....	122
Tabela 9 - Propostas GTP: Promoção da Agroecologia.....	126
Tabela 1 - Propostas GTP: Políticas Públicas.....	129
Tabela 11 - Propostas GTP: Educação e Pesquisa.....	134
Tabela 12 - Propostas da FETAPE e Parceiros para Convivência com o Semiárido	143

LISTA DE SIGLAS

ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APPN	Associação Paulista de Proteção Natural
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASA	Articulação do Semiárido
ASD	Áreas Suscetíveis a Desertificação
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas
CECPA	Comissão Estadual de Controle da Poluição das Águas
CEPAN	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste
CNEA	Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas
CONABIO	Comissão Nacional de Biodiversidade
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA	Comissão Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CONTAR	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais
CONTRAF	Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

ESEC	Estações Ecológicas
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
EUA	Estados Unidos da América
FEMA	Fundo Estadual de Meio Ambiente
FETAPEPE	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul
FIDA	Fundo de Internacional de Desenvolvimento da Agricultura
FTRP	Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural
FURB	Reserva de Floresta Urbana
GTB	Grito da Terra Brasil
GTP	Grito da Terra Pernambuco
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
ITERPE	Instituto de Terras de Pernambuco
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MAPE	Movimento Arte e Pensamento Ecológico
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MONA	Monumento Natural
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
OGU	Orçamento Geral da União
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PRA	Programa de Recuperação Ambiental
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Fortalecimento dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PV	Partido Verde
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
RL	Reserva Legal
RPNN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
RVS	Refúgio da Vida Silvestre

SAF	Sistemas Agroflorestais
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SECTMA	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco
SEUC-PE	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza de Pernambuco
SFB	Serviço Florestal do Brasil
SISAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCP	Teoria do Confronto Político
TMP	Teoria da Mobilização Política
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPR	Teoria da Privação Relativa
TTE	Teoria da Tensão Estrutural
UC	Unidades de Conservação da Natureza
UICN	União Internacional de Proteção para Conservação da Natureza
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Metodologia.....	21
2	MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E O MEIO AMBIENTE.....	24
2.1	A teoria social e os movimentos sociais.....	24
2.2	A gênese e o percurso dos movimentos sociais rurais no Brasil.....	35
2.3	A dinâmica de ecologização das ações coletivas dos movimentos sociais do campo.....	46
3	BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E O BIOMA CAATINGA....	62
3.1	A constituição de áreas protegidas como estratégia de proteção da biodiversidade: O debate e as influências internacionais.....	62
3.2	A política de áreas protegidas no Brasil e no Estado de Pernambuco: histórico, concepções e a realidade.....	72
3.3	O Bioma Caatinga: Características gerais e sua realidade no Estado de Pernambuco.....	82
4	ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NO MEIO RURAL PERNAMBUCANO: TRAJETÓRIA, AÇÕES COLETIVAS E MEIO AMBIENTE.....	94
4.1	A história do sindicalismo rural e suas influências no delineamento das ações coletivas: O caso da FETAPE.....	94
4.2	Movimento sindical rural pernambucano e meio ambiente: perspectivas e possibilidades.....	104
5	A ECOLOGIZAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS DA FETAPE PARA O BIOMA CAATINGA E SUAS RELAÇÕES COM AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS.....	112
5.1	A concepção de proteção ambiental contida nas Pautas do Grito da Terra Pernambuco.....	112
5.2	As concepções e proposições para o bioma caatinga contidas nas diretrizes de convivência com o semiárido da sociedade civil pernambucana.....	139
5.3	A questão ambiental do Bioma Caatinga e política estadual de unidades de conservação: A percepção dos dirigentes.....	150
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163



1 INTRODUÇÃO

Conforme dados do último censo agropecuário (IBGE, 2017) o Brasil possui 5.073.324 de estabelecimentos rurais, 76,82% desses estabelecimentos estão em posse do regime familiar de produção. Entretanto, 53,86% destes imóveis rurais estão enquadrados na faixa de renda mais baixa. A agricultura familiar no Nordeste representa 36,24% do montante geral de estabelecimentos do país, porém, a grande maioria (28,51%) estão circunscritos no semiárido. É relevante sublinhar que essa região se entrelaça e se confunde com a própria área do bioma caatinga, porém é fato que o plano climático é mais elástico do que o plano vegetativo. É importante destacar também que dos 2.732.790 estabelecimentos enquadrados na faixa de renda mais baixa, cerca de 47,63% deles estão circunscritos no clima de semiaridez. Além da concentração fundiária que ainda persiste, essa mesma região abriga o maior contingente de agricultores familiares sem-terra para produzir, representando 31,84% do contingente total do país.

Os dados evidenciam que a maior parte dos estabelecimentos rurais em posse da agricultura familiar no Nordeste estão circunscritos no bioma caatinga de clima semiárido (IBGE, 2006; 2017). Entre os biomas extra-amazônicos, a Caatinga é o quarto bioma mais desmatado, restando apenas 54% de sua vegetação natural (IBGE, 2015). As ações antrópicas (indústrias, produção agrícola e pecuária moderna e tradicional, desflorestamento, queimada) vêm pressionando a caatinga acima de sua capacidade de resiliência, prejudicando, assim, as condições ambientais de sobrevivência dos vegetais, animais e das comunidades humanas que coabitam o bioma. Entre as populações mais afetadas neste processo estão as comunidades rurais e tradicionais que ocupam massivamente a região, desenvolvendo atividades agropecuárias de modo tradicional, utilizando majoritariamente a força de trabalho familiar.

A degradação ambiental do bioma varia de Estado para Estado. Conforme dados da pesquisa Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2015), das dez unidades da federação circunscritas no bioma caatinga, seis já desmataram de suas respectivas áreas para além da média geral do bioma (46,6%). Em primeiro lugar encontra-se o estado de Alagoas (82,6%), seguido por Sergipe (68,5%), Pernambuco (54,9%), Bahia (53,3%), Minas Gerais (52,5%) e Rio Grande do Norte (46,9%). O bioma Caatinga é região semiárida mais povoada do mundo, ocupando quase 10% do território nacional (IBGE, 2004), a oscilação anual da precipitação das chuvas varia de um pouco menos de 300mm até um pouco mais de 1000mm, todavia, a evapotranspiração é mais intensa que as chuvas, oscilando entre 1500mm a 2000mm, configurando um déficit hídrico que gera o clima de semiaridez (SAMPAIO, 2010).

Em função das adversidades climáticas, associadas a outros fatores históricos, geográficos e políticos que remontam centenas de anos faz com que esse pedaço territorial abrigue a parcela mais pobre da população brasileira com ocorrência de graves problemas sociais, econômicos e ambientais.

Os efeitos do entrelaçamento desses fatores podem ser observados no Estado de Pernambuco. 83% de sua área territorial é coberta pela Caatinga (IBGE, 2004), no entanto, restam apenas 45,1% dessa vegetação (IBGE, 2015). É importante ressaltar que esse quadro de desflorestamento tem avançado mesmo após o Estado, em 8 de junho de 2009, ter promulgado a Lei N° 13.787, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC-PE) em consonância com a Lei Federal N° 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ambas as legislações definem as unidades de conservação como um dos mecanismos legalmente disponíveis para o combate a degradação ambiental e conservação da biodiversidade.

As Unidades de Conservação (UC) são consideradas como um dos principais mecanismos de proteção ambiental. Tal forma de salvaguarda da natureza é produto de um amplo debate internacional que terminou por influenciar ambas as legislações acima citadas. Porém, esse formato de protetivo é concebido de maneira distinta por preservacionistas e socioambientalistas. Os primeiros consideram que a natureza precisa estar intocada da presença humana para que ocorram os processos de recomposição e preservação ambiental. Os segundos, consideram que “os grupos indígenas e camponeses têm coevolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade” (ALIER, 2017, p. 34). Os socioambientalistas consideram que são os saberes resultantes dessa coevolução, entre humanos e natureza, que permitem a conservação e o equilíbrio entre ambos, ou seja, uma etnoconservação (DIEGUES, 2000a; 2000b).

Entretanto, nos órgãos de controle ambiental de inúmeros países, assim como dos estados brasileiros, têm prevalecido a abordagem protetiva preservacionista, fato esse que tem causado um conjunto de conflitos sociais entre as comunidades (rurais e tradicionais) e os governos. O litígio quase sempre está relacionado a reivindicação das populações rurais e tradicionais pelo seu direito de uso dos recursos naturais e de sua permanência nos locais onde o poder governamental institui as UCs.

A legislação brasileira (SNUC) e a estadual (SEUC-PE) buscaram contemplar as duas concepções de proteção da natureza (preservacionista e socioambientalistas). Desta forma, definiram que as UCs teriam duas modalidades, as de proteção integral e as de uso

sustentável¹. A descentralização na implementação do SNUC, que resultou no SEUC-PE, foi outra estratégia adotada pela União e que visou promover a constituição de UCs mais adequadas à realidade de cada unidade federativa, conforme suas particularidades populacionais e ambientais. A constituição desses equipamentos protetivos nos biomas brasileiros não ocorreu (nem ocorre) de maneira uniforme ou proporcional. Essa estratégia de salvaguarda da natureza foi instituída no bioma amazônico de forma mais extensiva e intensiva, contudo, no bioma caatinga esses equipamentos estão presentes ainda de forma incipiente e precária, como demonstra o estudo realizado por Freire *et al.* (2018).

Em Pernambuco, por exemplo, todas as cinco UCs estaduais constituídas no bioma caatinga por iniciativa do poder público estadual através do SEUC-PE² são de proteção integral, replicando assim uma abordagem preservacionista da proteção da natureza que é historicamente hegemônica no País há décadas (DIEGUES, 2000a). Essa perspectiva além de não considerar, na maioria das vezes, os interesses das populações locais, não tem conseguido atingir seus objetivos, como demonstrado por pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

Frente a esse quadro agrário e ambiental tão particular e desafiador, interessa-nos saber – em termos de objetivo - como uma das principais entidades sindicais que representam a agricultura familiar no Estado de Pernambuco está incorporando e manifestando através de suas ações coletivas as questões referentes a proteção do bioma caatinga. Para além das particularidades ambientais do próprio bioma, existe a particularidade social, a saber, a caatinga é a área vegetativa do país que mais possui estabelecimentos rurais em posse da agricultura familiar. Considerado essa densidade e representatividade dessa categoria social no bioma, torna-se fundamental buscar compreender como os organismos sindicais que representam os interesses da categoria compreendem e atuam dentro desse contexto.

¹ A legislação Federal (Lei Federal Nº 9.985) e a do Estado de Pernambuco (Lei Estadual Nº 13.787) ambas regulamentaram duas modalidades de unidades de conservação. As de proteção integral têm o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei. Dentro dessa modalidade, uso indireto é definido como sendo aquele o qual a obtenção de serviços e benefícios da natureza pelo homem se dá sem apropriação e/ou consumo dos recursos naturais (fins educacionais, pesquisa e turismo). Por outro lado, as unidades de uso sustentável têm o objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Nesse modelo de preservação uso direto é definido como sendo aquele o qual a obtenção de serviços e benefícios da natureza pelo homem se dá com apropriação e/ou consumo dos recursos naturais. No entanto, o uso direto está condicionado ao manejo sustentável, ou seja, explorar o ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

² Esse cálculo não leva em consideração as 03 (três) Reservas Particulares de Proteção da Natureza (RPPNs) registradas no SEUC-PE, a prerrogativa de constituição e gestão dessas unidades é de particulares, a União e os Estados apenas estabelecem as diretrizes e “monitoram” esses espaços. Outro dado importante é que o uso direto dos recursos naturais não é permitido nas RPPNs.

Esses dados evidenciam o papel e a importância política da agricultura familiar para preservação e conservação da caatinga por intermédio de suas organizações coletivas. Buscando investigar esse fenômeno, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) vem ecologizando suas ações coletivas voltadas ao bioma caatinga, buscando possíveis relações com a política estadual de unidades de conservação, tomando como referência o período de 2009 a 2018. Para tanto, o estudo buscará atingir os seguintes objetivos específicos: a) analisar a política ambiental de unidades de conservação do Estado de Pernambuco e seus respectivos desdobramentos para o bioma caatinga no período de 2009 a 2018; b) Investigar as pautas de reivindicação da FETAPE buscando compreender como a instituição formula a questão ambiental do bioma caatinga e suas possíveis relações com as unidades da conservação da natureza; c) Compreender como os/as dirigentes da FETAPE incorporam a dimensão ambiental nas ações coletivas da instituição voltadas ao bioma caatinga.

O presente estudo considera o mencionado marco temporal (2009-2018) como valioso para a abordagem sociológica, especialmente por ele combinar a atuação do movimento camponês pernambucano através da organização do Grito da Terra Pernambuco (GTP), a constituição e implantação da política estadual de unidades de conservação da natureza do estado de Pernambuco (SEUC-PE) e o avanço da degradação ambiental na caatinga. O recorte espacial adotado pela pesquisa contribui, também, para um exame mais apurado sobre as concepções e as práticas sociais tanto do poder público estadual quanto do movimento sindical que representa a agricultura familiar dentro dessa conjuntura e cenário.

A pesquisa apoiou-se em procedimentos metodológicos qualitativos, como a análise documental, entrevistas estruturadas e análise de conteúdo, sendo permeado com reflexões baseadas nas observações *in loco* realizadas no campo de estudo.

De antemão, consideramos relevante fazer duas considerações sobre a investigação, uma é em relação ao sujeito da pesquisa e a outra é em relação aos instrumentos conceituais de análise. No que se refere ao sujeito, a escolha da FETAPE justifica-se por sua relevância e protagonismo no cenário estadual e nacional nas lutas das populações do campo. Dos 184 municípios de Pernambuco a FETAPE está presente, por intermédio de seus sindicatos vinculados, em 174 municípios do estado. Grande parte desses sindicatos estão circunscritos no bioma caatinga de clima semiárido. Essa capilaridade institucional da FETAPE faz com que a organização seja um catalisador de demandas e possua informações relevantes para compreensão do objeto de estudo.

No que se refere à estratégia analítica, a presente pesquisa privilegia o uso de dois conceitos para interpretar o objeto de estudo. Um deles é o conceito de ação coletiva, compreendido aqui como um fenômeno que traz mudanças nas estruturas sociais em termos de bem coletivo através da inversão dos interesses particulares e/ou sociais em iniciativas de maior amplitude (ARAÚJO, 2006). O outro conceito é o de ecologização, compreendido - nesta pesquisa - como um conjunto de manifestações dos mais diferentes atores sociais, nos quais se amplia a consciência e/ou se orientam suas práticas sociais a maiores graus de incorporação da dimensão ecológica (SILVA, 2014). Por intermédio dessas duas chaves analíticas buscamos examinar o processo de formulação, incorporação e atuação da FETAPE nas questões relacionadas ao bioma caatinga de clima semiárido e suas possíveis relações com a política estadual de unidades de conservação.

Por intermédio destes instrumentos teóricos buscamos responder aos seguintes questionamentos: Existe ou não um processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE voltadas para Caatinga? Havendo esse processo, quais são suas características? Essa agenda/pauta é importante para eles? Tem caráter central ou periférico em suas demandas e ações? Como a FETAPE observa e reage a ação pública estadual pautada unicamente na constituição de UCs de proteção integral no bioma Caatinga?

O presente estudo trabalha com a hipótese de que a concepção implementada pelo SEUC-PE na Caatinga ainda é refém do mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2000a), pois, mesmo atuando num bioma densamente povoado, o SEUC não constituiu nenhuma UC de uso sustentável, o que tem levado a FETAPE a ter, por um lado, um distanciamento dos debates dessa questão e, por outro, uma negação dessa política ambiental por entendê-la como negadora de seus direitos e limitadoras da reprodução do modo de vida camponês. Mesmo que esteja em curso um processo de ecologização das ações coletivas por parte da instituição voltada ao bioma caatinga, ela não inclui a constituição de unidades de conservação de uso sustentável como um dos mecanismos de enfrentamento desse contexto.

Ademais, a pesquisa privilegia a análise sobre as ações coletivas da FETAPE (e seu respectivo nível de ecologização) por compreender que dentre as organizações camponesas existentes em Pernambuco, ela é a entidade com maior capilaridade nos municípios do estado. Desde a década de 1980 e 1990 a organização vem se envolvendo com questões relacionadas a convivência com o semiárido, e mais recentemente, com as questões do bioma caatinga. Soma-se a isso a sua importância estadual e nacional na organização camponesa em seus quase sessenta de história. Por esses motivos elegemos a FETAPE como sujeito desta pesquisa.

Como forma de cumprir as questões formuladas acima, a dissertação foi dividida em quatro capítulos, cada qual respondendo a objetivos específicos, que refletem as questões gerais desta dissertação.

Assim, no “Capítulo I” fazemos uma discussão sobre os marcos teóricos e metodológicos elaborados pelas ciências sociais sobre o tema dos movimentos sociais no Brasil, buscando compreender concomitantemente, os processos históricos, sociais, econômicos e políticos que influenciaram e forjaram a organização e as lutas dos movimentos sociais rurais em nosso país. Desta forma, objetiva-se entender como se deu o processo de formação do movimento ambientalista brasileiro e, como este, tem influenciado e permeado as ações coletivas rurais, através das reivindicações e repertórios de lutas.

No “Capítulo II” o enfoque é dado na trajetória da estratégia de proteção da biodiversidade mais utilizada por inúmeros países no mundo, que é a constituição UCs, entendendo seus rebatimentos e transformações no Brasil e seu respectivo processo de institucionalização pelo governo brasileiro (federal e estadual) por meio de políticas públicas. Nesse mesmo capítulo buscaremos compreender as particularidades ambientais do bioma caatinga do ponto de vista regional e sua realidade no Estado de Pernambuco, além de observar as medidas adotadas pelo SEUC-PE para sua preservação.

No “Capítulo III” procuramos analisar os fatores históricos e políticos relacionados à organização social camponesa no meio rural de Pernambuco que contribuíram para constituição da FETAPE e, conseqüentemente, para a formatação da ação sindical (coletiva) adotada pela instituição. Além disso, buscamos compreender como a produção acadêmica tem interpretado o processo de incorporação e reinterpretação da pauta ambiental por esta instituição, a confrontando com os dados levantados por essa pesquisa.

No “Capítulo IV” apresentamos o resultado da coleta de dados efetuada por intermédio da análise documental das pautas do Grito da Terra Pernambuco (GTP) produzidas entre os anos de 2009 a 2018, bem como, das entrevistas realizadas junto aos dirigentes da instituição. Através desses meios buscaremos refletir como a FETAPE vem construindo sua concepção de proteção dos recursos naturais, principalmente aquelas relacionadas as questões ambientais do bioma caatinga, buscando identificar possíveis relações com as unidades de conservação estaduais na região.

1.1 Metodologia

Neste momento apresentaremos algumas justificativas e explicações em relação às escolhas metodológicas e os instrumentos de coleta de dados utilizados por esta investigação sociológica.

A adoção da pesquisa qualitativa advém da própria especificidade do objeto de pesquisa que almeja analisar o processo de ecologização das ações coletivas da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com a política estadual de unidades de conservação no período de 2009 a 2018. Nesse sentido, os caminhos metodológicos devem, num primeiro momento, permitir que possamos desvelar a criação e transformação das ações coletivas FETAPE ao longo de sua história, e num segundo momento, que possamos entender a perspectiva dos agentes (dirigentes) da organização que estão mais diretamente envolvidos com o tema meio ambiente e – mais especificamente - o bioma caatinga.

Desta forma, partimos do princípio de que a abordagem qualitativa é a mais adequada para análise do fenômeno. Segundo Flick (2004, p. 20), este método é o mais apropriado para compreender as perspectivas dos atores envolvidos e sua diversidade, além de possibilitar uma maior reflexividade para o pesquisador e da própria pesquisa, principalmente pelo fato do mesmo buscar superar o dilema clássico das ciências sociais, a dicotomia entre o coletivismo e o individualismo metodológico (PRATES, PAIXAO, FREITAS, 1991).

Para tanto, guiamo-nos pelos procedimentos abaixo indicados:

1. Análise dos “documentos de comunicação de massa” (GIL, 1989, p. 162) produzidos pela FETAPE no período de 2009 a 2018 em decorrência de suas lutas e reivindicações, onde buscamos compreender a dimensão institucional (estrutural) do fenômeno. Nesta etapa foram analisados os seguintes documentos: a) as pautas do Grito da Terra Pernambuco (GTP) dos anos de 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017; b) o documento publicado em 2013 denominado - Diretrizes Para a Convivência com o Semiárido: Uma contribuição da Sociedade Civil para a construção de Políticas Públicas; c) a Revista publicada em 2006 em comemoração dos 40 (quarenta) anos de constituição da FETAPE que ocorrera em 2002; e d) a Revista publicada em 2012 em comemoração dos 50 (cinquenta) anos de constituição da FETAPE. É importante destacar um elemento comum a todos esses documentos, todos eles estão disponíveis no sitio eletrônico da instituição. Privilegiamos a análise de documentos amplamente divulgados pela organização sindical no qual retrata a sua

história e suas bandeiras de luta e reivindicações. Esses artefatos escritos visam divulgar amplamente as ações da entidade para sociedade como um todo, por isso denominamos esses registros – nesta pesquisa – como “documentos de comunicação em massa”, por se tratar de um esforço institucional de divulgação massiva de sua história, ideias e ações. Essa etapa da pesquisa teve início do mês de junho de 2018 com término em setembro de 2019.

2. Por outro lado, buscamos compreender a dimensão dos agentes (dirigentes) e suas motivações através da realização das entrevistas semiestruturadas. Por meio desse instrumento de coleta de dados buscamos compreender como os /as dirigentes da FETAPE incorporam a dimensão ambiental nas ações coletivas da instituição voltadas ao bioma caatinga. Nesta parte da pesquisa foram entrevistadas/os três dirigentes (duas mulheres e um homem) que atuam mais diretamente com a temática ambiental e do bioma caatinga dentro da instituição. Para Poupart (2012) a entrevista possui duas vantagens que validam sua utilização no plano metodológico. Primeiro, a entrevista seria um meio eficaz de “coletar informações” sobre estruturas e o funcionamento de um grupo, uma instituição, ou até mesmo de uma formação social determinada. Os “informantes” agem como interpretes, apresentando diferentes reconstruções parciais e parcelares da realidade. A segunda contribuição desta técnica reside na capacidade expressar o ponto de vista dos atores estudados. É importante destacar que as entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2019 e os entrevistados autorizaram a utilização de seus respectivos nomes nesta pesquisa.

Ao utilizarmos esses dois meios de coleta de dados buscamos considerar, confrontar e “tensionar” as informações colhidas a luz dessas duas abordagens (coletivismo e o individualismo metodológico) de estudo das manifestações sociais. Não posso deixar de registrar que a pesquisa também possui informações e reflexões oriundas da observação realizada pelo pesquisador no campo de estudo. Esse método foi utilizado de forma complementar, não tendo papel central no estudo.

As informações coletadas através da observação são provenientes de mais de 10 (dez) anos em que o pesquisador prestou serviços técnicos e políticos para a própria FETAPE e entidades parceiras que orbitavam o universo do sindicalismo rural pernambucano. É impossível não considerar que tanto o problema proposto por esse estudo quanto algumas reflexões contidas nesse documento são produtos dessa jornada. A observação como técnica de coleta de dados possibilita que os fatos sejam percebidos diretamente, “sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida” (GIL, 1989, p. 104-105). Esse processo de observação participante teve início em janeiro de 2008 com término em agosto de 2019.

Por fim, é importante ressaltar que os dados coletados foram tratados e analisados a partir dos seguintes métodos:

1. As informações oriundas da pesquisa documental foram escrutinadas a luz da análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Por meio desta técnica apreciamos os contextos semânticos e interpretações contidas dos termos *meio ambiente*, *bioma caatinga*, *semiárido*, *biodiversidade*, *proteção*, *preservação*, *conservação* e *unidades de conservação* nos documentos produzidos pelo movimento camponês no período de 2008 a 2019. O esforço analítico orbitou na identificação de frequências (ou não), e no emprego de conceitos correlatos ou substitutivos, e principalmente, no contexto narrativo em que esses termos são empregados.

2. Os dados oriundos das entrevistas estruturadas foram analisados por intermédio do método comparativo, buscando convergências, divergências, particularidades e disparidades em relação as concepções de meio ambiente, bioma caatinga e ações coletivas da FETAPE entre os dirigentes da entidade diretamente relacionados ao escopo do estudo. Conclusos esses procedimentos buscamos inferir a concepção e nível de ecologização das ações coletivas da FETAPE voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com a política estadual de unidades de conservação da natureza.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E O MEIO AMBIENTE

Neste capítulo estudaremos como os movimentos sociais rurais estão incluindo a dimensão ecológica em suas ações coletivas, desta forma, buscaremos compreender como a questão ambiental está sendo (re)interpretada nas reivindicações e nos repertórios de lutas desses movimentos, possibilitando assim uma compreensão mais apurada sobre o processo de ecologização das ações coletivas da própria FETAPE.

Para conferir maior clareza às nossas escolhas sociológicas aprofundaremos-nos em três pontos específicos neste capítulo que estão articulados entre si. O primeiro refere-se aos marcos teóricos e metodológicos elaborados pelas ciências sociais sobre o tema dos movimentos sociais no Brasil. O segundo ponto refere-se aos processos históricos, sociais, econômicos e políticos que influenciaram e forjaram a organização e as lutas dos movimentos sociais rurais em nosso país. Por último, objetiva-se entender como se deu o processo de formação do movimento ambientalista brasileiro e como este tem influenciado e permeado as ações coletivas rurais.

2.1 A teoria social e os movimentos sociais

A Sociologia tem como objetivo estudar a vida social, investigando as relações sociais entre diferentes grupos, movimentos e instituições que compõem o tecido societário, considerando suas conexões, conflitos, permanências e transformações. Busca desta forma compreender as interações, dinâmicas, conflitos e funcionamento dos grupos sociais, formulando teorias para isso, e algumas delas versam sobre a ação coletiva.

Porém, a formulação de tais teorias precisa encarar a questão da unidade de análise que orbita nas ciências sociais, entre a dicotomia do coletivismo e individualismo, agência e estrutura. A primeira estratégia analítica parte do pressuposto que a totalidade é maior que a soma das partes, ao considerar que os sistemas e as estruturas sociais têm propriedades que independem da vontade ou da orientação de seus componentes individuais. Karl Marx e Émile Durkheim são representantes deste modelo interpretativo do social. Já o individualismo metodológico, considera que os fenômenos coletivos são produzidos por pessoas. Tais fenômenos devem ser explicados por meio de situações, crenças e orientações que esses indivíduos atribuem a ação. Nessa perspectiva a ação coletiva é orientada por aspectos subjetivos dos sujeitos, essa corrente tem como maior representante, na sociologia clássica, Max Weber (PRATES, PAIXAO, FREITAS, 1991, p. 22-23).

De certa maneira, essas abordagens permeiam o quadro analítico das ações coletivas, e consequentemente, influenciam as interpretações sobre os movimentos sociais. Para Araújo (2006, p. 2) a ação coletiva é um fenômeno capaz de trazer mudanças as estruturas sociais em termos de bem coletivo, remetendo-se a existência de classes, de categorias, movimentos como atores dentro da sociedade. Assim, a assimetria de forças entre os mais distintos grupos dentro da trama societária termina configurando a ação coletiva como mecanismo de inversão dos interesses individuais e/ou sociais em movimentos de grande amplitude.

Por isso mesmo é compreensível que a noção de movimento social esteja relativamente convencionada como sendo qualquer tipo de ação coletiva de um grupo de pessoas, comunidades ou organizações (formal ou informal) que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico.

O conceito - movimentos sociais - foi inicialmente empregado por Lorenz Von Stein em 1840 como forma de explicar a emergência do movimento operário francês e as reações populares ao processo de urbanização. De lá para cá, o termo vem realizando uma trajetória semântica dentro dos estudos sociais, tendo inicialmente uma interpretação monossêmica, passando para um plano interpretativo completamente polissêmico na atualidade. As ações coletivas que inicialmente eram fundamentadas na estabilidade organizacional e na identidade interna, ou na unidade da classe social, agora fundamentam-se na provisoriedade, na imprevisibilidade e multiplicidade de ações. A unidade do movimento que anteriormente era garantida pelo espírito coletivo, agora é mantida pelo espírito de manutenção da individualidade como elemento de respeito e preservação das liberdades civis (RICCI, 2018, p. 91).

Há aqui uma ruptura com a perspectiva mais clássica, que se apoiava nas ações vinculadas ao tema das classes sociais, especialmente do operariado. Na década de 1960 em diante, uma pluralidade de sujeitos coletivos – com suas agendas particulares – ganham força, emergindo e impondo suas demandas, a exemplo dos movimentos feministas, raciais, ecologistas, direitos humanos (SADER, 1992).

Por isso mesmo Mutzenberg (2015, p. 416) afirma que, na atualidade, é impossível construir uma definição geral do que é um movimento social. Para ele a multiplicidade de sentidos, significados e interpretações atribuídos pelos atores sociais e pelos pesquisadores ao conceito dentro das ciências sociais, propiciou a formação de um campo plural, denso e controvertido, no qual dialogam e se confrontam visões, teorias e metodologias, assim como pressupostos ontológicos, epistemológicos e políticos.

Entretanto, Gohn (2018) considera que as abordagens que dão suporte aos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil (em diálogo permanente com a produção acadêmica internacional) estão diretamente correlacionadas à conjuntura político-social do país e dos atores que estão em cena. Almejando explicitar sua hipótese, a autora propõe que analisemos as teorias e metodologias utilizadas para compreensão dos movimentos sociais brasileiros a partir de cinco ciclos históricos distintos. Em seu entendimento, estes ciclos diferenciam-se na medida em que ocorrem mudanças na participação de segmentos da sociedade civil nos movimentos e/ou ações coletivas. Levando em conta esses fatores, a pesquisadora formula a seguinte periodização: 1º - até a década de 1970; 2º - transição democrática dos anos de 1980; 3º - após constituição de 1988; 4º - na primeira década do novo século, e 5º - após junho de 2013. Desta forma, nos utilizaremos destes marcos temporais propostos por Gohn para poder explicitar os processos de mudanças que ocorreram dentro do próprio marco analítico sobre as ações coletivas, bem como, dos próprios movimentos sociais num sentido mais amplo.

Consideramos importante destacar que desde o início do século XX até o Golpe Militar em 1964, a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações sociais políticas e econômicas. No entanto, a partir de 1964 e no decorrer de toda década de 1970, a sociedade ficou sobre a guarda de um Estado autoritário que promoveu o crescimento econômico completamente conservador e concentrador de renda. Dentro desse contexto, os movimentos sociais tiveram papel importante no processo de redemocratização do país. Dentro desse marco temporal e sobre essas circunstâncias é que se desenvolve o primeiro ciclo analítico (até a década de 70) das ações coletivas. Neste período predominavam abordagens teóricas baseadas em releituras marxistas, desenvolvendo análises de cunho mais estruturais e destacando o papel dos conflitos e das contradições do desenvolvimento do capitalismo nos espaços urbanos e rurais (GOHN, 2018, p. 9-10).

Após essa fase, os estudos passaram a distanciar-se do paradigma marxista ortodoxo, onde “o conceito de movimento social esteve mais associado a luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe” (GOHN, 2008, p. 28). Com isso, os marcos teóricos clássicos utilizados, que partiam do princípio de que as ações coletivas dos movimentos sociais tinham como origem e fundamento uma determinação econômica, começam a não ser mais hegemônicos. Dentro desse ambiente, competiram entre si enfoques estruturalistas e culturalistas (WARREN, 1998, p. 60-61). Neste contexto, as dimensões criativas e subjetivas dos movimentos sociais eram vistas como meio para um fim (ALEXANDER, 1998). Nesse sentido, no primeiro ciclo, os movimentos sociais eram abordados principalmente a partir da

Teoria da Privação Relativa³ (TPR) e da Teoria da Tensão Estrutural⁴ (TTE), onde de certa maneira o indivíduo era visto como submetido as macroestruturas sociais e econômicas (GOHN, 2008, p. 22-23). As teorias TPR e TTE tendiam a ver os movimentos sociais como sendo patologias sociais, resultantes do desajustamento causado pelas disfunções da modernidade. Desta forma, as ações coletivas eram vistas como desviantes e irracionais composta principalmente por indivíduos desqualificados. Rejeitando tal proposição, alguns analistas como Olson, Oberschall, McCarthy e Zald começaram a analisar, nesta mesma época, os movimentos sociais com base na Teoria da Mobilização de Recursos⁵ (TMR). Sobre esta ótica os movimentos eram vistos como grupos de interesses, entendidos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição, possuindo fortes influências da sociologia weberiana (BODART, 2018).

O segundo ciclo analítico proposto por Gohn (2018, p. 11) tem início com a transição democrática ocorrida na década de 1980 que culminou com a nova Constituição Federal de 1988. Esse ambiente político propiciou o surgimento de inúmeros movimentos sociais, não apenas de caráter classista, mas outros novos sujeitos que traziam à tona demandas e questões de ordem identitária, a exemplo das questões ambientais, raciais e de gênero.

É neste momento em particular que o debate sobre o meio ambiente começa a emergir de maneira mais contundente nas pautas dos movimentos sociais e dos governos no Brasil. Em outras palavras, a dimensão ambiental começa a ser objeto de atenção e disputa política entre cientistas, a sociedade e os aparatos governamentais, ou seja, dá-se início ao processo, incorporado no debate público, de ecologização da sociedade e da própria política. Para Silva (2014, p. 53) o conceito de ecologização⁶ está relacionado a um conjunto de manifestações

³ Originalmente a teoria da privação relativa está relacionada a teoria dos grupos de referência elaborada pelo sociólogo norte-americano Robert King Merton. A teoria dos grupos de referência postula que o indivíduo é socialmente construído de acordo com os grupos que toma por referência, tanto aqueles dos quais faz parte quanto aqueles aos quais não pertence. Esta proposição deu condições para elaboração de um conjunto de outras teorias, dentre elas, é a da privação relativa, segundo a qual a percepção dos defeitos e privações não é apenas uma reflexão dos fatos objetivos, mas relativa, ou seja, dependente das medidas subjetivas de comparação de cada indivíduo. Nas análises voltadas as ações coletivas a teoria busca “explicar o comportamento coletivo das massas por meio da análise das reações dos indivíduos, enquanto seres humanos com certas características biológicas e culturais, às privações a que estavam submetidos” (GOHN, 2008, p. 22).

⁴ A teoria da tensão estrutural foi elaborada inicialmente pelo sociólogo Neil Smelser. A teoria busca explicar os comportamentos coletivos não-convencionais os diferenciando dos comportamentos rotineiros. Para Smelser comportamentos coletivos não-convencionais teriam componentes não racionais e excepcionais, conformando-se quase num tipo de resposta cognitiva em relação as tensões estruturais que emergiam da modernização (GOHN, 2007, p. 45).

⁵ A principal tese dessa abordagem analítica é de que os recursos (financeiros, humanos, infraestrutura) são de fundamental importância para existência e o sucesso dos movimentos sociais.

⁶ O termo originalmente foi utilizado dentro do campo científico europeu relacionado a preocupações ambientais voltadas a proteção da natureza, principalmente aqueles relacionados a agricultura, no que se refere a adoção de práticas e procedimentos produtivos que sejam menos danosos ao meio ambiente (SILVA, 2014, p. 53).

oriundas dos mais diferentes atores sociais, nos quais se amplia a consciência ou se orientam suas práticas sociais a maiores graus de incorporação da dimensão ecológica. O processo de ecologização (ou ambientalização) “corresponderia à extensão ou introdução de valores ambientais não apenas nas práticas agrícolas, mas também na opinião pública e nas agendas políticas” (BUTTEL, 1993; 1994 apud CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 90).

O conceito de ecologização adotado por esta pesquisa refere-se ao processo de (re)interpretação e expressão da dimensão ambiental nas ações coletivas dos movimentos sociais e nas políticas públicas governamentais. Isso significa dizer que a aplicação deste termo busca apreender e expressar a concepção de meio ambiente que determinado grupo, movimento, ou governo possui, engendrando suas respectivas regras (ou costumes) de distribuição, uso e preservação dos recursos naturais. Por outro lado, essa concepção implica levar em consideração também que os

diferentes atores dos conflitos ecológicos distributivos, com seus diferentes acervos de direitos e dotações de poder, colocam em dúvida e desafiam as reivindicações dos demais instrumentalizando diferentes discursos de valoração no interior do seu amplo repertório cultural (ALIER, 2017, p. 339).

Esse novo quadro societário e político demandou um outro olhar para a questão das ações coletivas, apontando para a necessidade de se ultrapassar os limites de um modelo teórico enraizado no materialismo ontológico⁷ e no realismo epistemológico⁸. A corrente de estudo dos Novos Movimentos Sociais (NMS), e seus diversos caminhos, que foi capitaneada inicialmente por Alain Touraine e Jurgen Habermas, e profundada posteriormente por Alberto Mellucci, buscou corrigir o modelo explicativo até então vigente, deslocando a centralidade das análises para uma perspectiva que levasse mais em conta a contingência, a subjetividades dos atores, os aspectos históricos e institucionais nos quais esses movimentos estão circunscritos (ALEXANDER, 1998).

A corrente de estudos dos NMS deslocou a centralidade do plano analítico da simples lógica dos atores, para o plano das relações sistêmicas, a qual esses movimentos fazem parte e constituem. Assim,

A ação deve ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são *sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação (MELLUCCI, 1989, p. 52 – Grifos do autor).

⁷ A corrente do materialismo ontológico (ontologia materialista) defende a ideia de que para alguma coisa ser real, é necessário que ela seja material.

⁸ O realismo epistemológico é uma corrente filosófica que enfatiza a completa independência ontológica da realidade em relação a nossos esquemas conceituais, crenças e pontos de vista.

No entanto, para Touraine (2006, p. 18, 19) não é correto aplicar a noção de movimento social qualquer tipo de ação coletiva, para ele, devemos reservar a aplicação desse conceito a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada, um tipo de ação que busca atuar sobre um conjunto de aspectos da vida social, indo além de qualquer interesse setorial ou segmentado. Essa visão teria como fundamento a compreensão de que “os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana” (MELLUCCI, 1989, p. 58).

Por esse motivo Gohn (2008, p. 29) avalia que o “novo” dos “novos movimentos sociais” estaria justamente na capacidade de suas reivindicações e repertórios de lutas lançarem luz a sujeitos e a temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade na agenda dos governos e da sociedade. A concepção de movimento social neste momento estava mais vinculada às

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio a solidariedade e é construída a partir da fase referencial de valores culturais e políticos compartilhado pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

Na América Latina essa tendência ficou mais aparente na medida em que os regimes autoritários foram sendo substituídos por regimes democráticos, fazendo com que os movimentos sociais passassem de uma postura contestatória para uma postura mais propositiva. No caso do Brasil, a abertura democrática e a criação de diversos conselhos participativos, possibilitou a formação de uma constelação temática que transcendeu a pauta dos próprios movimentos, demandando deles novas competências e novas posturas políticas. Esse conjunto de transformações sofridas no tecido societário, tornou mais complexo o entendimento e a explicação sobre as ações coletivas e as identidades de seus agentes, tornando o campo teórico e de pesquisa mais heterogêneo (MUTZENBERG, 2011, p. 128-130).

O protagonismo da sociedade civil e a abertura política contribuíram para o estabelecimento do terceiro ciclo analítico (após constituinte de 1988) sobre os movimentos sociais. Neste momento, as atenções estavam mais voltadas para a atuação de múltiplos atores nas políticas públicas e nos canais de participação institucional do que a abertura política tinha constituído. Nesse período predominaram análises baseadas em “teorias

institucionalistas”, conhecida também como Teoria da Mobilização Política⁹ (TMP). No início dos anos de 1990 alguns autores como Sidney Tarrow e Charles Tilly passaram a trabalhar também com a Teoria do Confronto Político¹⁰ (TCP) como forma de incorporar as novas formas de ação coletiva expressa nas práticas civis de protesto em franco desenvolvimento no cenário nacional e internacional (GOHN, 2018, p. 13-14).

O início do século XXI demarcaria o quarto ciclo (década de 2000) das abordagens sobre os movimentos sociais. Primeiro, essa mudança surge com a proeminência da pauta antiglobalização nos movimentos internacionais (a exemplo do Fórum Social Mundial), dando um caráter supranacional a boa parte das bandeiras e lutas dos movimentos populares. A segunda se daria no plano nacional, ocorrendo o deslocamento das análises anteriormente voltadas ao estudo da participação popular dos agentes da sociedade civil para a temática da participação social em esferas institucionais públicas, motivado principalmente pela ascensão de representações do Partido dos Trabalhadores (PT) em várias esferas governamentais (GOHN, 2018, p. 15), o que ampliou de forma substancial os espaços de participação institucional da sociedade civil nos processos de formulação, gestão e avaliação das políticas públicas¹¹ governamentais.

⁹ A TMP é desenvolvida nos anos 70 nos Estados Unidos como crítica ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da TMR. A TMP também é denominada por alguns autores como Teoria do Processo Político (TPP). Gohn (2007, p. 76) prefere destacar o processo de “mobilização política” por fazer uma análise mais restrita, não busca captar o processo político como um todo, mas sim como um processo que envolve a sociedade política e a sociedade civil, fixando-se mais nas oportunidades políticas da sociedade política. Nessa abordagem os movimentos sociais são entendidos como um ator político de mudança social, compreendendo que o fundamento de sua ação é a reforma e não um ato revolucionário.

¹⁰ Para Corrêa e Almeida (2012, p. 563) a TCP é proveniente da TMP/TPP, essa abordagem analítica busca estudar os movimentos sociais a partir de uma perspectiva relacional - e, portanto, de interdependência. Buscaram também continuar o exercício de incorporação dos fatores culturais e ideológicos em seus métodos e teorias sobre as ações coletivas. McAdam (1994) trabalhou as relações entre os movimentos sociais e a cultura, Tarrow (1992) tentou compreender a relação entre movimentos sociais, mentalidades, culturas políticas e *frames* coletivos e Tilly (1996) dedicou-se ao estudo da ideologia em fenômenos sociais mais amplos que os movimentos sociais. Adotam o que chamam de “perspectiva relacional”.

¹¹ Em termos gerais define-se políticas públicas como sendo o conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Devem refletir os direitos assegurados pela Constituição. Para Agum e Riscado (2015, p. 14) a política pública enquanto área de conhecimento acadêmica, tem sua trajetória ligada primeiramente a uma subárea da Ciência Política, logo após tornando-se uma disciplina multidisciplinar, teve suas origens nos Estados Unidos da América - EUA (primeira metade do século XX). Se objetivo era entender e formular teoricamente questões científicas envolvendo o tema, assim como compreender as razões pelas quais os governos escolhem determinadas ações para executar medidas empíricas. Os autores definem o termo na atualidade como sendo um campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real

Para Gohn (2008b, p. 446-448) esses fatores influenciaram significativamente os rumos das pesquisas desenvolvidas sobre os movimentos sociais, em particular no Brasil e na América Latina. Os conceitos de rede e mobilização social destacaram-se como signos-chave para interpretação desse novo cenário e dos novos atores (as Organizações Não-Governamentais – ONGs), que iam ganhando proeminência e influência no quadro societário e político no país e no continente. A pesquisadora salienta também que a sociedade civil organizada passa a ser orientada menos por eixos ideológicos e políticos, e mais por questões que remetem aos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero e capacidades humanas. O próprio conceito de redes sociais (e/ou temáticas) remete a um enraizamento maior com as comunidades locais, expressa de certa maneira a capacidade de articulação entre atores sociais e suas relações com o território, formulação e encaminhamento de demandas e do próprio processo de formação de identidades coletivas. Para Warren (2009, p.118-119) a constituição de redes de movimentos sociais é possível na medida em que os diversos atores sociais constroem uma identidade coletiva comum a partir do compartilhamento de valores consensuais sobre uma concepção de mundo, sem, contudo, eliminar as especificidades e particulares de seus componentes. Sobre o conceito de mobilização social, Gohn (2008b) coloca que o termo se refere principalmente a capacidade das organizações e dos atores sociais em se engajarem em ações e projetos visando a superação de um problema específico ou demanda política.

Nesse período, foi realizada uma releitura das teorias do século XX, fato que resultou em estudos de cunho neomarxista (apontando para os efeitos destrutivos da globalização econômica), socialista libertário (principalmente nos estudos sobre os movimentos feministas), outras baseadas em teorias do “bien vivi” (com referência aos movimentos indígenas e seus valores) ou mesmo através das teorias neo/decoloniais e a própria questão da ecologia de saberes. Desta forma, as lutas sociais no início do século XXI estavam cada vez mais atreladas as inovações tecnológicas (principalmente aos meios de comunicação) e demandando uma releitura constante de antigas abordagens. Esse estado de coisas deve-se na verdade as mudanças básicas ocasionadas pela própria realidade sociopolítica, demandando e exigindo cada vez mais leituras teóricas renovadas, o que fez com que novos aportes fossem mobilizados e outros ressignificados (GOHN, 2018, p. 16-17), e isso também se deu com a questão ecológica.

No entanto a crise do capitalismo global em 2008 contribuiu para uma reconfiguração gradativa do cenário sociopolítico no Brasil (e no mundo), tendo reflexos principalmente entre os anos de 2010 e 2013 em nosso país. Em proveniência da grave crise econômica e

política que o país passava em 2013 (e que ainda continua), eclodiu-se um conjunto de manifestações sociais (de caráter urbano) que apresentaram mudanças significativas no perfil dos participantes destas ações coletivas, abrindo o quinto ciclo (pós-junho de 2013) dos modelos interpretativos sobre os movimentos sociais. A composição das manifestações coletivas e protestos alterou-se de maneira expressiva, contando cada vez menos com a presença de militantes (possuindo filiação e compromissos coletivos) em detrimento do aumento da presença de ativista (sujeitos que atuam em função de causas, de forma individual e sem maiores vínculos políticos ou organizacionais). Destaca-se o ativismo dos jovens (principalmente de classe média) e o uso das novas tecnologias e redes sociais hospedados na internet como ferramenta de discussão e mobilização de suas ações. Neste novo momento, teorias do autonomismo (ou socialismo libertário) são utilizadas como forma de interpretar esse novo sujeito, ou melhor, participante que compõe as ações coletivas. A indignação é vista como um valor humano, essencial para a justiça social. Porém num segundo momento ocorre outro fato inédito dentro deste quinto ciclo, especificamente no que se refere ao cenário político brasileiro. Os grupos neoliberais e conservadores em decorrência do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff passaram a ocupar as ruas, se aproximando mais de movimentos políticos do que movimentos sociais, utilizando principalmente aplicativos de redes sociais para debater e organizar suas ações (GOHN, 2018, p.19-23).

Para Ricci (2018) as ações coletivas deste período apresentam cinco características essenciais. A primeira seria a provisoriedade e descontinuidade das ações coletivas e dos movimentos, visto que não havia um comando nos processos organizações e de mobilização das manifestações. Segundo aspecto a destacar-se é o caráter comunitarista, autogestionário e de espelhamento. Essa tendência ficou expressa na constituição de grupos fechados, fazendo da multidão um agente político. As reuniões públicas eram coordenadas por um motivador, acompanhada pela formação de uma mesa que era composta por componentes da manifestação. A terceira característica é a individualismo, expresso por Richard Sennett (1998) como produto de um “profundo ressentimento social a respeito de qualquer autoridade pública, o que propicia um fechamento espontâneo dos indivíduos em seus círculos mais íntimos e comunidades fechadas” (RICCI, 2018, p. 95). A quarta característica é a horizontalidade, fortemente influenciado pela elasticidade que as redes sociais proporcionaram para a participação dos sujeitos. A horizontalidade foi uma medida que visa garantir a individualidade. E por último, predominou nessas manifestações uma cultura anti-institucionalista e antissistema.

Entre os anos de 2014 e 2016, Ricci (2018) cita como exemplo a emergência do *rolezinho* no Rio de Janeiro, sendo uma dessas novas expressões de movimentos sociais na atualidade. Por fim considera que houve uma ruptura com os modelos organizacionais tipicamente modernos, e que até então haviam sido hegemônicos em nosso país, antes os movimentos sociais eram em sua acepção clássica considerados como ações coletivas mais perenes e estruturadas, agora, adquirem a forma de mobilizações sociais mais fluidas e instáveis.

Por outro lado, para Maffesoli (1998) a nova forma de organização social fluida e instável, estaria diretamente relacionada ao esgotamento do individualismo - que se apoia em uma identidade fechada em torno de si mesma - na pós-modernidade. O autor chama esse fenômeno de desindividualização, gerando a época das tribos, onde os sujeitos históricos se arranjam na alteridade, buscando conexões de afetividade e interesse comum com o outro. Porém os grupos sociais se deslocam dentro do processo de massificação da sociedade moderna, não sendo estático, pelo contrário, está em constante transformação. E se a sociedade é maleável, afirma, é porque é composta por seres humanos, que têm motivações diversas, são instáveis e podem se deslocar para contextos diferentes.

Os cinco ciclos analíticos proposto por Gohn (2018) é um recurso heurístico valioso que facilita nossa compreensão sobre um tema tão amplo e intrincado. Sua periodização possibilita a compreensão sobre três aspectos, a saber: o primeiro é em relação a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, a segunda contribuição é facilitar a compreensão sobre o itinerário dos próprios modelos analíticos utilizados para explicação desses mesmos movimentos, e, por último, contribuiu para a contextualização dos cenários políticos que circundavam e circundam as ações coletivas no território brasileiro. Tudo isso sem deixar de estabelecer diálogos e conexões com o plano internacional das lutas sociais e das construções teórico-metodológicas.

Diante dos elementos acima discutidos, é importante entender que os movimentos sociais rurais (num sentido amplo ou mesmo no caso específico como é o objeto de nossa pesquisa: a FETAPE), possuem uma origem classista. Eles representam trabalhadores rurais e agricultores ou mesmo as populações campo, porém esses movimentos não passam incólume aos acontecimentos históricos e suas respectivas influências. O ambiente societário e político gera naturalmente mudanças políticas e organizacionais que permeiam o interior desses movimentos, tornando-se aparente na medida em que as ações coletivas, repertórios de lutas e reivindicações vão se modificando e reinterpretando o contexto e a situação o qual estão inseridos. O que buscamos dizer é que uma abordagem teórica serve como mecanismo

heurístico para entender e explicar uma ação coletiva ou movimento social - ela é, na verdade, um exercício de síntese. Esse recurso explicativo não pode ser confundido como algo que busca estancar, caricaturar ou mesmo predeterminar o comportamento coletivo. As conjunturas políticas, econômicas, sociais e ambientais são fatores que interferem continuamente nos tecidos sociais, e consequentemente nos próprios movimentos, os tornando agentes dinâmicos e complexos.

Por esse motivo, seguiremos as recomendações dadas por Warren (1998, p. 63). A pesquisadora propõe que seja empreendido esforços para construção de sínteses analíticas que abarquem tanto a dimensão simbólica quanto a instrumental dos movimentos sociais, ou seja, que se leve em consideração a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR). A primeira nos ajuda a pensar porque os atores se mobilizam, a segunda, examina como e quais são as estratégias dos atores na mobilização. É a partir deste horizonte teórico que buscaremos compreender o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com a política estadual de unidades de conservação.

Para fins operacionais desta pesquisa, adotaremos a definição de movimentos sociais como sendo

fenômenos sociais, políticos, culturais e históricos. Podemos entender movimento social como sendo uma expressão sociopolítica, cuja expressão empírica se refere à ação coletiva de grupos com a intenção de alcançar demandas desses grupos, tendo em vista à mudança ou a preservação de determinadas condições sociais (MOCELIM, 2018, p. 80)

Essa concepção de movimento social será articulada, neste estudo, ao conceito de ecologização. Essa conjugação buscará expressar o processo de (re)interpretação e manifestação da dimensão ambiental nas ações coletivas rurais desses movimentos através de suas reivindicações, mobilizações e apoio a lutas camponesas. Mesmo que em alguns momentos faremos referências a esse processo dentro de um contexto mais amplo relacionado aos movimentos sociais rurais e até mesmo em relação as políticas públicas governamentais, esta pesquisa focará o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE. Esse esforço analítico buscará entender a “emergência de um pensamento ‘ecologizante’, no sentido em que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural” (MORIN, 2003, p. 24-25)

Para tanto, faz-se necessário compreender como os processos históricos, sociais, econômicos e políticos influenciaram e forjaram a organização e as lutas dos movimentos

sociais rurais no Brasil. A ecologização das ações coletivas rurais sofre influências (positivas e negativas) direta dessa dinâmica. Esse conteúdo será abordado na próxima parte deste estudo.

Entender os fatores históricos e contemporâneos que permeiam o processo de formação e permanência dos movimentos sociais rurais em nossa trama societária é de extrema importância para que possamos compreender de maneira mais ampla e articulada o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE plasmado em seu repertório de lutas e reivindicações.

2.2 A gênese e o percurso dos movimentos sociais rurais no Brasil

A formação do campesinato e dos movimentos sociais rurais no Brasil está diretamente relacionada há forma precária pela qual esse estrato social foi incorporado à estrutura econômica e fundaria do país no decorrer de nossa história, como já demonstrado por Wanderley (1996; 2015). As tensões e conflitos rurais possuem sua origem nas formas instáveis de inserção e permanência de cada grupo social (camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, etc.) na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária em vigor, desde o período colonial até o período republicano. Por isso, nos parece pertinente pensar que “a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e os modos de viver e enfrentá-la” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 17). Desta forma, a periodização (ciclos) proposta por Gohn (2018) para análise dos marcos teóricos e metodológicos sobre os estudos dos movimentos sociais não consegue abarcar o marco temporal, as singularidades e as circunstâncias (históricas, econômicas, políticas) que propiciaram a formação dos movimentos sociais rurais brasileiros. No entanto, quando cabível, buscaremos apontar equivalências (ou não) da periodização teórica e metodológica proposta por Gohn (2018) para compreensão dos movimentos sociais em geral, como o processo *sui generis* de desenvolvimento das ações coletivas rurais que estudaremos nesta parte da pesquisa.

Para Martins (1986) as populações rurais constituíram movimentos sociais no campo como um tipo de resposta ao quadro de exploração e pobreza que viviam, visando combater e superar tais circunstâncias. Por isso o autor coloca de maneira enfática que “a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento de sua ação política [...] essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico” (Idem, p. 25).

Esse cenário de exclusão extrema termina configurando os movimentos sociais como principal mecanismo de reconhecimento político das populações rurais, tanto no período monárquico quanto republicano. Dessa maneira não é demais afirmar que “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, 1996, p. 9).

Os primeiros estudos sobre os movimentos sociais rurais são fortemente influenciados pela perspectiva marxista. É importante destacar que tais estudos podem ser enquadrados na periodização de Gohn (2018) como pertencentes ao primeiro ciclo analítico. Martins (1986, p. 27) ao estudar essa produção, denota a existência de uma perspectiva que permeia os estudos sobre as lutas e os movimentos sociais do campo, ele os ordena da seguinte maneira: 1) Messiânicos (Canudos e Contestado); 2) Banditismo Social (principalmente no Nordeste com Antônio Silvino e Lampião); 3) Associativismo e sindicalismo (Ligas camponesas e os sindicatos dos trabalhadores rurais)); 4) povos da floresta, das águas, catadoras de mangaba, quilombolas, ambientais, gênero, juventude.

O messianismo é, em termos restritos a teologia judaica e cristã, baseia-se na crença na vinda (ou no retorno) de um ser divino encarnado por um messias que teria poderes de libertar um povo (ou grupo) de uma opressão. Outro sentido que pode ser dado ao termo é caracterizá-lo a um movimento ou atitude movida por um sentimento de "eleição" ou "chamado" para o cumprimento de uma tarefa "sagrada". Para Queiroz (1971, p. 111-112) o movimento messiânico pode ser engendrado sobre três circunstâncias. A primeira seria no interior de uma sociedade agrária, a segunda maneira de emergir seria através da desorganização desta própria sociedade que daria as condições de gerar tal movimento, e a terceira seria proveniente do processo de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana em luta e contraposição ao estabelecimento da sociedade de classes. Para a pesquisadora o movimento messiânico no Brasil seria produto de sua própria estrutura agrária.

Para Martins (1986) o quadro de extrema exclusão social e fundiária vivenciada por essas populações terminou enraizando nos movimentos sociais do campo esse espectro messiânico. No caso brasileiro, essa mística recai principalmente sobre o sonho, o desejo e a necessidade de acesso à terra, fator esse que determina a liberdade e a capacidade de sobrevivência das populações rurais. Esse mesmo quadro de exclusão também gerou o banditismo social, que tem sua origem no Nordeste colonial, mas foi na República Velha que tal movimento se intensificou. Era uma resposta das populações camponesas ao poder dos coronéis (coronelismo), que com exércitos privados impunha seu desejo como ordem e lei na

região sertaneja (bioma caatinga). Podemos considerar que a “fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança” (MARTINS, 1986, p. 59). Desta forma, “o cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe” (Idem, 1986, p. 60). O banditismo e o misticismo expressam duas condutas morais distintas, que ao mesmo tempo são articuladas entre si, geradas pelo quadro de penúria vivenciada por tais populações. Essa influência perdurará mesmo após a inserção e envolvimento de outros atores sociais (Igreja Católica, Partidos Políticos) nas lutas e demandas sociais do setor, ocorrido principalmente no decorrer de todo o século XX, quanto no processo institucionalização da categoria através da constituição dos sindicatos. Nos tempos modernos

O movimento sindical e o político-partidário no campo passam a cobrir uma parte do espaço que antes era ocupado pelo messianismo e pelo banditismo social, mas não cobre mesmo hoje todo o espaço. É significativo que movimentos messiânicos e o movimento sindical se entrecruzem com frequência, sem causar nos seus participantes o mesmo choque que tal cruzamento causa nos guardiões da pureza política das lutas populares (MARTINS, 1986, p. 30).

No bojo de ambos os movimentos (messiânico e banditismo) estava implícita a demanda por acesso à terra, sendo esta a grande demanda histórica dos movimentos camponeses (MARTINS, 1986; MEDEIROS, 1989; WANDERLEY, 1996), e que ainda não foi atendida em sua plenitude. Em nossa história, este embate, pelo acesso à terra, marca o nosso sentido de nação (no período colonial tomou feições separatistas e antiescravistas contra o poder vigente e na nascente república assumiu feições messiânicas¹² e nacionais). No caso dessas últimas, Martins destacou que:

A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constitui a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente significância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador (MARTINS, 1986, p. 62).

Tais conflitos permaneceram na trama societária brasileira, chegando no período moderno de maneira mais institucionalizada, tendo como principais fatores de mobilização a luta pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Lima (2003) considera que a agitação e a propaganda política promovida pelos partidos de esquerda junto as populações rurais, ocorrida a partir da segunda metade da década de 50 e início da década de 60, contribuiu para a efervescência desses pontos de pauta, elevando o nível de

¹² Canudos, Contestados e Caldeirão.

organização social do setor. A Igreja Católica preocupada com a penetração do comunismo na sociedade brasileira através dos camponeses, começou a atuar de forma mais sistemática junto a esse público. Com apoio da igreja, em constante disputa com os partidos, foi constituída em Pernambuco em 1962 a FETAPE. Em 1963 é constituída a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). Porém em 1964 com o advento do golpe militar, essa curva ascendente de organização camponesa é rompida, ocorrendo em seguida a intervenção governamental no aparelho sindical rural através de interdições e mudanças de quadro diretivo, muitas delas em parceria com a Igreja Católica. Ocorre, desta forma, uma inflexão nas lutas camponesas e no próprio aparelho sindical rural, tendo repercussões significativas para a categoria.

É justamente essa mudança, não da pauta, mais sim da forma de luta, que Warren (2009, p. 65-66) se utiliza para distinguir os “antigos” e os “novos” movimentos sociais do campo. Um dos principais elementos destacados pela autora para realizar tal distinção é a adoção de formas de luta não-pacíficas e pacíficas¹³. Desta forma, Warren define que um dos traços distintos dos “antigos movimentos sociais do campo” é o emprego de formas de luta não-pacíficas, elencando neste universo os movimentos messiânicos, as rebeliões como o bantíssimo social, as lutas dos posseiros e as Ligas Camponesas¹⁴, que eram as formas mais comuns de luta por parte das populações rurais até o Golpe de 1964. Enquadra também neste mesmo núcleo o sindicalismo rural assistencialista atrelado ao Estado¹⁵, típico do período de inflexão das lutas sociais do campo entre as décadas de 60 e 70. Por lado enquadra como “novos movimentos sociais do campo” aqueles movimentos surgidos a partir da segunda metade dos anos 70 como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), os Movimentos de Mulheres Agricultoras,

¹³ É interessante observar que Warren (2009) se utiliza do conceito de novos movimentos sociais para fazer a distinção entre antigos e novos movimentos sociais rurais. Warren não toma como referência apenas os critérios identitários para distingui-los, considera também as formas de reivindicação e de lutas, as distinguindo entre as pacíficas e não-pacíficas.

¹⁴ Para Medeiros (1989, p. 55) “apesar da sua retorica radical, a prática cotidiana dos líderes das Ligas passava pela defesa dos trabalhadores aproveitando-se de todos os mecanismos legais existentes”. Porém como nos explica Martins (1981, p. 89-90) em determinado momento nos anos 60, uma parte das lideranças das Ligas iniciaram a preparação de uma guerrilha em nome da reforma agrária radical que pregava, motivados principalmente pela recusa que fizeram a política de constituição de frente única com a burguesia que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha proposto.

¹⁵ Pinto (1979) entendia o processo de constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) no período de 1964 a 1976 como contraditório, “como revela o parágrafo único do artigo 2º de seus estatutos, um órgão de representação dos trabalhadores rurais e de colaboração com os poderes públicos [...] É órgão de representação por ser a representante, a nível nacional, dos trabalhadores rurais; de colaboração com o Estado, por subordinar-se a ele. Sua estrutura obedeceu às normas ditadas pelo Governo e não pelos próprios trabalhadores rurais” (p. 124). Um exemplo prático deste processo pode ser verificado no artigo de Koury (2010) no qual demonstra a resistência da CONTAG e da FETAPE em apoiar as greves deliberada pelo conjunto dos trabalhadores vinculados ao sindicato do município do Cabo entre os anos 1964-68.

Movimentos Indígenas, bem como uma nova corrente de sindicalismo rural denominado de “novo sindicalismo” ou “sindicalismo combativo” que pregava uma ação mais independente do Estado e estimulava a renovação do corpo sindical. Em sua visão esses movimentos além de serem mais democráticos e refletirem a diversidade de sujeitos e lutas do campo, também empregavam formas pacíficas de luta.

O surgimento desses “novos movimentos sociais do campo” (WARREN, 2009) ocorre dentro do segundo ciclo analítico (GOHN, 2018). É neste momento histórico que se inicia, de forma não linear no espaço-tempo, o processo de ecologização das ações coletivas rurais. Gradualmente a dimensão ambiental começa a emergir nas reivindicações, bandeiras de lutas e mobilizações.

É importante salientar que a emergência contundente de novos atores, interpretações e demandas sobre o mundo rural está diretamente vinculado ao

momento de redemocratização, que se institucionaliza com o fim dos governos militares e a promulgação da Constituição de 1988, significou a (re)emergência dos movimentos sociais, que puderam, assim, construir publicamente suas análises da realidade brasileira, em oposição às visões até então dominantes e impositivas e formular suas demandas políticas e suas estratégias de lutas. (...) No que se refere ao meio rural, é fundado, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Por sua vez, o Movimento Sindical Rural, que existia desde o início dos anos 1960, se fortalece, então, sob a liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). São esses dois movimentos, cada um ao seu modo, que reinscrevem no debate da sociedade, a atualidade da questão fundaria e a persistência das lutas pela terra pelos camponeses expropriados ou com pouca terra (WANDERLEY, 2015, p. 29).

Fortalecem-se também os movimentos das comunidades indígenas, quilombolas, mulheres rurais, os atingidos por barragens, demonstrando que um país continental como o Brasil abarca um conjunto múltiplo de sujeitos e contextos rurais. Porém, essa diversidade faz com que não seja uma tarefa fácil “delimitar e caracterizar o setor camponês na agricultura brasileira, dada a sua dispersão e variabilidade de formas, além da sua ampla interpenetração com outros setores em termos regionais e de tipos de produtos” (SILVA et al, 1983, p. 22). Esses “novos” sujeitos que entram na cena pública, organizados por meio de ações coletivas, conseguem articular de maneira mais contundente em suas ações e discursos, a demanda de acesso à terra como condição de preservação da natureza e de seu modo de vida.

A multiplicidade de concepções, visões e circunstâncias é uma das marcas do mundo rural brasileiro, e conseqüentemente, dos próprios movimentos sociais que expressam tal diversidade e possuem seu processo singular de ecologização. Essa conglomeração de movimentos sociais rurais consolida-se no período da redemocratização, o que termina criando um conjunto de relações de cooperação e conflito com o sistema de representação

institucional existente, o movimento sindical rural. Este, por muitas vezes, não conseguia representar e priorizar as lutas de inúmeros grupos sociais que compunham o quadro societário no campo. Segundo Lima (2003), após o golpe de 1964, foi instituído uma cultura nos sindicatos de representação do associado, e não da categoria como um todo, sendo essa uma das características do sindicalismo atrelado ao Estado.

A própria terminologia utilizada até aquele momento, a categoria de trabalhador rural, buscava sintetizar um conjunto de relações e vínculos que ligavam essas pessoas a terra (assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, extrativistas, etc). Essa terminologia possuía dificuldades em absorver e expressar as questões de ordem identitária, relacionadas a raça, étnica, cultura e costumes, por exemplo, além das outras implicações jurídicas¹⁶. Outro aspecto importante a ser citado é levantado por Picolotto (2018, p. 204). Para ele o sindicalismo rural necessitava passar de um modelo de representação de caráter menos corporativista para uma outra perspectiva mais pluralista. A investidura sindical (carta sindical fornecida a título de concessão do Estado) o estabelecimento da unicidade e as contribuições obrigatórias seriam o “legado” desse sindicalismo tutelado ao Estado e que os demais grupos provenientes do meio rural iriam também questionar.

Esses fatores são de extrema relevância para que possamos compreender a formatação da ação sindical, e o seu respectivo processo de ecologização, que iria ocorrer nas bandeiras e nas lutas que essa instituição iria empreender daí por diante. O movimento sindical rural poderia conter o monopólio político-jurídico da representação, no entanto, as demais formas organizativas dessas mesmas populações iriam contribuir para uma alteração do modelo de ação sindical praticada até então.

Dentro desse contexto, a aposentadoria rural pode ser considerada como um dos elementos que mais contribuíram para formatação da ação sindical, mais não a única. Segundo Lima (2003, p. 157) após 64 a constituição de sindicatos estava quase que atrelada a operacionalização do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural criado em 1971 vinculado ao Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), conformando numa espécie de aposentadoria parcial, onde apenas o chefe da família possuía direito de obtê-la. Com a Constituição de 1988 esse direito tornou-se pleno (valor completo do salário mínimo) e universal (homens e mulheres casados ou não) para as populações do campo. Para Barbosa (2002 apud SILVA, 2008, p. 6) a conquista desse direito terminou ampliando o universo de associados dos sindicatos, que a partir da década de 90, buscou

¹⁶ As comunidades indígenas, pesqueiras, quilombolas por exemplo possuem um conjunto de legislações específicas, proveniente das suas próprias formas particulares de reprodução social.

vincular os aposentados e pensionistas em seu quadro societário, demandando uma atuação específica para esse grupo, remodelando desta forma os rumos da própria ação sindical.

Porém, não podemos delimitar a ação sindical unicamente vinculada a previdência, afinal, fatores sociais, econômicos e políticos também contribuem para a formação das iniciativas sindicais. Por exemplo, em Pernambuco, no final da década de 1970 e início da década de 1980, a FETAPE empreende grandes mobilizações de trabalhadores rurais na zona da mata pernambucana para reivindicar melhores condições de trabalho para categoria em pleno regime militar, nesse período, a instituição começa a absorver as reivindicações das mulheres por maior participação do movimento, a entidade se envolve de maneira mais enfática na luta das populações camponesas atingidas por barragens, realiza mobilizações exigindo ações governamentais para convivência com a seca e relações mais justas nas frentes de trabalho, como relatado pelo estudo de Lima (2003). O processo de ocupação de terras, que até então era um “tabu” dentro da FETAPE, na segunda metade dos anos 1980 e no decorrer da década de 90, ganha força dentro da entidade como identificado pelo estudo de Rosa (2004) e Sigaud (2004). Outros estudos (SILVA, 2008; SILVA; SOARES, 2015) apontam para emergência das preocupações ambientais dentro da ação sindical da Federação. Esses aspectos serão expostos de maneira mais adequada no quarto capítulo, onde estudaremos o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE.

O contexto acima citado refere-se ao ambiente interno dos movimentos e ações coletivas rurais, porém, no espaço social mais amplo, mesmo o campo contando com uma plêiade de sujeitos, eles não eram levados em consideração dentro das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural promovido pelo governo federal brasileiro. Lima (2003) ressalta que as medidas favoráveis para categoria contidas no Estatuto da Terra promulgado em 1964 (regulamentava o direito agrário e as relações trabalhistas no meio rural) não tiveram efeitos práticos e efetivos para esse contingente da população. É possível afirmar que o Estado

por meio de políticas públicas, ele interfere diretamente nos processos de (re)distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos demais atores rurais, bem como no reconhecimento dos sujeitos de direitos desse mundo rural (WANDERLEY, 2009, p. 38).

Esse padrão tem sido o modo operante de ação governamental que pode ser observado no estudo de Andrade (1986, p. 127) ao analisar as intervenções do Estado no semiárido brasileiro através das ações da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS). O autor avalia que o foco do órgão era inicialmente a implantação de projetos hídricos, ao seu ver, “os grandes proprietários eram os

grandes beneficiários da ação do governo”, isso ocorria em certa medida porque o “governo não tinha poder político suficiente para desapropriar os grandes latifúndios antes da construção dos açudes, ficando impossibilitado de desenvolver uma política social”. Para as populações rurais locais restavam apenas trabalhar na construção de açudes e estradas (mais tarde denominadas *Frentes de Emergência*), o campesinato naquele momento não era visto como agente capaz de gerar o “desenvolvimento” para a nação, servindo unicamente como mão de obra para projetos de terceiros. A tutela provida por essa política governamental terminava por provocar a “acumulação das verbas de socorro às vítimas da seca em mãos de políticos influentes e de grandes comerciantes e proprietários que se beneficiavam das mesmas e eram conhecidos como os *industriais da seca*”. Por isso podemos considerar que

no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995 *apud* WANDERLEY, 1996, p. 8).

A subordinação camponesa é reforçada pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira, que é completamente orientado a transformar as unidades camponesas em dependentes dos mecanismos de mercado sobre a forma de obtenção dos meios de vida; na compra de insumos, instrumentos de trabalho e terra; na venda de suas mercadorias, no acesso ao crédito; e ao mercado de trabalho através do fornecimento de mão de obra (SILVA et al, 1983, p. 25).

Os movimentos sociais rurais não foram agentes passivos frente aos contínuos processos de subordinação e exclusão que sofriam. Ianni (2009) ressalta que o movimento camponês não se restringia apenas a luta pela terra, essa bandeira na verdade representava também uma luta por preservação, conquista e reconquista de um modo de vida e trabalho, frente ao avanço intensivo do capitalismo no meio rural. Em outros termos, a luta de acesso à terra também pode ser considerada como uma luta para gestão e manejo dos recursos naturais. Consequentemente, e a bandeira da reforma agrária traz embutida em si o desejo e o direito das comunidades rurais e tradicionais de exercerem seu modo de manejo e proteção da natureza.

Na segunda metade da última década do século XX e início do XXI¹⁷ houve significativo avanço para a categoria, uma dela foi a institucionalização do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que foi acompanhado com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projeto piloto Cédula da Terra (aquisição de terras por meio de crédito), entre outras iniciativas que ocorreram ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Essas iniciativas foram qualificadas e potencializadas no governo do presidente Luiz Inácio da Silva, com significativa ampliação dos recursos do crédito por meio do PRONAF, a reformulação do Projeto Cédula da Terra com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), além da criação de alguns programas e ações como: comercialização - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Organização Territorial – Programa Nacional de Fortalecimento dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC); Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com a estruturação da rede governamental e não governamental de entidades de ATER, entre outros.

O reconhecimento social e político da categoria para o desenvolvimento do Brasil tem seu ápice com a promulgação da Lei Federal Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, estabelecendo as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A sanção da lei não arrefeceu ou reverteu o histórico “bloqueio” das ações públicas para o campesinato, seja no âmbito conceitual ou na delimitação do seu espaço social e político no cenário brasileiro. De algum modo, podemos observar essa disputa política através da alteração realizada pela Lei Federal Nº 12.512, de 2011 na Lei Federal Nº 11.326 de 2006: A lei 12.512 incluiu dois incisos (V e VI) no art. 3º possibilitando as comunidades indígenas e de remanescentes de quilombos de serem reconhecidas como agricultores familiares. Essa alteração na legislação evidencia a contínua disputa política em torno da delimitação e enquadramento de grupos sociais na categoria de agricultor/empreendedor familiar.

Mesmo sofrendo todo tipo de “bloqueio” (WANDERLEY, 1996) das ações governamentais historicamente no Brasil, o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006)

¹⁷ Consideramos que a criação do Estatuto da Terra, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e seu respectivo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a inclusão parcial na previdência social através do Plano de Assistência ao Trabalhador Rural, (PRORURAL) foram avanços importantes entre as décadas de 60-85, no entanto, essas ações significaram um pequeno avanço no processo de reconhecimento (ou concessão) política para a categoria no cenário social e fundiário brasileiro. Por outro lado, no âmbito da política agrícola propriamente dita, não existiam ações efetivas de inclusão da produção campestina no rol dos vetores de desenvolvimento agrícola do Brasil e nem como agente de construção de um meio rural plural com pessoas e natureza.

demonstrou que os estabelecimentos rurais em posse da agricultura familiar são a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve cerca de 40% da população economicamente ativa do país. O setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. O setor também emprega 74% das pessoas ocupadas no campo, de 10 postos de trabalho no meio rural, sete são de agricultores familiares.

No início do governo da presidente Dilma Rousseff em virtude do amplo governo de coalisção que compôs para garantir a governabilidade do aparato estatal, a bancada ruralista no Congresso Nacional tomou novo fôlego, retomando ações de redefinição e delimitação do espaço da produção familiar camponesa no orçamento da União, realizando remanejamentos, readequações e contingenciamentos, além do subfinanciamento dos órgãos estatais que promovem esse público. Mais recentemente entre os anos de 2017 e 2018, com a ascensão controversa do governo do presidente Michel Temer, o MDA perdeu status de ministério, sendo absorvido primeiramente pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e logo em seguida sendo incorporado à estrutura funcional do Ministro Chefe da Casa Civil. Essa instabilidade tanto política quanto institucional em torno da matéria propiciou a precarização de políticas públicas importantes (a exemplo do PAA, ATER, PNCF, entre outros), os cortes orçamentários previstos para 2018-2019 põem em xeque as recentes políticas públicas desenvolvidas para o setor. Portanto, é possível pensar que o “governo Temer pode significar o fim de um ciclo nas formas de conceber o desenvolvimento e a intervenção pública nos espaços rurais do Brasil” (FAVARETO, 2017, p. 08).

É interessante frisar que desde o Governo da presidente Dilma Rouseff a bancada ruralista, e seu respectivo modelo de produção agrícola - o agronegócio - vinha em curva ascendente, retomando os poucos espaços em que a agricultura familiar tinha conquistando dentro da agenda governamental. A reforma agrária e a proteção do meio ambiente vão deixando de ter proeminência nas estratégias de fortalecimento do setor camponês, conformando um quadro desafiador para atuação dos movimentos sociais rurais na atualidade.

Esses desafios não estão circunscritos apenas no plano externo ao setor, no tocante a organização interna, Picolotto (2018) retrata os desafios no âmbito do sindicalismo rural brasileiro. O setor vem passando por significativas mudanças desde o início do século XXI. A prerrogativa da unicidade sindical que atribuía o poder de representação eclética da categoria à CONTAG, foi continuamente confrontada pelos movimentos sociais dos agricultores

familiares do Sul buscando constituir sindicatos de representação específica da categoria. Soma-se a isso a insatisfação dos trabalhadores rurais por se sentirem subrepresentados pelo sistema CONTAG. Esse litígio contra a unicidade da representação eclética sindical é gradualmente vencido por decisões judiciais, levando a CONTAG (e suas federações) a desmembrar o sistema representativo em dois, um representando a agricultura familiar e outro os trabalhadores rurais. Inicia-se assim uma corrida por reconhecimento sindical. Em 2015 o grupo constituiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR), dando início a luta pelo reconhecimento oficial da representação dos trabalhadores rurais em disputa com outros grupos sindicais. A CONTAG escolheu a representação sindical da agricultura familiar. No entanto ela não é a única organização sindical a pleitear a representação, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul (FETRAF-Sul) se organiza e constituiu em 2016 a Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF). O autor conclui que o litígio criado no entorno da representação da categoria, trata-se na verdade, de um “processo de disputa que opõem diferentes organizações de representação de trabalhadores, mas que, no geral, convergem em termos de reivindicações e projetos políticos” (Idem, p. 231).

Contudo nos questionamos se essa divisão interna no movimento sindical rural pode afetar os processos de mobilização mais amplos para defesa dos direitos da categoria frente a um cenário governamental de restrições às demandas sociais. O cenário atual traz consigo um conjunto de desafios e oportunidades para os movimentos sociais e sindicais rurais no que se refere a defesa de um modelo de produção agrícola mais sustentável e a manutenção de um meio rural com pessoas e natureza.

Ao concluir este assunto, passaremos para a etapa seguinte onde buscaremos analisar a emergência do movimento ambientalista no cenário internacional e nacional, buscando, ao mesmo tempo, entender como as bandeiras ambientalistas vem se imbricando com as bandeiras dos movimentos sociais rurais. Desta forma, nos interessa saber como vem ocorrendo o processo de ecologização das ações coletivas rurais, buscando entender suas (re)interpretações e expressões, e seu respectivo envolvimento com o Estado Brasileiro ao implementar políticas públicas para o setor e seus rebatimentos no processo de ecologização das ações coletivas da própria FETAPE.

2.3 A dinâmica de ecologização das ações coletivas dos movimentos sociais do campo

A história da colonização brasileira também pode ser contada a partir das formas de apropriação dos recursos naturais por parte dos colonizadores, tendo em vista o atendimento de seus interesses mercantis e comerciais. Os historiadores e economistas costumam falar de ciclos econômicos como forma de descrever esse processo. Essa trajetória tem seu início com a exploração extrativista do pau-brasil, seguido pela exploração agrícola (cana-de-açúcar e café) e mineral (ouro e pedras preciosas).

É com a descoberta do potencial ambiental e logístico que a região Nordeste possuía para produção de cana-de-açúcar que se inicia a inflexão no modelo de colonização empreendido pela Coroa Portuguesa. Vislumbrando constituir um sistema de exploração agrícola mais contínuo e sistemático na colônia, os portugueses expropriaram e escravizaram as comunidades indígenas, e posteriormente, o tráfico e a escravização das populações negras como forma de suprir a demanda por mão de obra para tal empreendimento. A base e o fundamento deste negócio era o monopólio sobre a posse e o uso do meio ambiente pela Coroa, alijando as populações indígenas, negras e caboclas de liberdade e terra.

As primeiras regulações ambientais implementadas pela Coroa na colônia, esboçam a preocupação de Portugal em preservar os recursos naturais para garantir a viabilidade e a constância de suas atividades econômicas. Sobre esse aspecto, Ann Hellen Weiner salienta que em determinado momento da colonização houve escassez de madeira para construção de navios. Isso levou a Coroa a instituir mecanismos de controle contra o desmatamento. Outra medida do gênero também foi tomada em 12 de dezembro de 1605 quando editou-se o Regimento sobre o pau-brasil. Desde o descobrimento já existiam regulamentos que buscam preservar as riquezas florestais expressa nas Ordenações Afonsinas. As Ordenações Manuelinas e Filipinas expressavam também outras preocupações preservacionistas, que iam além das matas ou florestas. A primeira ordenação, por exemplo, vigorou desde o Brasil colônia até o século XVII e já continham dispositivos que colocavam sobre proteção especial as abelhas, introduziu o conceito de zoneamento ambiental, além de vedar a caça em determinados lugares, e proibindo também a morte dolorosa de animais. Já as Ordenações Filipinas, expedidas em 11 de janeiro de 1603, continha dispositivos que proibiam o corte de árvores frutíferas, dava proteção especial ao gado e as abelhas, e introduziu o conceito de poluição das águas. Mesmo sendo consideradas bastantes evoluídas para época, questiona-se a aplicabilidade efetiva desta legislação. Para José Augusto Pádua o modelo de exploração predatória levado a cabo pela Metrópole foi questionado (cada qual a sua maneira) por

pensadores críticos, como Frei Vicente de Salvador, Fernandes Brandão e José Bonifácio. No Brasil imperial a regulação é novamente reforçada no Código Criminal de 1830 que trazia dispositivos que penalizavam o corte ilegal das árvores e a Lei 601 de 18 de setembro de 1850 que versava sobre o desmatamento (SOUZA, 2016, p. 106-107).

No período republicano, as medidas protetivas da natureza começaram a não ser orientadas unicamente apenas pela ótica dos interesses econômicos, outras preocupações começaram também a interferir nesse assunto, como a saúde da população e a higiene das cidades. É importante destacar que a introdução destes pontos na pauta da “agenda ambiental do país” deve-se à atuação dos médicos higienistas. Essa influência pode ser observada no Código Civil de 1916 que trazia em si um conjunto de regulamentações sobre a exploração das florestas, das águas, dos recursos minerais e da proteção ao patrimônio nacional. A própria Constituição de 1934 continha alguns dispositivos legais de cunho ambiental, como o artigo 10, inciso III, que partilhava a responsabilidade de proteção das belezas naturais e do patrimônio histórico e artístico entre a União e os Estados. É a partir de 1930 até 1971 que se sedimenta a base regulatória nacional sobre a gestão e uso dos recursos naturais e as áreas protegidas (SOUZA, 2016, p. 108-110). É importante destacar que nesse mesmo período foram constituídas as primeiras unidades de conservação da natureza no Brasil, tais áreas protegidas foram inspiradas no Parque Nacional de Yellowstone, constituída pelo governo norte-americano.

Entre a década de 1960 e 1970 acontecimentos de ordem interna e externa influenciaram a formação de um movimento ambientalista no Brasil. No plano externo, Warren (2009, p. 30-31) nos explica que neste período nascia na Europa o movimento ecológico, composto principalmente por lideranças jovens oriundas da classe média que também participavam das agitações estudantis daquele momento. Faziam duras críticas ao modelo destrutivo da sociedade capitalista, buscavam assim criar formas mais adequadas para mediar a relação entre o homem e seu ambiente natural (ou construído). O movimento era composto por duas tendências, uma de caráter mais conservadora, que buscava apenas formas mais harmônicas de se relacionar com a natureza, a outra de caráter mais progressista, que organizava suas ações coletivas com base nos protestos e na desobediência civil de cunho pacifista. Esse grupo buscava se contrapor ao uso indiscriminado da energia nuclear. Para a autora o movimento ambientalista europeu influenciou o tecido societário brasileiro através de três agentes: os políticos de esquerda (que exilados pelo regime militar instituído em 64, voltavam ao país em 79 contaminados pelos ideários pós-materialista do movimento) a classe média nacional e a igreja católica através da teologia da libertação.

A efervescência criada pelo movimento ecologista na virada da década de sessenta para setenta, contribuiu fortemente para constituição de uma agenda ambientalista internacional, tendo como marco a reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) denominada Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, que versava sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Essa conferência influenciou diretamente na abertura do debate público sobre esses respectivos temas em nosso país (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 124). No plano interno, um outro conjunto de condicionantes contribuíram para constituição de um movimento ecológico,

a lista de fatores endógenos inclui: a dramática intensificação da devastação ambiental, como consequência do “milagre econômico”; a formação de uma nova classe média, com disposição para exigir qualidade de vida; a liberalização política iniciada em 1974; o malogro da luta revolucionária armada de esquerda e, finalmente, a ambivalência entre o desenvolvimento retórico das riquezas naturais do país e a pilhagem sistemática de sua base de recursos naturais (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 90)

Para Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 123) a formação do movimento ambientalista no Brasil deve-se a mudanças nas oportunidades políticas, expressas, primeiramente, pelo aumento da permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, e segundo, pela redução da repressão às mobilizações por parte do Estado, modificando assim o estilo de interações políticas, além da própria presença de aliados potenciais, como os movimentos sociais, partidos, meios de comunicação e elites dissidentes.

Viola e Vieira (1992, p. 89) propõem que o processo de formação do ambientalismo brasileiro seja dividido em dois períodos. O primeiro tendo início em 1971 indo até 1986, onde a atuação do movimento (ainda de caráter mais localizado) estava mais associado ao processo de educação ambiental num sentido amplo, com intuito de criar e disseminar uma consciência pública sobre a deterioração do meio ambiente. No segundo período de 1987 a 1991, a atividade política do movimento passa gradualmente para o estágio de institucionalização, ampliando seu espectro de atuação e questionando o modelo de desenvolvimento do país, o encarando como fonte dos desequilíbrios ambientais.

Voltando ao primeiro período (1971-1986), podemos frisar que o mesmo foi marcado pela organização de setores da nova classe média brasileira em torno da bandeira ecológica, relacionando-a principalmente a qualidade de vida das populações urbanas.

O movimento eclode principalmente nas regiões Sul e Sudeste, sendo composto por sujeitos e perspectivas distintas. Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 126) destacam que em 1971 em Porto Alegre foi constituída por pesquisadores de ciências naturais a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). A associação era engajada principalmente na

constituição da burocracia ambiental em nível estadual. Posteriormente no Estado de São Paulo em 1973 foi formado por artistas plásticos, escritores e jornalistas o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE). O movimento preocupava-se principalmente com a poluição urbana. No mesmo Estado, em 1976, é constituído a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN). A APPN nasceu como um protesto comunitário contra a construção de um aeroporto internacional na região sudeste da Grande São Paulo. O movimento foi encampado principalmente por profissionais liberais e pequenos empresários.

Toda essa efervescência da sociedade civil ocorria paralelamente, ou até mesmo em resposta, a política implantada pelo governo militar de atração de indústrias poluidoras oriundas dos países do Norte e no encorajamento da migração de contingentes pobres do Nordeste para “ocupação” da Amazônia, estratégia essa que claramente buscava desmobilizar as lutas por reforma agrária nas áreas mais densamente habitadas. Porém, desde a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, os órgãos internacionais estavam cada vez mais sensíveis em relação à pauta ambiental, fazendo ressoar essas preocupações através de uma série de exigências e condicionalidades referente à preservação ambiental como pré-requisito para liberação de créditos para os países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. O governo militar brasileiro, que era completamente dependente desses créditos, teve que ceder às pressões internacionais, criando em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), como forma de atenuar a imagem negativa do país no cenário internacional. Com a criação da SEMA foram tomadas medidas voltadas ao controle da poluição e a criação de reservas naturais (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 90). Na segunda metade dos anos 70 se inicia a constituição das agências estaduais de meio ambiente com o objetivo de controlar a poluição ambiental. No entanto, a atuação destas agências era branda em relação os interesses das grandes empresas e indústrias. Apenas nos anos de 1980 as agências começam a agir efetivamente em termos de licenciamento ambiental (VIOLA, 1987, p. 76). As medidas ambientais adotadas pelo governo brasileiro condicionaram, de certa forma, a atuação do movimento ambientalista. Este se organizou basicamente em duas linhas de ação nesta primeira fase. A denúncia ambiental e a organização de comunidades alternativas foram essas duas formas. Ambas as vertentes possuíam um cunho apolítico, cada qual expressava isso a sua maneira,

No caso das comunidades alternativas rurais trata-se de uma rejeição de integração com a sociedade global, desde que esta interação é avaliada como contaminadora e degradadora do esforço alternativo. Nos casos de movimentos de denúncia da degradação ambiental, que agem no interior da sociedade e interagem com as associações da sociedade civil e agências estaduais, a rejeição da política tem as seguintes denotações: uma visão dos desequilíbrios ecológicos que tende a ser

dissociada dos problemas de organização do poder e da propriedade no interior da sociedade, um modo de proteção das associações contra os efeitos divisionistas que uma eventual introdução do debate político partidário teria no interior delas, uma visão da atividade política e do campo político partidário como marcados pela impureza, desonestidade e corrupção, o que contrasta com o caráter de pureza auto atribuído à visão ecológica do mundo e à militância ecológica (VIOLA, 1987, p 80).

Neste período a visão protetiva predominante no movimento ambientalista brasileiro era de cunho preservacionista. A corrente preservacionista considera que a natureza precisa estar intocada da presença humana para que haja os processos de recomposição e preservação ambiental. Para Viola e Vieira (1992) e Diegues (2000a) essa tendência é resultado da importação superficial e sincrética dos debates científicos e políticos realizados nos Estados Unidos da América (EUA). Para eles, o movimento brasileiro absorveu do debate ambiental norte-americano principalmente o aspecto preservacionista, “negligenciando os componentes da tradição conservacionista associados ao gerenciamento do racional dos recursos naturais, aspecto que é crucial, num país continental como o Brasil” (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 83). Na visão dos autores, a AGAPAN foi um dos movimentos ambientalistas brasileiros que mais sofreu influência do ambientalismo norte-americano, eles consideram que a AGAPAN teve certo sucesso na articulação de um programa estratégico ambiental que incluía medidas tanto para preservação quanto para conservação da natureza. Nesta fase os ambientalistas brasileiros centravam suas lutas e protestos contra as obras governamentais danosas à natureza; ao desenvolvimento da energia nuclear; ao uso excessivo de pesticidas na agricultura; ao aumento da poluição nas cidades e contra as grandes indústrias altamente poluidoras.

Contudo, a corrente preservacionista era majoritária entre os grupos que formavam o movimento ambientalista daquele momento, essa posição dominante pode ter contribuído para o distanciamento dos movimentos sociais rurais (comunidades tradicionais e pobres) dos debates e das lutas tidas como ambientais. Como eles dependem diretamente dos recursos naturais para sua reprodução, qualquer discussão que busque restringir seus direitos não era vista com bons olhos e não mobilizava a categoria.

No entanto, as pressões exercidas pelo movimento ambientalista nacional e os órgãos internacionais contribuíram para uma progressiva institucionalização de medidas protetivas para natureza dentro da estrutura governamental e em suas respectivas ações (políticas públicas). Ou seja, esse conjunto de pressões contribuíram para o processo de ecologização das ações do Estado. Em 1981 foram promulgados os diplomas legais que instituíram a Política Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISAMA) e o

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 1985 foi constituído o Ministério do Desenvolvimento, Urbanização e Meio Ambiente (SOUZA, 2016, p. 111-112).

Fica claro que não houve uma iniciativa genuína do aparato estatal brasileiro em preservar a natureza, as medidas ecológicas só foram incorporadas em suas ações e estruturas de poder na medida em que houveram manifestações de um lado, das pressões dos ambientalistas brasileiros, e por outro lado, das pressões sistemáticas das instituições internacionais, que foram somadas às demandas pela redemocratização do Brasil.

Nos anos de 1980 inicia-se o processo de redemocratização política do país, isso possibilitou a ampliação dos espaços de participação e articulação entre inúmeros sujeitos e movimentos sociais no Brasil, conformando-se em uma nova estrutura de oportunidades políticas (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007, p. 124). Para Viola e Vieira (1992, p. 96) a confluência desses fatores contribuiu para formação de um movimento ambiental brasileiro complexo e multisetorial, renovado e ampliado entre os anos de 1987 a 1991. A constituição do CONAMA estimulou significativamente a interrelação entre os próprios órgãos oficiais de meio ambiente (estaduais e federais), e destes órgãos com a comunidade científica e as organizações ambientalistas. Em 1989 em resposta as duras críticas sofridas no plano internacional, o Governo Federal instituiu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) que absorveu os diversos órgãos (a exemplo da SEMA) e diversas políticas públicas voltados a proteção ambiental que estavam dispersas pela estrutura governamental visando, assim, estabelecer uma ação mais coordenada para essa área.

No âmbito do movimento ambientalista, ocorreram mudanças na composição dos sujeitos e suas orientações políticas. Surgem as organizações profissionais, que já não tinham apenas o “objetivo restrito de despertar uma consciência pública, mas, em vez disso, têm um alvo mais amplo, de assegurar uma alternativa para a preservação ou restauração do ambiente degradado” (VIOLA; VIEIRA, 2007, p. 96-97). Dentre essas entidades, haviam também organizações internacionais (Greenpeace, entre outros) que também passaram a exercer grande influência junto aos órgãos oficiais de meio ambiente.

Os ambientalistas começaram a partir da segunda metade dos anos 1980 a buscar um maior envolvimento com outros movimentos sociais. Esse exercício de aproximação política contribuiu para o surgimento do socioambientalismo¹⁸, constituindo-se num outro polo ideológico dentro do movimento ambientalista. Dentre esses movimentos estavam os

¹⁸ Para Diegues (2000b, p. 38) essa corrente de pensamento ambientalista considera que são os saberes resultantes da coevolução entre humanos e a natureza que permitem a conservação e o equilíbrio entre ambos, ou seja, constitui-se um tipo de etnoconservação.

movimentos de atingidos por barragem, seringueiros, indígenas e setores de movimentos sindicais rurais. Além destes grupos rurais, buscou-se diálogo com os movimentos pacifistas, de consumidores, dos trabalhadores da saúde, estudantis e *new age*. No plano partidário, desde as eleições para a Assembleia Constituinte de 1987-88, os ambientalistas já vinham se organizando para participar do pleito. Por impossibilidades políticas e organizacionais daquele momento, os ambientalistas não conseguiram constituir um partido, mas lançaram candidaturas por alguns partidos. Desta jornada apenas um deputado, Fabio Feldman, foi eleito. O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB) foram as agremiações que mais fizeram ressoar as pautas do movimento ambientalista naquele momento (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 97-98). A constituição de um Partido pelo movimento não era uma proposta consensual, visto que muitos achavam que a atuação do movimento deveria se restringir ao lobby, protestos e manifestações. Em detrimento da posição política desta parcela do movimento, uma parte dos ambientalistas, especialmente do Rio de Janeiro, constituíram em 1986 o Partido Verde (PV) (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Na segunda metade dos anos 80 multiplicam-se organizações com pautas ambientalistas de diversos setores, a exemplo dos grupos científicos e empresariais (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 99).

Nesse período o movimento ambientalista ainda estava concentrado no Sul e Sudeste. No entanto, com a crescente atenção dada por organismos internacionais a Amazônia, o que gerou a disponibilidade de recursos financeiros e assistência técnica, o movimento ambientalista da região norte do país também passou a ter influência e protagonismo no cenário nacional. O fator particular do movimento ambientalista da região Norte é que ele era composto majoritariamente por populações rurais (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 100-101).

Este período é o ponto de inflexão e articulação entre o movimento ambientalista e os movimentos sociais rurais. Por um lado, o movimento ambientalista forjado e organizado, com base em premissas científicas, tinha conseguido politizar a natureza, ou seja, colocar o meio ambiente como objeto de atenção e proteção na agenda da sociedade e dos governos. Esses esforços contribuíram para proeminência das questões ambientais dentro do tecido político brasileiro. Por outro lado, os movimentos sociais rurais possuíam como bandeira prioritária a demanda por acesso a terra. Como já foi colocado anteriormente por Ianni (2009), a luta pela terra também é uma luta por preservação, conquista e reconquista de um modo de vida e trabalho das populações do campo. Podemos dizer que ela é uma luta por gestão e manejo dos recursos naturais a partir do conhecimento tradicional que essas comunidades possuem em seu processo de coevolução com a natureza, que se traduz na defesa de seus

territórios (DIEGUES, 2000b). O saber tradicional das comunidades rurais é ancorado sobre valores que ultrapassam a esfera das necessidades materiais, são vinculadas também com a esfera do sagrado como indicam os estudos de Alier (2017) e Woortmann (2009). A articulação entre ambos os movimentos possibilitou um processo gradual e não linear de reconhecimento, conflito e de, até em alguns casos, imbricamento entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, especialmente pela importância que a natureza tem para grupos camponeses, quilombolas, pescadores e da floresta.

Quando buscamos empregar o conceito de ecologização das ações coletivas dos movimentos sociais rurais, buscamos expressar também o processo de reconhecimento, embate e imbricamento entre a concepção de meio ambiente (e suas respectivas medidas de proteção) formulado pela ciência e os governos em relação (ou em conflito) com a concepção de natureza (e suas respectivas medidas de proteção) por parte das populações rurais. O processo de ecologização das ações coletivas corresponde, na verdade, a dinâmica de reconhecimento, valorização e politização da visão de meio ambiente que as comunidades rurais e tradicionais têm sobre o meio ambiente em que habitam. Essa dinâmica de ecologização ocorre em concomitantemente a processos de disputa e cooperação com as concepções científicas e os regulamentações governamentais para preservação da natureza.

Assim, a ecologização das ações coletivas, neste estudo, trata-se de um processo de identificação como cada movimento significa e interpreta a questão ambiental do local onde está inserido, como também inclui, a identificação de quais medidas (políticas e práticas) que esses movimentos adotam para preservação da natureza.

Do ponto de vista político, a aproximação entre os ambos movimentos possibilitou, por parte dos ambientalistas, em uma maior diversificação de sujeitos dentro do movimento, já que estes irão trabalhar e polarizar de maneira mais enfática com os ambientalistas de cunho mais preservacionista. Do outro lado, os movimentos rurais (sindical e de reforma agrária) tiveram que realizar uma reinterpretação e um reposicionamento da pauta ambiental dentro de suas lutas e bandeiras, para, inclusive, conquistar maior apoio da opinião pública em decorrência do próprio avanço/espço que a ecologização da política ganhou na sociedade.

Essa discussão aparece de maneira mais articulada principalmente na bandeira por uma agricultura mais saudável e sustentável sem o uso de agrotóxicos, ou sobre os direitos dos povos da floresta, das marés e rios. Por outro lado, um dos maiores limitadores do processo de ecologização das ações coletivas dos movimentos rurais têm sido as medidas ambientais adotadas pelo Estado, que historicamente tem prejudicado os interesses e os modos de vida das populações do campo. Esse processo restritivo pode ser notado na constituição das UC

pelo Estado brasileiro, a maioria desses equipamentos ambientais constituídos negavam a presença e participação desses grupos sociais na formulação, criação e gestão desses espaços.

As ações/políticas ambientais foram historicamente forjadas e implantadas no Brasil de maneira restritiva. Diegues (2000a, p. 125, 136) nos explica que por muito tempo as instituições governamentais (e os cientistas) eram fortemente influenciados pela perspectiva preservacionista (considera a presença humana ameaçadora ao meio ambiente), forjando, assim, o mito moderno da natureza intocada. Essa abordagem protetiva da natureza gerou inúmeras iniciativas públicas (principalmente relacionadas a constituição de áreas protegidas) que desconsideravam os direitos, as formas de apropriação e uso dos recursos naturais realizados por várias populações rurais e tradicionais no meio rural, no litoral e nas florestas. Para Diegues, em nossa história nacional, parte considerável da concepção e implementação de políticas ambientais fez-se excluindo populações locais, grupos tradicionais (camponeses, caçaras, pescadores, etc.) de seus locais de morada e trabalho. A política ambiental implementada era permeada por um discurso biologizante que apartou natureza do ser humano, ao ver neste último um inimigo, um elemento que compunha o problema ambiental.

Destacamos que as ações governamentais voltadas a constituição de UCs no Brasil geraram inúmeros conflitos com as populações locais (de forma majoritária nos espaços rurais, mas também com ocorrências nos espaços urbanos), criando, na maioria dos casos um descompasso entre proteção ambiental e os modos de vida das pessoas residentes nessas áreas (ou em seu entorno). Esse desacerto entre política ambiental e populações locais ocorria, primeiro, pela forma arbitrária e antidemocrática que o Estado constituía essas áreas, e segundo, pelo tipo de modalidade de UCs que era constituído denominado de proteção integral. Nesta modalidade a legislação exigia (e exige) que as populações locais saiam dessas áreas onde foram constituídos esses equipamentos ambientais. Além da área propriamente dita para proteção integral, as áreas do seu entorno seguem algumas regulamentações específicas, pois, compõem a Zona de Amortecimento (ZA). Desta forma, a área de proteção integral além de muitas vezes gerar a expulsão das populações locais, e como vimos anteriormente, essas pessoas em sua maioria são posseiros, ou seja, não detém documentação de posse da terra, terminam sendo despejadas sem qualquer tipo de indenização. No caso das famílias que ficam circunscritas na ZA, muitas vezes se veem impedidas de realizar suas técnicas e práticas produtivas por terem que seguir regramentos específicos estabelecidos no Plano de Manejo da UC.

Este tipo de conflito ficou mais característico na região Norte do país, no entanto esse fenômeno ocorria (e ainda ocorre) em todo o nosso território. Na Amazônia o movimento de

seringueiros obteve uma grande conquista logo após o assassinato de Chico Mendes em 1988. A partir de grande mobilização política eles conseguiram constituir a primeira UC de uso sustentável do país, a reserva extrativista (Reserva Extrativista Alto do Juruá no Acre em 1990). Esse foi o primeiro equipamento ambiental de proteção da natureza que permitia, até então, a presença de populações humanas dentro da UC. Isto é, a presença dessas populações era vista como garantia, inclusive, do uso sustentável dos recursos naturais.

Na medida em que os conflitos socioambientais se multiplicavam, o Estado foi se estruturando e evidenciando o meio ambiente dentro de sua estrutura governamental, ou seja, mesmo que por pressões internacionais ou dos movimentos ambientalistas nacionais, o estado brasileiro também passou por um processo de ecologização de suas políticas públicas. Em 1990, no governo Fernando Collor de Mello, constituiu-se a Secretaria do Meio Ambiente, diretamente vinculada à Presidência da República (desvinculando a pauta do Ministério criado em 1985). Este quadro foi modificado no governo Itamar Franco em 1993 quando se extinguiu a secretaria e se constituiu o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Em 1995 houve nova modificação na nomenclatura do ministério para Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, adotando, posteriormente, o nome de Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, retornou à denominação de Ministério do Meio Ambiente (MMA). No dia 18 de julho de 2000 foi promulgada a Lei Federal Nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Mesmo ocorrido a constituição de um ministério dentro da estrutura governamental e ter se constituído o SNUC, que estabelecia a constituição de UCs de proteção integral e de uso sustentável, a condução das ações governamentais não tinham deixado de ter um viés altamente preservacionista, e conseqüentemente, gerador de inúmeros conflitos.

Pode-se deduzir de alguma forma, o porquê dos movimentos camponeses cerceados historicamente ao direito de acesso à terra não terem “engrossado as fileiras das lutas ambientais”. É possível pensar que a memória coletiva impregnada nos imaginários desses movimentos, talvez remeta, de alguma maneira, a proteção ambiental concebida pela ciência biologizante e pelo aparato estatal como algo que restringiria ainda mais o acesso aos seus direitos sociais, aos recursos naturais que tanto perseguem e à continuidade de seus modos de vida.

Compreender a dinâmica de ecologização das ações coletivas rurais é algo tão complexo, que Warren (2009, p. 95), no início dos anos de 1990, ponderava que nem os movimentos camponeses e os pesquisadores que estudavam os movimentos, grosso modo,

não tinham incorporado a pauta ambiental de maneira contundente e sistemática no espaço-tempo. Por outro lado, a pesquisadora argumentava a possibilidade também de que a abordagem adotada pelos pesquisadores, até aquele momento, talvez não tivesse conseguido captar o processo de ecologização das ações coletivas desses movimentos.

Em nosso entendimento, a assimilação desse tema não parece ocorrer de maneira automática ou uniforme entre as ações coletivas rurais pelos seguintes fatores: I) Os movimentos rurais foram organizados historicamente sobre as bandeiras do acesso à terra e dos direitos trabalhistas (e que em alguns casos a questão ecológica poder ser encarada como algo restritivo à conquista desses direitos); II) O entendimento e a atuação a partir de uma agenda ecológica é tão diversa quanto a própria diversidade de categorias sociais que integram o mundo rural brasileiro (agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, catadoras de mangaba, quilombolas, indígenas, etc); III) As práticas e os saberes ecológicos das comunidades tradicionais e camponesas não são levadas em conta no momento da formulação e implantação das políticas públicas ambientais; e IV) a luta ambiental também foi entendida como uma agenda de grupos da classe média urbanos sem vinculação popular, já que se concentrava em estilos de vida e formas de consumo.

Esse conjunto de fatores supracitados não estancou, ou estanca, o processo de ecologização das pautas dos movimentos sociais rurais. Esses elementos devem ser encarados como variáveis que devem ser consideradas quando tratamos do tema. As formas e os meios de proteção da natureza não são consensuais, como já explicitado, existe um embate entre a visão protetiva preservacionista e a conservacionista (socioambientalista), essas duas perspectivas dividem sujeitos tanto do movimento ambientalista quanto nas agências governamentais responsáveis pelos processos de formulação e execução de políticas para o meio ambiente. A inserção das populações rurais nesse debate alargou a base política e representativa dos conservacionistas/socioambientalistas, equilibrando de alguma forma a correlação de forças em relação a corrente ambientalista, majoritária até então.

O meio ambiente enquanto ponto de pauta agora já não é uma temática restrita ao movimento ambientalista, um conjunto de outros atores sociais externos e internos ao meio rural também se apropriaram do debate e formulavam propostas de proteção da natureza. Um desses exemplos é apresentado por Warren (2009, p. 46-47). A autora cita o papel de setores da Igreja Católica vinculados a Teologia da Libertação que buscaram articular os valores pós-materialistas do movimento ecopacifista às lutas das populações do campo. Em sua visão essa iniciativa não passou de uma mera preocupação abstrata em relação a natureza, sem maiores

propostas ou intervenções, mas conformou-se de qualquer forma num difusor importante da consciência ecológica junto as populações rurais.

A ecologização dos movimentos sociais rurais fica mais evidente quando observamos as suas propostas de mudança do modelo de produção agrícola vigente no país. Para Picolotto e Piccin (2008), os movimentos camponeses¹⁹ (MST; MAB; MPA; MMC) ligados à Via Campesina estão absorvendo em seu repertório de lutas a questão ambiental de maneira mais contundente. Mesmo que cada um deles confira determinada ênfase a certo aspecto da dimensão ambiental, há em comum, a promoção da agroecologia como modelo de produção agrícola e de geração de energia sustentável.

Na esfera sindical rural, por exemplo, estudos (PICOLOTTO, 2012; PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015) apontam que o projeto alternativo de desenvolvimento rural idealizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) se irradiou positivamente nas pautas da Confederação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul (FETRAF-Sul). A mesma coisa percebe-se na luta das comunidades pesqueiras pelo país (do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP – e do Movimento dos Pescadores e Pescadoras - MPP), cuja ecologização política assume, cada vez mais, o centro de suas ações coletivas nas últimas três décadas (RAMALHO; SANTOS, 2018).

A ecologização da pauta desses movimentos teria se dado de duas formas: a) adoção da sustentabilidade ambiental como princípio orientador das ações coletivas; b) defesa da agroecologia como modelo sustentável de agricultura. Niederle et al (2018) ressalta que a agroecologia tem sido uma bandeira de convergência entre o conjunto de movimentos rurais perante o governo federal. Segundo Ramalho e Santos (2018) além da agroecologia a defesa de seus territórios tradicionais de morada e trabalho também tem unificado as lutas dos movimentos rurais. Essa convergência tem gerado ações e reivindicações por políticas públicas voltadas fortemente ao fomento da agroecologia no país e o reconhecimento aos territórios pesqueiros, o que também resultou, em certa medida, das próprias ações públicas desenvolvidas pelos Governos Federais que estiveram sobre as presidências de Luís Inácio da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016) e na Campanha pela Legalização dos Territórios Pesqueiros (de 2013 até a presente data). Por exemplo, em 2012 esse processo culminou com a promulgação por parte do governo federal do Política Nacional de

¹⁹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento Atingido por Barragens - MAB; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)²⁰.

Considerando o quadro de mobilização mais amplo exposto por Niederle et al (2018) e os dados coletados no decorrer desta pesquisa, demonstrou que o movimento ambientalista rural no Nordeste é um movimento que promove a convivência com o semiárido e a agroecologia como modelo de produção agrícola. Essas duas bandeiras são os elementos aglutinadores dos movimentos sociais rurais e seus parceiros no bioma caatinga de clima semiárido, fato que discutiremos nos próximos capítulos deste escrito.

No entanto, é importante salientar que tanto Warren (2009), quanto Diegues (2000), identificam que a agenda ambiental é presente de maneira mais expressiva nas pautas dos movimentos seringueiros, indígenas, pesqueiros e atingidos por barragens num sentido mais amplo. Os autores expõem que esses movimentos se articularam de forma mais orgânica com o movimento ambientalista, como também identificado por Viola e Vieira (1992). Entretanto, Warren (2009) coloca que a consciência ecológica não é mais abrangente entre as populações rurais do que em relação as populações urbanas. Para autora, as populações rurais apenas se mobilizam de maneira mais contundente em relação a questão ambiental, quando as circunstâncias socioambientais interferem diretamente nas condições de sobrevivência do grupo. Essa situação limite foi vivenciada pelas comunidades rurais na Amazônia no decorrer de todo século XX, conformando-se num dos elementos que contribuíram para o enraizamento e o imbricamento do viés ecológico dentro das pautas e práticas dos movimentos rurais da região.

²⁰ A redação do Decreto N° 7.794 de 20 de agosto de 2012 que instituiu o PNAPO faz menção a agroecologia como uma forma de proteção da biodiversidade. No entanto o decreto não faz nenhuma menção de maneira direta entre o PNAPO e as unidades de conservação. Essa menção ocorre apenas no PLANAPO. No plano na meta 8 é sugerido que seja realizado um mapeamento das variedades crioulas, locais e tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável e das nas ZA's. Outra medida sugerida na meta é de mapear a distribuição geográfica dos parentes silvestres de espécies de valor econômico atual e potencial em Unidades de Conservação de Proteção Integral e suas respectivas zonas de amortecimento, com vistas ao estabelecimento de estratégias específicas para a promoção do conhecimento e uso desses materiais genéticos. Na meta 10 é sugerido que seja Promover Assistência Técnica e Extensão Rural para 26.000 famílias beneficiárias do Bolsa Verde em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. Em nossa compreensão a política nacional de agroecologia deveria ter considerado as unidades de conservação como pontos geográficos prioritários para implantação do PNAPO, seja por meio das unidades de uso sustentável ou zonas de amortecimento. É necessário que a política de proteção ambiental seja articulada de maneira mais enfática uma política agrícola baseada na agroecologia.

Tabela 1 - Entidades que compõem o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) do Ministério do Meio Ambiente

<i>País / Região / Estado</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Brasil	773	100%
Sul	129	16,68
Sudeste	393	50,84
Centro-Oeste	78	10,09
Norte	46	5,95
Nordeste	127	16,42
Pernambuco	25	19,68

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados contidos do sistema MMA/CNEA, 2019.

*Informações atualizadas pelo sistema na Quarta, 07 de junho de 2017, 12h42. Disponível: <http://cnea.mma.gov.br/entidades-cadastradas> Acessado dia 07/06/2019.

Contudo, quando observamos os dados do Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas (CNEA) vinculado ao MMA, emerge um conjunto de questionamentos. Antes disto, é necessário que façamos dois esclarecimentos. O primeiro é deixar claro que o cadastro não é obrigatório e não representa o conjunto das entidades ambientalistas existentes no país. Geralmente o cadastro é realizado por entidades não-governamentais que realizam convênios e parcerias com o poder público. Desta forma o cadastro não consegue captar outras associações e entidades que protestam e lutam em favor do meio ambiente. O segundo ponto é que o CNAE considera a localização da entidade com base no endereço de sua sede. Feito esses esclarecimentos, os dados expostos suscitam os seguintes questionamentos: Porque o número tão baixo de entidades ambientalistas na região Norte, sendo essa uma região onde a causa ambiental está tão enraizada segundo a produção acadêmica? Podemos cogitar que é a região Sudeste (que possui mais de 50% das entidades) e as entidades ambientalistas internacionais que coordenam os esforços ambientais na Amazônia, por isso mesmo não deixam emergir as entidades locais? O Nordeste é a terceira região com maior número de entidades cadastradas, porque na literatura especializada existem poucos registros sobre o protagonismo do movimento na região? Em relação ao objeto de nossa pesquisa é importante destacar que Pernambuco abriga quase 20% das entidades ambientalistas cadastradas no Nordeste, dentre elas não consta o cadastro de nenhum movimento (social ou sindical).

De certa maneira, parece ocorrer um *delay* das lutas ambientais, em âmbito regional ou até mesmo em cada bioma, repercutindo naturalmente na ecologização das pautas dos movimentos camponeses neles circunscritos. No Nordeste a proteção da Mata Atlântica tem sido uma das prioridades dos ambientalistas, pelo fato do bioma ter sido o primeiro a ser explorado desde a colonização. Porém, nos interessa saber nesta pesquisa mais

especificamente como os movimentos sociais rurais tem atuado no Bioma Caatinga. Este questionamento tem como fundamento duas questões levantadas por pesquisas governamentais. Primeiro, a Caatinga é o quarto bioma mais desmatado do país, restando apenas 54% de sua vegetação natural (IBGE, 2015), ao mesmo tempo, situa-se numa região que abriga a maior parte dos estabelecimentos rurais do Brasil que estão em posse da agricultura familiar e camponesa (IBGE, 2006; 2017). Na caatinga a ação ecológica prevalecente dos movimentos é a da convivência com o semiárido com foco no acesso aos recursos hídricos e na promoção da agroecologia. A questão hídrica não pertence apenas às populações rurais, também é objeto de atenção das populações urbanas e dos poderes públicos locais e estaduais. Talvez seja possível pensar que a unanimidade criada em torno da questão hídrica pelo conjunto de atores sociais que habitam a caatinga tenha terminado por “eclipsar” (sobrepor) as demais questões ambientais inerentes ao bioma (vegetação, solos, flora, fauna).

Esse quadro talvez seja corroborado, em parte, pela ineficiência das ações governamentais voltadas a criação de áreas protegidas na forma de UCs (entre outras formas de intervenção e fiscalização). Por outro lado, denotamos certa carência de estudos voltados a compreensão das possíveis correlações existentes entre movimentos de camponeses, unidades de conservação e o avanço do desflorestamento na caatinga. É justamente a interseção desses três elementos que buscaremos aprofundar nas próximas páginas deste estudo.

Por se tratar de um fenômeno regional, ou seja, abarcando um conjunto de complexidades logísticas e financeiras, a pesquisa buscou entender melhor um fragmento geográfico desse processo, privilegiando a esfera estadual, mais especificamente o Estado de Pernambuco. Do ponto de vista das ações de proteção ambiental, a esfera estadual é concebida como uma instância que possibilitaria uma melhor governança sobre tais ações pela proximidade da população e dos recursos naturais. Esse recorte espacial contribui também para uma análise mais apurada sobre a atuação dos movimentos rurais dentro dessa temática. Em Pernambuco, por exemplo, desde 2009 foi constituído o SEUC-PE como principal mecanismo público de proteção ambiental da caatinga, no entanto, a implantação dessa política parece reproduzir o mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2000a) ao instituir apenas unidades de conservação de proteção integral. Ao que parece as medidas focadas unicamente na constituição de unidades de proteção integral não têm conseguido estabilizar ou reverter o quadro de desmatamento em andamento no Estado, conquistando o *raking* negativo de terceiro ente federativo que mais possui área do bioma proporcionalmente desmatada (IBGE, 2015).

Outro aspecto importante a ser aludido refere-se ao sujeito a ser analisado. Buscaremos compreender o processo de ecologização das ações coletivas da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com a política pública estadual de unidades de conservação de 2009 a 2018. A escolha deste movimento se justifica por dois fatores. Primeiro por sua relevância no cenário estadual e nacional nas lutas das populações do campo, e segundo, por fatores de ordem operacional e de exequibilidade da própria pesquisa.

Por tanto, para que possamos compreender melhor como as ações coletivas da FETAPE vêm incorporando a dimensão protetiva do bioma caatinga é de fundamental importância que nos aprofundemos primeiro sobre dois elementos. O primeiro é em relação as ações governamentais voltadas a proteção da biodiversidade através da constituição de UCs em âmbito internacional, nacional e estadual (Pernambuco). O segundo elemento refere-se ao próprio quadro ambiental do bioma caatinga, focando principalmente a realidade deste bioma no estado de Pernambuco. Esses dois elementos serão discutidos no próximo capítulo de nossa pesquisa, para que em seguida possamos compreender como a FETAPE vem incorporando a dimensão ecológica em suas ações coletivas.

3 BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E O BIOMA CAATINGA

No capítulo anterior discutimos os marcos teóricos e metodológicos utilizado pelas ciências sociais para compreensão das ações coletivas, e desta forma, lançar luzes sobre os fatores que possibilitaram o entrecruzamento dos movimentos sociais rurais e o movimento ambientalista. Esse foi o primeiro passo dado para cumprimento do objetivo de nossa pesquisa, que é compreender o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com o SEUC-PE no período de 2009 a 2018.

Entretanto, antes de analisar estritamente o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE, se faz necessário aprofundar nossos conhecimentos sobre dois aspectos relacionados ao contexto (institucional e ambiental) em que o movimento está circunscrito, que termina por estabelecer o horizonte de oportunidades, limitações e demandas políticas. O primeiro aspecto refere-se à trajetória da estratégia de proteção da biodiversidade mais utilizada por inúmeros países no mundo que é a constituição de UCs, entendendo seus rebatimentos e transformações no Brasil provenientes do processo de institucionalização pelo governo brasileiro (federal e estadual) por meio de políticas públicas. O segundo aspecto refere-se as particularidades ambientais do bioma caatinga do ponto de vista regional, bem como sua realidade no estado de Pernambuco, investigando, concomitantemente, as medidas adotadas pelo SEUC-PE para sua preservação.

3.1 A constituição de áreas protegidas como estratégia de proteção da biodiversidade: O debate e as influências internacionais

Na atualidade é convencionado por inúmeros países do globo que a proteção da biodiversidade perpassa pela constituição de áreas protegidas (unidades de conservação). Logicamente ela não é a única medida adotada por esses governos para preservação de espécies (animais, vegetais) e do patrimônio genético e paisagístico, no entanto, é apontada como a medida mais eficaz para esse fim, e por isso mesmo, ganha proeminência dentro das ações governamentais voltadas a proteção dos recursos naturais (VALLEJO, 2002, p. 57).

A centralidade deste debate na agenda governamental na atualidade é motivada principalmente pelo aumento da percepção destes agentes sobre a importância econômica da biodiversidade, demandando desta forma

um compromisso internacional para sua conservação e traz à tona a discussão do papel da soberania dos estados possuidores de megadiversidade, no estabelecimento de regras e regulamentações para a bioprospecção. Regras que observem os princípios de preservação, participação pública, transparência e promoção de justiça e equidade distributiva (CASTRO JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2012, p. 27).

Porém esse conjunto de princípios nem sempre são seguidos ou implementados da mesma forma pelo conjunto dos países signatários a ONU. Mesmo estando em vigor um conjunto de regulações e convenções internacionais relacionadas a constituição de áreas protegidas são nos países em que ocorrem as colisões e disputas entre os interesses dos governos, das empresas, da sociedade e dos próprios grupos ambientalistas entre si.

Para que possamos entender melhor como essa gama de interesses e contextos interferem nos processos objetivos de constituição de áreas protegidas nos países é importante observar as contribuições de Joan Martínez Alier. Em sua obra Alier (2017, p. 21-34) pensa a questão da proteção ambiental a partir de um enfoque político, buscando analisar o assunto para além da dicotomia entre preservacionistas e socioambientalistas. Para o autor, no campo ambiental coexistem três correntes ecologistas, as quais denomina como: “o culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”. Em sua perspectiva os adeptos ao “culto ao silvestre” não buscam atacar ou discutir o modelo de produção ou crescimento econômico vigente. Para Alier esses grupos almejam criar uma “ação de retaguarda” para preservar e manter o que resta dos espaços da natureza original situados fora da influência dos mercados. O culto ao silvestre nasce do amor às belas paisagens e de valores profundos de preservação do “natural”. Os adeptos do “evangelho da ecoeficiência” estariam mais preocupados com mitigação dos impactos ambientais negativos e dos riscos à saúde humana decorrentes das atividades industriais, da urbanização e da agricultura moderna (a base de agrotóxicos). Em busca de equalizar o modelo produtivo vigente com os ciclos naturais, os adeptos desta corrente apostam nos conceitos de desenvolvimento sustentável, modernização ecológica e utilização racional dos recursos naturais. Preocupam-se com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais - eles não se preocupam tanto com a perda dos atrativos naturais ou dos seus valores intrínsecos. Os adeptos do “ecologismo dos pobres” seriam as populações pobres e comunidades (rurais, tradicionais e alternativas) preocupadas com o sustento, sobrevivência e permanência em seu território. Eles também denunciam os impactos negativos do modelo produtivo vigente sobre a natureza. Seus adeptos chamam a atenção para o deslocamento geográfico dos recursos (e áreas de descarte) e afirmam que as comunidades (rurais e tradicionais) vêm coevolucionando

com a natureza de maneira sustentável, e consequentemente, assegurando a conservação da biodiversidade.

Desta forma, Alier (2017) nos fornece elementos para pensarmos a dimensão protetiva da natureza para além da dicotomia entre preservacionistas e conservacionistas. Sua abordagem observa as correntes ecológicas por meio de um gradiente político (preservacionistas, ecoeficiência e socioambientalismo) que expressa perspectivas sobre o uso dos recursos naturais e o respectivo modelo de organização social que sustentam essas práticas econômicas. Para que possamos entender melhor como essas visões ecológicas nasceram, permeiam e interferem nos processos de constituição das áreas protegidas é necessário que observemos primeiro a trajetória internacional do debate sobre de constituição de tais áreas.

Diegues (2000a, p. 23-24) e Thomas (2010) nos explicam que no início século XIX ocorreu um reposicionamento dentro do imaginário popular, especialmente ocidental, sobre a importância do mundo selvagem com o avanço da História Natural²¹. Anteriormente, principalmente na Europa, o que tinha valor era o mundo natural domesticado e os campos de cultivo. Existia uma linha muito tênue entre a civilização e a “barbárie” que a natureza representava. É com o desenvolvimento das ciências naturais que os espaços selvagens começaram a ser valorizados como habitats de espécies selvagens. Outro elemento importante é que o desenvolvimento científico correu em paralelo ao desenvolvimento industrial, e com ela a vida nas cidades, fazendo com que gradualmente a vida no campo passasse a ser idealizada sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas com a produção agrícola como sendo o local de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual.

Os autores destacam também, por exemplo, o papel relevante dos escritores românticos para construção desse imaginário. São esses sujeitos que irão influenciar de maneira significativa a constituição de áreas de proteção, pelo fato de tal literatura denotar o papel da natureza como o lugar da descoberta do “eu”. Para os escritores românticos a beleza natural e o valor estético das áreas naturais conduziram as pessoas a meditação, ou seja, a natureza passa a ter um papel de mediação do sujeito com suas manifestações subjetivas.

Contudo, é nos Estados Unidos em 01 de março de 1872 que nasce o primeiro protótipo de áreas protegidas: o Parque Nacional de Yellowstone. Sua constituição deve-se a iniciativa

²¹ Para Descola (2000, p. 161) “O naturalismo é simplesmente a crença de que a natureza existe, ou seja, que certas entidades devem sua existência e seu desenvolvimento a um princípio alheio ao acaso, bem como aos efeitos da vontade humana”.

de grupos preservacionistas norte-americanos, que, no final do século XIX, advogavam a crença de que existiam grandes áreas não habitadas (principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste). Por esse motivo esses grupos buscavam colocar esses espaços a disposição das populações urbanas para fins de recreação e atividades científicas. Esse fenômeno ocorre dentro de um tecido social onde o capitalismo já se consolidara (indústrias e cidades).

Não é demais lembrar que no final do século XIX o desenvolvimento econômico norte-americano já demonstrava seus custos ambientais, propiciando assim a formação de um movimento dentro da sociedade a favor da constituição de áreas protegidas. Dois teóricos foram importantes na formação dessa ebulição social norte-americana voltada a proteção ambiental, são eles: Henry David Thoreau e George Perkins Marsh.

Thoreau estudou a administração de florestas e criticou a destruição das mesmas para fins comerciais. O avanço dos colonos para o oeste tinha demonstrado que tanto os índios como a natureza eram alvos de predação. Marsh em 1864 escreve o livro *Man and Nature* que causa grande repercussão na sociedade americana. No livro ele denuncia que a onda destrutiva sobre a natureza poderia colocar em perigo a própria existência da humanidade no planeta. Marsh apresentava elementos de caráter econômico e poético para justificar a importância da preservação das áreas virgens. Ambos partilhavam uma visão preservacionista, ou seja, valoravam à natureza a partir de seus elementos estéticos e espirituais atribuídos a vida selvagem.

Outras perspectivas protetivas da natureza também competiam no mesmo período, no entanto, não lograram êxito, a exemplo da proposta do artista George Carlin. Ele propôs que índios, búfalos e áreas virgens poderiam ser igualmente protegidos. É importante destacar que o local onde foi constituído o Parque de Yellowstone não era um espaço vazio, a região era habitada por três etnias indígenas norte-americanas. A constituição do parque não levou em conta os interesses dessas populações. É importante salientar que a concepção da grande parte dos grupos preservacionistas norte-americanos que apoiavam a constituição de áreas protegidas tinha forte influência da mística de origem cristã do “paraíso terrestre”. Os preservacionistas cristãos interpretaram esse local idílico descrito pela mitologia cristã como um habitat selvagem e desabitado (DIEGUES, 2000a, p. 26-27).

A literatura especializada termina por eleger o Parque Nacional de Yellowstone como sendo o marco inaugural das discussões sobre áreas protegidas e proteção da natureza, entretanto, muitas vezes essa mesma literatura omite que a implantação do parque também pode ser considerada como marco fundador dos conflitos sociais gerados por esses aparelhos

ambientais no tecido societário onde eles são implantados. É neste momento inicial do processo de constituição de áreas protegidas que se consolida a visão do “culto ao silvestre” descrito por Alier (2017). Para Rodman a perspectiva majoritária sobre

a criação de parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez que beneficiada as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada valor em si, digno de ser protegido (DIEGUES, 2000a, p. 35).

Para Schwartzman (2000, p. 261) o radicalismo preservacionista que motivou a criação de áreas protegidas nos Estados Unidos e na Europa foi produto do momento histórico, visto que as florestas primárias dessas regiões já estavam quase desaparecendo, fazendo com que a constituição dessas áreas protegidas fossem quase que uma necessidade. Porém, a autora destaca que essa não era a realidade das florestas tropicais nos países do Sul, sendo descabido a transposição de tal modelo de áreas protegidas sobre os ditames estabelecidos pelos países do Norte.

Todavia, a concepção preservacionista terminou plasmando-se e virando sinônimo de áreas protegidas, fato esse que terminou por influenciar um conjunto de políticas públicas de inúmeros países espalhados pelo globo, no que se refere a constituição de suas próprias medidas de proteção do patrimônio natural e paisagístico no início do século XX, tendo como principal justificativa e base científica a biologia. Até aquele momento não existia uma definição universal do que seria ou como deveria ser implantado um parque nacional. Por esse motivo a experiência norte-americana de Yellowstone ganhou proeminência e foi difundida como modelo a ser seguido, concepção essa que foi sustentado por acadêmicos da época.

A América Latina foi um dos primeiros continentes a copiar o modelo. A Argentina implantou seu primeiro parque em 1903 e o Chile em 1926. Em 1933 foi realizada em Londres a Convenção para Preservação da Flora e da Fauna. Neste evento ficou convencionado que os parques nacionais seriam geridos pelo poder público com a finalidade de proteger a fauna e a flora, e deveriam estar abertos unicamente para visitação pública. Em 1937 é constituído o primeiro parque nacional no Brasil (DIEGUES, 2000a, p. 99). No entanto, foram nos países da América Latina que esse modelo de área protegida, transporte da experiência norte-americana, foi contestado e combatido, pois

No Terceiro Mundo, a combinação de ciência formal com a informal, a concepção de “ciência com pessoas”, antes que uma “ciência sem pessoas”, caracteriza a defesa da agroecologia tradicional dos grupos de camponeses e indígenas, com os quais há muito que ser aprendido através de um autêntico diálogo de saberes (ALIER, 2017, p. 36)

O debate em escala global sobre áreas protegidas retoma de maneira mais sistemática após o fim da segunda guerra mundial com a constituição da ONU pelos países aliados. Em 1948 pesquisadores e ativistas ambientalistas constituem a União Internacional de Proteção para Conservação da Natureza (UICN). A entidade não-governamental de atuação internacional tem papel relevante junto a ONU e aos países membros nas dinâmicas relacionadas a constituição de UCs.

Em 1959 o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas organizou a primeira lista dos parques nacionais e reservas equivalentes. Em 1960 a UICN estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas como instância de suporte a tais áreas. Em 1962 é realizada a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais em Seattle nos Estados Unidos. Neste evento são elaboradas novas orientações, como por exemplo, para criação de áreas de proteção marinha, apoio a educação ambiental, proteção a espécies em extinção e proibição de instalação de usinas nucleares nos parques. No mesmo ano é realizado em Bali, na Indonésia, a Terceira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais. Nesta conferência o debate entorno dos parques nacionais começa também a ser articulado com questões relacionadas ao desenvolvimento social e econômico. Enfim, neste evento é exposto de maneira mais contundente a relação entre as populações locais e as unidades de conservação, reafirmando os direitos das sociedades tradicionais (ou não) residentes nos locais onde os parques (ou reservas) fossem constituídas (DIEGUES, 2000a, p. 99-101).

É em Bali que as populações locais (camponeses indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores, etc.) conseguem vocalizar e defender seus direitos de exercer seus modos de vida e suas respectivas formas de manejo dos recursos naturais em contraposição a concepção preservacionista que imperava nos processos de constituição de UCs coordenado pelos governos nacionais. A atuação contundente dessas populações no evento em Bali pode ser considerada como um processo de ecologização. Por um lado, esse momento conforma-se num espaço de reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais dessas populações provenientes de suas dinâmicas de coevolução com a natureza. Por outro lado, o evento conformou-se como instrumento político de pressão sobre os organismos internacionais e os governos nacionais para que revisassem seus conceitos sobre ecologia, medidas protetivas e intervenções públicas. A concepção embutida do “culto ao silvestre” (ALIER, 2017) nas ações governamentais de constituição e gestão das áreas protegidas estava sendo questionada, ocorre desta forma, uma politização do meio ambiente, ou seja, o embate entre concepções de natureza (e as respectivas medidas necessárias para sua proteção) entre cientistas, governos e comunidades locais (camponesas e tradicionais).

Uma das principais consequências das discussões realizadas em Bali é que o evento ratificou a importância dos governos nacionais em discutirem e tomarem medidas conjuntas com as populações locais no que se refere a demarcação e ao manejo dessas áreas. Em 1980 o documento produzido pela UICN intitulado *Estratégia Mundial para a Conservação*, reforçava o papel dessas áreas para proteção do patrimônio natural e genético, porém o mesmo documento ressaltou a importância de se levar em consideração os sistemas tradicionais de manejo das populações locais (DIEGUES, 2000a, p.99-101).

Para Souza (2014, p.40-44) o documento da UICN acima mencionado busca dar destaque ao processo de extinção de determinadas espécies, sugerindo que se faça um levantamento das espécies em perigo que ainda não estavam protegidas. Sugeriu também que os países que já possuísem áreas protegidas pudessem realizar um inventário para estimar quais espécimes que já gozavam de proteção. Os ecossistemas únicos deveriam ser objeto de uma ação prioritária, cada país deveria ter seu sistema de áreas de protegidas, buscando criar graus de proteção para cada tipo de biota. Conforme orientações da UICN os esforços nacionais deveriam estar articulados entre si também em âmbito internacional. Naquele momento a organização realizou um levantamento das áreas protegidas existentes pelo mundo, deste mapeamento a organização descreveu as seis categorias mais comuns e usuais de UCs constituídas até então.

Tabela 2 - Categorias de áreas protegidas sistematizadas pela UICN

Categorias de Áreas Protegidas da UICN	Objetivo / Finalidade
Reservas Naturais Estritas	Áreas naturais manejadas principalmente com fins científicos.
Áreas Silvestres	Áreas naturais manejadas principalmente para manutenção da natureza.
Parque Nacional	Áreas naturais manejadas principalmente para proteção dos ecossistemas e atividades recreativas.
Monumento Natural	Áreas protegidas manejadas para conservar características específicas.
Área de Manejo de Habitats / Espécies	Áreas manejadas principalmente para conservação, com intervenção ao nível de gestão.
Paisagens Manejadas	Áreas terrestres ou marinhas, manejadas principalmente para conservar paisagens e recreação.
Área protegida com Recursos Manejados	Áreas de reserva de recursos manejados de forma sustentável.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Souza (2014, p. 44-45).

Contudo, Brito (2003, p. 27) destaca que o avanço no debate sobre áreas protegidas também foi acompanhado pelo aumento vertiginoso da constituição dessas mesmas áreas. Entre os anos de 1950 a 1970 foram criadas cerca de 1.300 áreas pelo mundo. Um dado interessante e controverso é dado pelo Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e o

Desenvolvimento (Nosso Futuro Comum), apontando que nos anos 70 houve um grande aumento do número de UCs (cerca de 80%), no entanto, 2/3 desse crescimento se deu nos países do terceiro mundo.

De alguma forma, podemos pensar que o debate internacional sobre proteção ambiental terminou pressionando os países mais pobres e menos desenvolvidos a constituírem unidades de conservação sobre os ditames preservacionistas instituídos pelos cientistas do eixo Norte do globo. Podemos deduzir, então, que houve também nesses países um incremento diretamente proporcional ao número de conflitos fundiários entre governos e populações locais nesse mesmo período.

Para Costa Júnior, Coutinho e Freitas (2012, p. 28-29) um passo importante foi dado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Unced Rio 92). Nesse evento foi definido o conceito de biodiversidade como sendo a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, englobando ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos dos quais fazem parte, o que inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e de ecossistemas. Ficou definido também que dois pressupostos deveriam ser observados na elaboração dos protocolos de avaliação da biodiversidade. O primeiro seria a necessidade de utilizar a biodiversidade através de meios sustentáveis. O segundo pressuposto seria considerar a relação existentes entre biodiversidade e o grau de desenvolvimento socioeconômico dos países que possuem tais recursos²². Essas orientações partiam do pressuposto que a biodiversidade não se restringe apenas aos aspectos biofísicos, mas também engloba o ponto de vista social e econômico das populações humanas. Desta forma, as deliberações construídas no congresso apontavam para necessidade de se buscar compreender melhor a

influência dos seres humanos sobre a diversidade deve ser, portanto, considerada a partir de paradigmas mais amplos, entendendo o que há influência dos processos culturais sobre a diversidade biológica e que essa é uma dimensão a ser discutida no âmbito das práticas de proteção da natureza (IDEM, 2012, p. 29).

Vallejo (2002, p. 61) destaca que no mesmo ano a UICN promove o IV Congresso Internacional de Parques Nacionais realizado na cidade de Caracas na Venezuela. Foi divulgado naquele momento que 86% dos parques da América Latina eram ocupados por populações permanentes. Recomendou-se respeito ao conhecimento secular desses grupos sobre os ecossistemas em que vivem. Foi reforçada a importância do envolvimento dessas

²² Nota-se nesses pressupostos a preocupação de equalização da proteção ambiental e o desenvolvimento econômico nos países, sendo em nosso entendimento nasce o germe da corrente ecologista denominada por Alier (2017) como “evangelho da ecoeficiência”.

comunidades no processo de preservação e conservação, rechaçando qualquer tipo de proposta de reassentamento desses contingentes populacionais. Para Diegues (2000a, p. 107) a emergência das pautas socioambientalistas neste congresso advém principalmente da massiva presença de representações de países do terceiro mundo. É neste momento que o “ecologismo dos pobres” como denominado por Alier (2017) ganha proeminência e destaque dentro das pautas e lutas ambientais dentro dos organismos internacionais.

No quarto congresso fica claro a discrepância de formas de conceber a proteção ambiental entre o hemisfério norte e sul do globo, para os nortistas (América do Norte e Europa) a preservação da natureza segue valores, padrões e necessidades dos países com dinâmicas econômicas mais avançadas, que ressaltam os aspectos estéticos, espirituais e científicos da natureza. Para as populações rurais e tradicionais sulistas (América do Sul, África), seu pensamento sobre meio ambiente coaduna significativamente com os argumentos de Mendras quando cita a concepção de meio ambiente das populações camponesas na Europa, a saber:

a natureza, tal como a observamos hoje, é sempre o produto de uma prolongada atividade humana, geração após geração, civilização após civilização [...] a natureza virgem não é nada mais do que um mito criado pela ideologia de civilizados sonhadores de um mundo diferente do seu (MENDRAS, 1979, p. 19).

O processo de ecologização das ações coletivas e das políticas públicas na maioria das vezes se manifesta como conflito de valores e práticas sociais. Em muitos casos esses litígios

revelam um choque de valores incomensuráveis, então podemos dizer que a ecologia política está contribuindo para o desenvolvimento de uma economia ecológica ultrapasse a obsessão de “levar a natureza de consideração” em termos monetários, e que, portanto, abarque e opere com o pluralismo de valores (ALIER, 2017, p. 356).

Sobre essa ótica, quando o movimento ambientalista ou os movimentos sociais rurais se mobilizam e politizam o meio ambiente, mostrando sua importância simbólica e material para sociedade, terminam ressaltando que esse pluralismo de valores deve ser considerado pela esfera econômica, científica e governamental. Podemos dizer que esses atores atuam como movimentos sociais no sentido atribuído por Touraine (2006, p. 19), pois suas ações coletivas colocam em causa um modo de dominação social generalizada, suas ações ecologizantes buscam atuar sobre um conjunto de aspectos da vida social.

A UICN promoveu o quinto Congresso em 2003 na cidade de Durban na África do Sul e o sexto em Sydney na Austrália em 2014. Em ambos os eventos foi reforçado a importância de se adotar meios mais equânimes para proteção da natureza e a sobrevivência das populações locais. Entretanto, a polarização entre a concepção preservacionista e socioambientalista ainda continua a dividir opiniões. Essa questão também pode ser

considerada como um litígio entre paradigmas de preservação ambiental existente entre o hemisfério Norte e o Sul. Todavia, a correlação de força política e econômica entre os países dos dois eixos não são equivalentes. Para Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2012, p. 35-36) instituições como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são os principais financiadores dos esforços de conservação ambiental do planeta. Porém essas agências tendem a representar os interesses das grandes corporações e dos Estados Unidos, tendo uma atuação muitas vezes dúbia, que em seu cerne busca promover um ambientalismo preservacionista.

Contudo, mesmo que os esforços internacionais (governamentais e não-governamentais) sejam importantes para implantação das UCs, é nos países que tais orientações e deliberações são institucionalizadas, ou seja, são materializadas através de políticas públicas nacionais. Por esse motivo torna-se imprescindível observar como no Brasil e nos estados que compõem a União reinterpretam, e principalmente, implementam as normas relacionadas a constituição de UCs.

Porém não podemos confundir processos de regulação do acesso e uso dos bens naturais com a dinâmica de ecologização das ações do Estado. Como já discutido anteriormente, os países do cone Sul criaram regulamentações ambientais por força das pressões políticas e econômicas internacionais. Esses regramentos construídos pelas elites nacionais não levavam em consideração (na maioria dos casos) a realidade e os interesses das populações que dependem mais diretamente dos recursos naturais. Desta forma, quem leva a cabo o processo de ecologização das ações do Estado - isto é, incluir dentro das regulações estatais os interesses e os valores socioambientais das comunidades rurais e tradicionais - é a sociedade civil e os movimentos sociais.

Por esse motivo na próxima parte do nosso estudo buscaremos nos aprofundar sobre os rebatimentos do debate internacional sobre constituição de áreas protegidas no Brasil, buscando entender seu processo de institucionalização, bem como a estadualização dessa política de UCs em Pernambuco.

3.2 A política de áreas protegidas no Brasil e no Estado de Pernambuco: histórico, concepções e a realidade

O debate internacional sobre a constituição de UCs ocasionou inúmeras repercussões no Brasil, tanto em âmbito governamental quanto na sociedade civil, sendo absorvido, reinterpretado, ou até mesmo transplantado, por ambos entes dentro da realidade nacional. Porém, como já demonstramos em outra parte de nosso estudo, medidas de proteção ambiental e conflitos internos referentes ao uso de tais recursos ocorrem em nosso território desde o período colonial. Desta forma é oportuno pensar que o quadro protetivo ambiental brasileiro é produto dinâmico dessas influências externas e internas.

É importante destacar muito antes da efervescência do debate internacional sobre áreas protegidas, no Brasil, José Bonifácio combatia o corte das florestas. Ele compreendia os efeitos novíços do desmatamento para fertilidade dos solos. Em 1821 Bonifácio sugeriu a criação de um setor administrativo do império responsável pela conservação das florestas, motivado principalmente pela redução drástica da Mata Atlântica no Nordeste, que desde os tempos coloniais era utilizado na construção de embarcações (DIEGUES, 2000a, p. 112-113). Um pouco mais adiante, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 nos Estados Unidos, o engenheiro André de Rebouças foi motivado a propor em 1876 a criação de dois parques nacionais: Sete Quedas e da Ilha do Bananal (BRITO, 2003, p. 53). Em 1914, por decreto, no estado do Acre foram criados os dois primeiros parques nacionais do país, porém, essas iniciativas foram ignoradas em termos legais e de gestão (COSTA JUNIOR, COUTINHO, FREITAS, 2012, p. 37).

Em 1921 é criado o Serviço Florestal do Brasil (SFB), conformando-se num grande passo, mas que, logicamente, não pôs fim às problemáticas de ordem ambiental existentes no país naquele momento. A carência de infraestrutura e de recursos humanos qualificados foram os grandes desafios a serem vencidos pela primeira Instituição Federal voltada à administração florestal. Somente em 16 de setembro de 1925 o SFB foi regulamentado pelo Decreto nº 17.042 (FONSECA, 2009, p. 12).

Na década de 1930 ocorre a ascensão de Getúlio Vargas através de um golpe de Estado. O Governo Federal, então, ficou mais sensível às questões relacionadas a gestão dos recursos naturais e das áreas protegidas. Essa preocupação é oriunda principalmente pela influência nacionalista que predominava no aparelho tecnocrático, bem como, pelas aspirações de transformar o Brasil num país urbano-industrial. Esse conjunto de fatores contribuíram para

colocar o tema da proteção da natureza como uma questão nacional (COSTA JÚNIOR; COUTINHO, FREITAS, 2012, p. 37).

Neste momento histórico brasileiro as medidas protetivas ambientais estavam relacionadas aos interesses do Estado em possuir maior controle sobre o território e o patrimônio natural. Como demonstrou Souza (2014), é no Governo de Getúlio Vargas que se inicia o processo de implantação de UCs no país, porém, essa dinâmica não levou em consideração os interesses e os valores das comunidades camponesas e tradicionais. Dentro de um sistema republicano incipiente não existiam espaços ou instâncias governamentais propícias para recepção e diálogo com os interesses destas populações. Por isso consideramos que nesta etapa o que ocorreu foi a implantação de um conjunto de medidas governamentais para controle sobre os recursos naturais, e não um processo de ecologização das ações estatais, pois para que isso ocorra é necessário um ambiente público minimamente estruturado para participação e discussão entre governo, sociedade civil e os movimentos sociais (ambientais e rurais). Podemos dizer que o processo de ecologização é produto e dependente de um sistema político democrático. Estudos realizados por Jacobi (2003), Correia e Dias (2017) demonstram as correlações entre democracia, movimentos sociais, participação e proteção ambiental.

Em 1934 a “Sociedade dos Amigos das Árvores” composta por pessoas endinheiradas e de renome nacional, realizam a 1ª Conferência para Proteção da Natureza (CARVALHO, 1967 apud DIEGUES, 2000a, p. 113). Um dos objetivos da conferência era pressionar o governo federal para criação de um sistema nacional de unidades de conservação (SAMPAIO, 1935 apud COSTA JÚNIOR; COUTINHO, FREITAS, 2012 p. 38). Neste mesmo ano o governo federal sancionou o Código Florestal de 1934²³ (Decreto-lei 23.793/34), esse foi o primeiro diploma legal brasileiro a conceituar os parques nacionais, florestas nacionais, florestas protetoras e áreas de preservação permanente.

A Constituição Federal de 1937 reforça os dispositivos legais contidos na constituição de 1934, que definiu como responsabilidade da União a proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico. No mesmo ano é constituído oficialmente o primeiro Parque Nacional do Itatiaia, região entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Seu propósito era incentivar as pesquisas científicas e oferecer lazer às populações urbanas (DIEGUES, 2000a,

²³ O Código Florestal de 1934 introduziu em nosso ordenamento jurídico a ideia da Reserva Legal, proibindo aos proprietários de terras cobertas de matas o abate de três quartas partes da vegetação existente. A lei 4.771/65 instituiu a reserva em parte do solo de imóvel rural para fins de conservação de cobertura florestal. Entretanto, a denominação de “Reserva Legal” somente veio a partir da Lei 7.803, de 18 de julho de 1989 (MOREIRA, 2011).

p. 113-114), bem aos moldes dos parques nacionais instituídos nos Estados Unidos. Em 1965 é elaborado e sancionado um novo Código Florestal, nele se

definiu como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Naquele ano já haviam sido criados quinze parques nacionais e quatro reservas biológicas (QUINTÃO, 1983 apud DIEGUES, 2000a, p. 115).

É importante compreender também que essa nova legislação é sancionada após o golpe de 1964. Os governos militares que se sucederam, aproveitaram a política de constituição de áreas protegidas para associar o atendimento a demandas específicas de proteção da natureza ao controle territorial. Nesse novo documento foram ampliadas as categorias de UCs, enquanto que o código florestal de 1934 estabelecia apenas a criação de parques e florestas nacionais, o novo código florestal de 1965 possibilitava, além das duas categorias estipuladas pela legislação de 1934, a criação de reservas biológicas, estações ecológicas e as áreas de proteção integral. A criação de novas categorias de UCs ampliou as finalidades previstas para o manejo dos recursos naturais, entretanto, todas elas estavam enquadradas em unidades de proteção integral. Foram os governos militares que mais constituíram UCs no país (COSTA JÚNIOR; COUTINHO, FREITAS, 2012 p. 41).

Além de acrescentar novas categorias de UCs, Sauer e França (2012, p. 287) nos explicam que o Código Florestal de 1965 estabeleceu outros dois mecanismos importantes de proteção ambiental, a saber: a Área de Preservação Permanente (APP) com a finalidade de proteger o solo e as águas, cujo uso é limitado e depende de situações a serem autorizadas pelo poder público; e a Reserva Legal (RL), conformando-se numa área que toda propriedade privada deveria reservar no imóvel (um percentual) que deve ficar coberto por vegetação natural e que pode ser explorada com manejo florestal sustentável.

As UCs eram criadas no Brasil motivadas por sua beleza cênica, por algum fenômeno geológico especial, ou pela beleza da fauna, ou até mesmo produto do oportunismo político. Entre 1937 até meados da década de 70, a constituição de tais áreas não obedecia a critérios técnicos ou científicos (PÁDUA, 1997, p. 217 apud SOUZA, 2014, p. 57). Podemos dizer que, em certa medida, o oportunismo político ainda permeia, na atualidade, as intervenções governamentais voltadas para a constituição de unidades de conservação, entre outras práticas remanescentes desse período.

Por isso, reforçamos a ideia de que neste momento da história brasileira não ocorria um processo de ecologização das ações estatais, e sim um processo de regulação e controle sobre os recursos naturais. O casuísmo e o oportunismo político na constituição de UCs não levava

em consideração os valores e as práticas sociais das comunidades camponesas e tradicionais residentes nos locais onde esses equipamentos eram implantados. Muito pelo contrário, a constituição dessas áreas se conformou como um novo tipo de conflito fundiário que se estabelecia no meio rural brasileiro.

Como destaca Brito (2003, p. 58), “até meados da década de sessenta o Brasil não possuía uma estratégia global para selecionar e planejar as unidades de conservação”. Além desta falta de planejamento, outro elemento deficitário importante é denotado por Costa Júnior, Coutinho e Freitas (2012, p. 39). Para os autores, a constituição de parques nacionais no Brasil buscou “proteger áreas de interesse ambiental de impactos imediatos, de conflitos já existentes. Os parques brasileiros e outras unidades de conservação já nasceram em sua maioria, em meio a importantes conflitos territoriais e de acesso a recursos”.

Para Souza (2014, p. 57-58), no país passa-se a adotar critérios mais científicos para seleção e delimitação tais áreas quando no fim da década de 1970 e início da de 1980 são elaborados e implementados os Planos do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil²⁴ (etapa I e II). Contudo a autora sublinha que ao final da execução destes planos, a União voltou a criar UCs de forma casuística.

Como já discutido em outra parte do nosso estudo, em 1988 houve a elaboração de uma nova Constituição Federal. Nessa lei constitutiva o meio ambiente foi considerado objeto privilegiado dentro das normativas legais. Após a constituinte ocorreu o remodelamento do aparato estatal para atendimento das ações protetivas voltadas ao meio ambiente previstas pela nova Constituição.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Esperava-se que com a constituição do IBAMA houve-se a unificação da política ambiental brasileira, principalmente em relação à administração das UCs. No mesmo ano foram feitas alterações no projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional visando a constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse projeto de lei tornou-se Lei Federal apenas em 2000 (Lei nº 9.985) (MACIEL, 2012). Em 1992 o Brasil assinou a Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (CDB). Posteriormente a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) com base nas diretrizes contidas na respectiva convenção, definiu como metas mais relevantes até 2010 a conservação de 30% do bioma Amazônico e 10% dos demais biomas através da constituição de unidades de conservação (GURGEL et al, 2009, p. 110). Em 2007 é criada uma nova Autarquia, o

²⁴ Galio Junior e Olivato (2005, p. 5683) destacam que o referido plano se transformou em Projeto de Lei nº 2.892 em 1992 com o objetivo de criar o sistema nacional de unidades de conservação da natureza.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), desde então a gestão das UCs deixou de ser competência do IBAMA (MACIEL, 2012).

Como já pontuado anteriormente neste estudo, a proeminência do tema ambiental na agenda nacional deve-se a formação do movimento ambientalista, e o maior envolvimento dos movimentos sociais rurais nas questões ambientais. Isso só foi possível com as mudanças nas oportunidades políticas expressas pelo aumento da permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007, p. 123). Por esse motivo consideramos que os movimentos sociais (ambientais e rurais) contribuíram para o processo de ecologização das ações estatais a partir da década de 1980, tendo seu auge na promulgação da Constituição de 1988, seguindo uma trajetória não linear no espaço-tempo até os dias atuais.

Por isso, é necessário deixar claro duas dimensões do processo de ecologização dos movimentos sociais e das políticas públicas. A primeira refere-se ao processo de ecologização das ações coletivas, conformando-se num desafio interno dos movimentos sociais rurais em reconhecer e valorizar suas práticas produtivas e de manejo sustentáveis. Por outro lado, o processo de ecologização das ações estatais perpassa por uma maior abertura política nos espaços públicos para que as ações governamentais possam ser influenciadas pelas ações coletivas ecologizadas, conforme as concepções de natureza e proteção concebidas pelas comunidades camponesas e tradicionais. Para que esse processo ocorra é necessário a inexistência de um Estado autoritário, neste sentido, apenas a

a democracia tem se mostrado um instituto que alcança avanços para a sociedade, mesmo que de forma lenta. O processo democrático contribui intensivamente na consolidação dos movimentos sociais que, por sua vez, concorrem para consolidar conquistas importantes no mundo jurídico, a exemplo a proteção constitucional ao ambiente como direito fundamental (CORREIA; DIAS, 2017, p. 21)

Um dado importante corrobora com a assertiva acima exposta. A Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) demorou quase 11 anos de sua propositura no legislativo até a sua sanção presidencial. Esse período tão longo para definição dos marcos jurídicos para constituição de UCs demonstra, de alguma forma, as resistências e embates políticos que a matéria possui dentro do aparato governamental e societário. Este diploma legal partilhou com estados da Federação e os Municípios a competência para constituição e gestão de UCs, formatando assim um sistema descentralizado. O SNUC criou 12 (doze) categorias de áreas de proteção, divididas em duas modalidades de unidades de conservação, as de proteção integral e as de uso sustentável, descritos na tabela abaixo.

Tabela 3 - Categorias de áreas protegidas instituídas pelo SNUC 2000

Unidades de Proteção Integral	
Categoria	Finalidade
Estação Ecológica - ESEC	Área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
Reserva Biológica - REBIO	Área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual as únicas interferências diretas permitidas são a realização de medidas de recuperação de ecossistemas alterados e ações de manejo para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
Parque Nacional - PARNA	Área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas.
Monumento Natural - MONA	Área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.
Refúgio da Vida Silvestre - RVS	Área destinada à proteção de ambientes naturais, no qual se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural.
Unidades de Uso Sustentável	
Categoria	Finalidade
Área de Proteção Ambiental - APA	Área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.
Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE	Área com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas.
Floresta Nacional - FLONA:	Área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.
Reserva Extrativista - RESEX	Área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica.
Reserva de Fauna - RFAU	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas; adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS	Área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Permite visitação pública e pesquisa científica.
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN	Área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC.

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados contidos no site MMA. (Acesso dia 28/06/2019)

Disponível: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias.html>

O SNUC é composto por 12 categorias de áreas protegidas, sendo formado por cinco tipos de unidades de proteção integral e sete tipos de unidades de uso sustentável. Entre seus objetivos estão: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos

recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Conforme dados da pesquisa Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) até o ano de 2016 o Brasil já havia constituído 2.012 unidades de conservação terrestres, protegendo 17,9% da área territorial do país (IBGE, 2017). Deste modo é possível considerar o SNUC como um dos resultados do processo de ecologização empreendido pelos movimentos sociais (ambientais e rurais) sobre as ações estatais.

Mesmo sendo considerado um avanço pelos ambientalistas, o SNUC é alvo de inúmeras críticas, tanto em relação aos seus objetivos, ou até mesmo em relação a forma como a política pública é implantada. Souza (2014, p.439, 446), por exemplo, considera que a adoção pelo SNUC dos preceitos do desenvolvimento sustentável impossibilita o cumprimento maior da legislação que a proteção da biodiversidade. Em sua tese de doutoramento como engenheira florestal, a pesquisadora defende que não é possível compatibilizar a preservação dos recursos naturais com o desenvolvimento social e econômico das populações locais. Souza defende que as unidades de uso sustentável fossem excluídas do SNUC, pois para ela existe uma

constatação inexorável de que a permanência do homem no ambiente que se pretende proteger é prejudicial aos objetivos da UC de Proteção Integral e que a permanência das UCs de Uso Sustentável no SNUC é prejudicial ao homem, que tem seus direitos tolhidos por se encontrar inserido num sistema cujo foco é a preservação ambiental (IDEM, 2014, p. 441).

A pesquisadora conclui que o SNUC não é a forma mais adequada para o cumprimento das metas acordadas pelo Brasil na CDB em 1992, ou com as futuras gerações, porque confunde sustentabilidade com ação social (SOUZA, 2014, p. 445-446).

Outros pesquisadores, a exemplo de Gurgel et al (2009, p. 117), defendem o papel relevante que as UCs podem ter para o desenvolvimento socioeconômico do país. Para os/as

pesquisadores/as é necessário contrapor o falso dilema que tem permeado a discussão entre conservação e desenvolvimento, para tanto, é necessário que façamos uma reflexão sobre o papel singular das UCs exercem na economia nacional. Para isso, apontam, é “necessário maior investimento e visão estratégica para que as UCs possam, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerar renda, emprego, desenvolvimento e propiciar uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil” (Idem, 2009, p. 117).

Esses são alguns exemplos das divergências existentes entre as concepções e perspectivas sobre as UCs na atualidade. Por outro lado, na esfera operacional a constituição de tais áreas recebe inúmeras críticas, vários pesquisadores apontam, segundo Galio Junior e Olivato (2005), para o fato de que a maior parte das UCs brasileiras só existem no mapa - na verdade, não são implantadas de maneira efetiva. Essas UCs “são os chamados “parques de papel”, que embora possuam o instrumento legal de criação, não tem a presença efetiva do Estado para garantia da sua manutenção enquanto área protegida” (Idem, 2005, p. 5688).

Essas contradições e divergências entre visões e funções atribuídas as UCs também permeará as legislações estaduais. O Estado de Pernambuco, por exemplo, sancionou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC-PE) apenas em 08 de junho de 2009 através da Lei Estadual nº 13.787. A legislação estadual é similar ao SNUC, a única inovação do diploma legal estadual foi a criação de uma nova categoria de UC de uso sustentável, a Reserva de Floresta Urbana (FURB). A gestão dessas áreas é de responsabilidade da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Atualmente a CPRH está vinculada a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PE), criada pelo então Governador do Estado, Eduardo Campos, no dia 15 de março de 2010.

Segundo dados contidos no sitio eletrônico da CPRH, o estado de Pernambuco possui até o momento 84 unidades de conservação Estaduais (40 de Proteção Integral e 44 de Uso Sustentável). Entre as Unidades de Proteção Integral estão 3 Estações Ecológicas (ESEC), 5 Parques Estaduais (PE) e 31 Refúgios da Vida Silvestre (RVS) e 1 Monumento Natural (MONA). Já entre as Unidades de Uso sustentável figuram 20 Áreas de Proteção Integral (APAs), 8 Reservas de Floresta Urbana (FURBs), 15 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPNNs) e 1 Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Conforme dados do IBGE (2017) em 2016 cerca de 5,3% da área territorial de Pernambuco estava sobre algum tipo de proteção especial.

Para que possamos compreender a conformação desses números é necessário que façamos um breve olhar retrospectivo sobre as medidas governamentais voltadas ao setor. Para Negreiros (2008, p. 56-62) os esforços do governo estadual em constituir um sistema de

unidades de conservação remetem ao ano de 1986, quando este buscou constituir áreas de proteção estuarinas. Esse passo só teria sido possível neste período porque no decorrer da década de 1970 o governo do estado criou a CPRH e instituiu algumas unidades de conservação em 1975, 1982 e 1983. A CPRH foi criada em substituição à antiga Comissão Estadual de Controle da Poluição das Águas (CECPA) surgida em 1967, que já era um processo de amadurecimento institucional realizado em 1940 com a criação de comissões técnicas para tratar de problemas ambientais no estado. Com o início da década de 1980 o processo de abertura política propiciou que o tema meio ambiente entrasse na agenda política pernambucana, levando o governo período a constituir muitas UCs na região metropolitana do Recife. Apenas em 1993 foi criada uma secretaria executiva do meio ambiente vinculada a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA). Nesse período o sistema protetivo ambiental passou a contar com mais duas novas institucionalidades além da a CPRH, a Comissão Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e o Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA). Um dos principais desafios identificado pelo pesquisador naquele momento era que a maior parte das localidades onde eram previstas a implantação de UCs eram de propriedade privada. Como a aquisição dessas áreas demandam custos com processos de desapropriação, essas despesas nunca tinham disponibilidade financeira dentro do orçamento do governo, inviabilizando assim a constituição das UCs.

Negreiros (2008) estudou em sua tese de doutorado em sociologia duas UCs já constituídas pelo governo do estado, a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa. Sua pesquisa concluiu que o governo do estado de Pernambuco constitui as UCs por exigência da política nacional e das pressões sociais locais, entretanto, o governo não aloca recursos, não regulamenta e nem implementa a gestão dessas áreas, criando assim “Unidades de Papel”.

Com a criação da legislação estadual de áreas protegidas em 2009 e a constituição de uma secretaria específica de meio ambiente em 2010 pelo governo do estado, esperava-se que houvesse maior efetividade das ações protetivas para com a natureza. Essa necessidade parte do fato de que Pernambuco é coberto em sua maior parte pelo bioma caatinga de clima semiárido, mas também possui remanescentes de mata atlântica e manguezais na zona da mata e áreas litorâneas.

Parte deste esforço governamental é materializado no livro – Como Criar Unidades de Conservação: Guia Prático para Pernambuco – elaborado pelo Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN) em parceria com SEMAS-PE no ano de 2011. No documento buscou-se dar visibilidade e orientação a população do estado de Pernambuco

sobre os objetivos das UCs, divulgar o SEUC-PE, além de disponibilizar um passo a passo para constituição de áreas protegidas públicas e privadas.

Por outro lado, os problemas ambientais pernambucanos não eram (e não são) poucos, Andrade (1997) ressalta que do litoral para o interior, Pernambuco abriga as mais diferentes paisagens com os mais variados gêneros de vida. Porém, essa biodiversidade vem passando por inúmeros impactos negativos oriundos da destruição da vegetação natural, do uso irracional dos solos e com a poluição dos cursos d'água. Para pesquisadora o desmatamento já havia ocorrido estava ocorrendo com grande intensidade em todos os biomas contidos no estado.

Uma crítica mais contundente à atuação do governo do estado em relação aos problemas ambientais foi realizada pelo prof. Heitor Scalabrini Costa na revista virtual Ecodebate no dia 25/07/2014. Para Costa o desenvolvimento econômico ocorrido em Pernambuco, no período de 2010 a 2014, foi realizado a partir de financiamento público, e que tal processo não estava respeitando o meio ambiente e as pessoas. Naquele momento o professor denotava que o governo tomava medidas de supressão da Mata Atlântica para construção de empreendimentos, fazia articulações políticas visando trazer uma usina termoeletrica consumidora de combustíveis fósseis, e para instalação de uma Usina Nuclear na cidade de Itacuruba no sertão do estado, demonstrando certo desrespeito ao meio ambiente e as pessoas, fazendo de tudo por um “crescimento a qualquer preço”. Afirma que as medidas atenuantes adotadas pelo estado não eram efetivas, a exemplo das reservas de proteção permanente “de papel”, ou o projeto Suape mais Sustentável que não foi implementado em sua opinião. Para o professor “o autoritarismo aliado à completa falta de diálogo distanciou a gestão estadual dos movimentos sociais”.

É notório que o aparato estatal (federal e estadual) absorveu dentro de seu marco jurídico um conjunto de preocupações e intenções visando a preservação e a conservação dos recursos naturais. Grande parte dessas normas foram transformadas em políticas públicas, no entanto, a efetividade de muitas dessas iniciativas são questionáveis, principalmente quando observamos aquelas voltadas a constituição de UCs, como nós já percebemos no decorrer deste estudo. Esse conjunto de elementos nos leva a questionar se realmente ocorreu um processo de ecologização das ações estatais, ou se esse conjunto de medidas são apenas uma forma de legitimar politicamente o Estado frente a sociedade civil, os movimentos sociais e os organismos internacionais através da “adoção de uma agenda ambiental”?

Esse quadro desafiador é composto por inúmeros problemas ambientais que permeiam o Estado de Pernambuco, demandando do aparato estatal e da sociedade civil grande

envolvimento e comprometimento. Para os fins desta pesquisa, nos interessa aprofundar no momento seguinte, o nosso conhecimento sobre o bioma caatinga, entendendo sua manifestação em âmbito regional, bem como, em âmbito estadual, pelo simples fato de que o bioma ocupa 83% da área territorial do estado de Pernambuco (IBGE, 2004). Nessa incursão examinaremos também as ações realizadas no bioma pelo SNUC e SEUC-PE.

3.3 O Bioma Caatinga: Características gerais e sua realidade no Estado de Pernambuco

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004 apresentou o Mapa de Biomas do Brasil. Neste estudo definiu a área aproximada do Bioma Caatinga em cerca de 844.453 km² de extensão, representando 9,92% do território nacional. O bioma abrange significativa área territorial dos Estados do Nordeste brasileiro, a exemplo do Ceará (100%), do Rio Grande do Norte (95%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%), do Piauí (63%), Bahia (54%), de Sergipe (49%), de Alagoas (48%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%). O Mapa dos Biomas Brasileiros (IBGE, 2004) conceituou o termo Bioma como sendo um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

Para Sampaio (2010, p. 29) as definições e conceituações da maioria dos estudos científicos sobre o bioma caatinga orbitam perante três aspectos: 1) a caatinga como vegetação que cobre uma área grande e mais ou menos contínua, no Nordeste do Brasil, submetida a um clima semiárido, bordejada por áreas de clima mais úmido; 2) a caatinga como vegetação típica desta área, com plantas que apresentam características relacionadas à adaptação à deficiência hídrica; 3) a caatinga como vegetação contendo algumas espécies endêmicas a esta área semiárida e com algumas espécies que ocorrem nesta área e em outras áreas secas mais distantes, mas não nas áreas circunvizinhas. Para o pesquisador essas definições carregam em si uma série de implicações e ambivalências, ao mesmo tempo que podem realçar determinadas características essenciais (clima semiárido, vegetação adaptada), por outro lado, deixam passar despercebidas outras especificidades existentes no bioma (vegetações não adaptadas, solos úmidos, clima e precipitações distintas conforme a região específica do bioma ou até mesmo desconsiderar as serras e as chapadas que nela se encontram). Ou seja, o bioma é um conjunto de continuidades e discontinuidades.

A própria delimitação do bioma caatinga concorre e se confunde com a delimitação do semiárido nordestino, definido pela ata do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) de nº107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017. Neste documento a SUDENE caracteriza a região semiárida a partir de três critérios: i) Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; ii) Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e iii) Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. Tendo como pressuposto esses fatores, a SUDENE enquadrrou cerca de 1.262 municípios pertencentes aos Estados do Nordeste (e parte dos municípios do Estado de Minas Gerais). Uma parte significativa destes municípios do Nordeste também estão circunscritos no Bioma Caatinga.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) buscando intervir nos processos de desertificação na região, delimitou as Áreas Susceptíveis a Desertificação (ASD) tendo como epicentro o bioma caatinga, tendo em vista a formulação de políticas públicas específicas. Essa delimitação envolve o semiárido e áreas do seu entorno, penetrando nos biomas do Cerrado e do Agreste, consideradas áreas subúmidas secas. São, ao todo, 1.494 municípios, com 1.323.975,4 km² e 34,8 milhões de habitantes, em 11 Estados da Federação (CGEE, 2016, p. 11-12).

Essa abordagem governamental superposta adotada (bioma caatinga, região semiárida e áreas susceptíveis a desertificação) evidencia em certa medida uma visão fragmentada e parcial dos fenômenos ambientais existentes que orbitam quase que na mesma área geográfica (ou mesmo a expressão de um único fenômeno). Deste modo, é relevante considerar que no quadro atual, qualquer definição que busque cristalizar ou ressaltar determinada característica específica, malogrará seus intentos, pois como afirma Sampaio (2010, p. 30), a diversidade de fisionomias presentes no domínio das caatingas dificulta o enquadramento em qualquer tipologia e sempre haverá áreas de exceção, a situação atual é que a um entendimento geral do que é a caatinga, seja no sentido meramente vegetacional, seja no mais amplo do bioma.

Essa pluralidade de percepções, práticas e usos sobre a natureza e o espaço foram recentemente analisadas pela pesquisa coordenada por Bitoun et al. (2017, p. 52). Neste estudo, buscou-se propor tipologias regionalizadas dos espaços rurais brasileiros, adotando como referência *a priori* os biomas, pois para os pesquisadores a divisão de partida deve estar vinculada à natureza, considerando a importância da dimensão ambiental nas práticas sociais historicamente desenvolvidas pelas ruralidades. Os pesquisadores apresentaram 26 tipos regionalizados de espaços rurais, sendo o bioma caatinga composto por 4 desses tipos. Na parte introdutória do referido estudo, Araújo e Bezerra (2017, p. 35), ressaltam que a escolha

da abordagem por biomas se revelou importante, inclusive para mostrar que o mesmo espaço natural comporta hoje padrões de vida rural distintos.

De modo geral, observamos que as definições e delimitações sobre o bioma orbitam sobre recortes ambientais, suas visões, ora privilegiam os aspectos vegetativos, outras ressaltam os aspectos climáticos, noutros momentos destacam as condições dos solos. Isso demonstra, em certa medida, que são os atores sociais que classificam e ordenam os problemas ambientais, a definição dos riscos e soluções ambientais são produtos finais de um processo social de legitimação e negociação dinâmica, nas esferas pública e privada, quase sempre refletindo a natureza política da agenda (HANNIGAN, 1995; GUIVANT, 1998; FERREIRA, 2006).

A ecologização das práticas sociais perpassa, como disse Alier (2017), pelo reconhecimento e disputa entre uma pluralidade de valores e concepções sobre o que é a natureza e como protegê-la. A politização do meio ambiente, para Guivant (1998), demanda a equalização das percepções e saberes entre os leigos e os peritos da questão ambiental, na perspectiva de estabelecer parâmetros mais realistas e exequíveis de negociação sobre as formas de uso e controle ambiental.

De qualquer forma, é fundamental que partamos do princípio que as ruralidades são fortemente influenciadas pelos fatores naturais, com já destacou Brandenburg (2005), Araújo e Bezerra (2017), bem como Bitoun *et al.* (2017). Por isso, torna-se relevante compreender os principais traços ambientais do Bioma Caatinga de Clima Semiárido. Sampaio (2010) resalta que o bioma possui abundante intensidade luminosa, com altitudes relativamente baixas (loais de 1000m até 2000m), com temperaturas médias anuais entre 25°C e 30°C. Sobre esses aspectos, afirma que a luz e a temperatura não são os limitantes e nem os fatores da variabilidade vegetativa do bioma. Quanto à disponibilidade hídrica, destacam-se quatro fatores que contribuem para a conformação do quadro de semiaridez: 1) existência de sistema complexo de formação de chuvas com dificuldade de penetração no núcleo territorial do semiárido; 2) formações de serras e chapadas altas que interceptam as frentes mais úmidas; 3) significativo escoamento das águas deixando as encostas mais secas e se concentrando nos vales, formando lagos e rios; 4) uma variabilidade de solos e suas respectivas capacidades de retenção de água das chuvas.

Esses fatores propiciam uma oscilação anual da precipitação de chuvas que varia de um pouco menos de 300 mm até um pouco mais de 1000 mm. Por outro lado, a evapotranspiração é mais constante que as chuvas, oscilando entre 1500 mm a 2000, configurando um déficit hídrico, gerando o clima de semiaridez. Apenas nas serras e nas chapadas mais altas o balanço

hídrico é menos desfavorecido. A região abriga também rios perenes, a exemplo do Rio São Francisco que transpassa a maior parte da porção semiárida, além da existência de outras bacias mais localizadas em determinadas partes da região (Rio Parnaíba, Rio Poti, Rio Jaguaribe, por exemplo).

O bioma possui a maior variabilidade de solos do país. A formação sedimentar predomina na porção oeste e a cristalina na porção leste. Sua grande maioria são solos rasos, com pouca capacidade de retenção de umidade. Os solos de origem sedimentar são pouco férteis, deficientes de fosforo e cálcio. Os solos cristalinos são mais variáveis, indo de férteis a pouco férteis. A carência de nitrogênio é um fator comum a ambos os solos, agravado ainda mais pelas erosões e queimadas que eliminam a matéria orgânica. A vegetação é diversa, com espécies adaptadas e não adaptadas ao regime climático (e condições de solo) predominante no bioma, com a presença de espécies endêmicas e de grande diversidade florística.

Quanto à vegetação, Sampaio (2010) relata registros da existência de 318 espécies endêmicas do bioma, além de frisar a grande diversidade da flora nativa (pouco comum em regiões semiáridas), predominando as caatingas arbustivas e relativamente abertas. Cerca de 40% da área original ainda está coberta com vegetação nativa. A extração de lenha é prática comum, as folhas servem também como pastagem nativa para criação dos rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos. A agricultura itinerante já é uma prática em declínio, no entanto, contribuiu para formação de um imenso mosaico de áreas em distintos estados de regeneração. Poucas são as áreas completamente preservadas, são fragmentadas e geralmente localizadas nos pontos mais inacessíveis. Este panorama sucinto sobre os traços ambientais nos fornecem elementos para compreensão de que o bioma não se reduz apenas ao seu regime climático (semiárido) ou sua vegetação adaptada. Para além destas características, existem outras especificidades (rede distribuição hídrica, solos, flora) que compõem o complexo ambiente denominado de bioma caatinga de clima semiárido. Porém vale destacar que o plano climático é mais elástico que o plano vegetativo, isso ocorre pelo desmatamento dentro e fora da caatinga, fazendo com que o clima de semiaridez se estenda para os biomas circunvizinhos.

No entanto, essa biodiversidade, a paisagem e a frágil manutenção dos ciclos hídricos estão ameaçados. O IBGE ao publicar os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) em 2015, demonstrou que 46,6% da vegetação do Bioma Caatinga já foi desflorestada. Entre os 10 (dez) Estados da região Nordeste que partilham o bioma, seis unidades federativas já desmataram de suas respectivas áreas, mais que a média geral do bioma (46,6%). Em primeiro lugar encontra-se o Estado de Alagoas (82,6%), seguido por Sergipe (68,5%),

Pernambuco (54,9%), Bahia (53,3%), Minas Gerais (52,5%) e Rio Grande do Norte (46,9%). Em contrapartida, na região estão presentes apenas 7,1% do número total (127 unidades) das Unidades de Conservação da Natureza (UC) no Nordeste, abrangendo uma área de 63.258 km², cobrindo apenas 7,4% da área total do bioma (844.453 km²), com pouco mais de 1% estando protegida em áreas de proteção integral.

Essa pressão sobre os serviços ambientais do bioma, para Paupitz (2010, p. 59-61), se explica também pelo fato de que os recursos florestais da região servem a uma multiplicidade de fins, estando presentes na alimentação, habitação, vestuário, lazer e saúde das populações, através do fornecimento de bens e serviços das florestas na forma de frutos, fibras corantes, ervas medicinais, madeira para construção, lenha, água e ar puro. Para o pesquisador a pressão antrópica cíclica sofrida pela caatinga torna às vezes até inexplicável a região possa ainda conter cerca de 42% dos remanescentes florestais. Paupitz pondera que nos períodos de estiagem prolongada a reserva florestal – o chamado ‘pedaço de mato’ – transforma-se, em muitos casos, em elemento de mitigação dos efeitos da seca, desta maneira, observa, que a reserva florestal se transforma numa pequena caixa que lhe permite um certo alívio financeiro, durante os períodos mais críticos do ano.

Este cenário também é reflexo de uma ação governamental historicamente tardia e errática no que se refere a proteção do bioma e a criação de mecanismos mais viáveis de coabitação humana com o meio. Um exemplo disto é o processo de constituição de áreas protegidas. A primeira intervenção do governo federal na região se deu na presidência de Eurico Gaspar Dutra no ano de 1946 com o estabelecimento da FLONA Araripe-Apodi no Estado do Ceará. Michel Temer foi o último presidente a constituir três unidades de conservação no bioma no ano de 2018 no estado da Bahia. Abaixo apresentamos a tabela contendo as áreas protegidas constituídas pelo governo federal no bioma.

Tabela 4 - UC's criados pelo Governo Federal no Bioma Caatinga
Unidades de Conservação constituídas anterior a Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC)

Ano	Governo	UC	Nome	Tamanho (ha)	UF
1946	Eurico Gaspar Dutra	FLONA	Araripe-Apodi	38.919,47	Ceará
1959	Juscelino Kubitschek	PARNA	Ubajara	6.271,23	Ceará
1961	Jânio Quadros	PARNA	Sete Cidades	6.303,64	Piauí
1979	João Figueiredo	PARNA	Serra da Capivara	91.848,88	Piauí
1982	João Figueiredo	ESEC	Seridó	1.123,59	Rio Grande do Norte
1982	João Figueiredo	REBIO	Serra Negra	624,85	Pernambuco
1984	João Figueiredo	ESEC	Raso da Catarina	104.842,84	Bahia
1984	João Figueiredo	ARIE	Cocorobô	7.473,45	Bahia
1984	João Figueiredo	ARIE	Vale dos Dinossauros	145,79	Paraíba
1985	José Sarney	PARNA	Chapada da Diamantina	152.141,87	Bahia
1996	Fernando Henrique Cardoso	APA	Serra da Ibiapaba	1.628.424,61	Ceará
1997	Fernando Henrique Cardoso	APA	Chapada do Araripe	972.590,45	Ceará / Pernambuco / Piauí
1998	Fernando Henrique Cardoso	PARNA	Serra das Confusões	823.843,08	Piauí
1999	Fernando Henrique Cardoso	FLONA	Contendas do Sincorá	11.215,78	Bahia
Unidades de Conservação constituídas posterior a Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC)					
Ano	Governo	UC	Nome	Tamanho (ha)	UF
2001	Fernando Henrique Cardoso	ESEC	Aiuaba	11.746,60	Ceará
2001	Fernando Henrique Cardoso	FLONA	Açu	218,46	Rio Grande do Norte
2001	Fernando Henrique Cardoso	ESEC	Castanhão	12.574,44	Ceará
2001	Fernando Henrique Cardoso	FLONA	Sobral	661,21	Ceará
2002	Fernando Henrique Cardoso	PARNA	Catimbau	62.294,14	Pernambuco
2005	Luís Inácio da Silva	FLONA	Palmares	168,21	Piauí
2007	Luís Inácio da Silva	FLONA	Negreiros	3.004,52	Pernambuco
2008	Luís Inácio da Silva	APA	Serra do Meruoca	29.361,27	Ceará
2009	Luís Inácio da Silva	MONA	Rio São Francisco	26.736,30	Alagoas / Sergipe / Bahia
2012	Dilma Rousseff	PARNA	Furna Feia	8.494,00	Rio Grande do Norte
2018	Michel Temer	APA	Boqueirão da Onça	505.694,33	Bahia
2018	Michel Temer	RVS	Ararinha Azul	29.234,73	Bahia
2018	Michel Temer	APA	Ararinha Azul	90.641,92	Bahia

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Bragança (2014 apud Souza, 2014, p. 411-432) e complementado com informações coletadas no site eletrônico do ICMBIO no dia 08/07/2019 (<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga>>).

* A tabela só levou em consideração as UC's sobre responsabilidade do governo federal. No sistema do ICMBIO em julho de 2019 constava a existência de 09 (nove) RPPN's constituídas no bioma sobre responsabilidade de particulares.

Poderíamos realizar inúmeras inferências a partir desta tabela, porém um estudo recente da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pode nos fornecer um quadro mais atualizado e fidedigno da situação destas áreas. Neste estudo Freire et al. (2018, p. 11, 182) apresenta o cenário atual das UCs de proteção integral constituídas pelo governo federal na caatinga. A pesquisa aponta que a conservação da biodiversidade do bioma está ameaçada. Das 27 (vinte e sete) unidades existentes no bioma, a pesquisa estudou 14 (quatorze), nelas foram identificados problemas, a saber: existência de graves conflitos socioambientais com as comunidades do entorno; ausência de integração desses equipamentos ambientais com as escolas próximas; pouco reconhecimento e envolvimento das populações locais sobre sua importância; e pouco investimento governamental nas UCs (infraestrutura e recursos humanos). Os pesquisadores concluem que esses equipamentos ambientais estão quase abandonados.

Deduzimos também que as poucas UCs de uso sustentável existentes no bioma também estejam nessas mesmas circunstâncias. Por isso colocamos de maneira enfática que a ação do governo federal foi tardia e errática, pois um dos biomas mais sensíveis do Brasil encontra-se quase que completamente desprotegido. Este quadro torna-se ainda mais alarmante quando pensamos que a agricultura camponesa circunscrita no bioma é parte majoritária dos 42,26% dos estabelecimentos rurais do país localizados no Nordeste, ocupando apenas 37% da área total disponível da região (IBGE, 2006). Uma política histórica de concentração fundiária que privilegiou as elites do agronegócio pressiona o uso da terra para cultivo de alimentos e pasto em larga escala, induzindo ao progressivo desmatamento e pressionando os minifúndios em posses das comunidades rurais e tradicionais existentes no bioma.

Quanto focamos nossa análise para a realidade do bioma caatinga no estado de Pernambuco o resultado também não é nada animador. Como já apresentado anteriormente, 83% da área territorial do estado é coberta pelo bioma (IBGE, 2004), no entanto, cerca de 54,9% desta área já foi desmatada (IBGE, 2015).

Em um estudo recente o CEPAN (2018) almejou estimar o passivo ambiental do bioma caatinga em Pernambuco em termos de Áreas de Proteção Permanente (APP) e áreas de Reserva Legal (RL's)²⁵ mapeando quase sete milhões de hectares de caatinga. Destes, pouco

²⁵ O novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012) considera APP's áreas rurais ou urbanas localizadas na margem de cursos d'água ou nascentes, lagos e lagoas naturais, encostas com declividade superior a 45 graus, nas restingas, nos manguezais, nas veredas, nas áreas do entorno de reservatórios d'água artificiais, nas bordas dos tabuleiros ou chapadas e nas áreas de altitudes superiores a 1.800 metros devem ser protegidas e recompostas. As RL's são áreas reservadas nas propriedades privadas que devem ser mantidas, 20% para os biomas extra-amazônicos e 80% na Amazônia Legal. Este mesmo diploma legal instituiu o Cadastro Ambiental Rural (CAR), onde todos os imóveis rurais do Brasil terão que georreferenciar as APPs e RL's

mais da metade do bioma (51,06%) foi perdida para áreas de uso agropecuário - grande parcela para uso da terra como pastagens - enquanto só 46,89% do estado ainda possui florestas de caatinga conservadas. O estudo também indica que esses números são superestimados, pois, os bancos de dados utilizados pela pesquisa não são precisos e atualizados. Outro dado refere-se as áreas às margens de cursos hídricos que, por lei, deveriam estar ocupadas por florestas, porém destas restam apenas 30,3% que estão cobertas pela vegetação nativa, cerca de 64,43% dessas margens estão ocupadas por atividades agropecuárias. A pesquisa aponta que o maior passivo ambiental está nos estabelecimentos rurais acima de quatro módulos fiscais, ou seja, estabelecimentos de grande porte não geridos pela agricultura familiar. O estudo indica que é necessário priorizar esses estabelecimentos de maior área, pois são eles que mais possuem passivos ambientais, concomitantemente, sugerem a criação de políticas públicas de recuperação ambiental para os estabelecimentos em posse da agricultura familiar. A pesquisa estima que a recuperação destes passivos custará ao estado cerca R\$2,3 bilhões na restauração de APP's e R\$165 milhões para recuperação de RL's. Estimam também que o custo de recuperação por hectare pode chegar até R\$13 mil reais. Outro ponto sensível apontado pela pesquisa é em relação a viabilidade econômica para os pequenos agricultores no estabelecimento de estratégias de recuperação baseadas nos Sistemas Agroflorestais (SAF's). O CEPAN salienta a inexistência de estudos que demonstrem tais parâmetros na caatinga, por isso, o estudo se utiliza de pesquisas sobre SAF's no bioma cerrado por considerar este o ambiente mais aproximado da realidade sertaneja.

Mesmo compreendendo que o esforço realizado pelo CEPAN teve como foco principal estimar a situação e o custo do passivo ambiental em Pernambuco a luz das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal) na recuperação de APP's e RL's, consideramos que tal empreendimento não deveria ter deixado de fora - deste contexto de análise - o quadro e o papel das UCs estaduais instituídas no bioma caatinga. Mesmo que estejam regulamentadas por diplomas legais distintos, as UCs, as APPs e as áreas de RL são os equipamentos ambientais socialmente disponíveis para construção de estratégias de preservação e conservação dos recursos naturais, compondo assim nosso rol de áreas protegidas num sentido mais amplo. Porém isso não tira a importância e a utilidade

existentes em suas áreas. O intuito é realizar um diagnóstico do passivo ambiental e assim implantar o Programa de Recuperação Ambiental (PRA). No entanto, a conclusão desse processo amarga sua quarta prorrogação de prazo, ficando o dia 31 de dezembro de 2019 estabelecido como nova data para o seu encerramento. Esses dados serão fundamentais para o aprofundamento de futuros estudos que busquem discutir a viabilidades social, econômica e ambiental desses estabelecimentos no Bioma Caatinga de clima semiárido, tendo em vistas a construção de caminhos e possibilidades para promoção de uma coabitação sustentável com a natureza.

prática que o estudo possui, nele, estão contidos um conjunto de diretrizes que se referem: as técnicas utilizadas para recuperação ambiental; as áreas prioritárias para atuação em Pernambuco; a estimativa de custos para recuperação do passivo ambiental; as indicações de caminhos para financiamento desse processo; e apresentam também os benefícios ambientais e sociais ao se instituir um programa de recuperação ambiental em larga escala.

É importante deixar claro que as UCs estão intrinsicamente vinculadas a esse debate, só que sobre outras ordens jurídicas e sociais, o que, no entanto, não exclui sua importância estratégica dentro deste contexto. Quando se fala em UCs, a atuação do governo do estado de Pernambuco é muito similar em relação a atuação do governo federal na caatinga. Caracteriza-se por uma ação governamental tardia e errática. Abaixo apresentamos as UCs constituídas e de responsabilidade do governo estadual.

Tabela 5 - UC's criados pelo Governo do Estado de Pernambuco no Bioma Caatinga

Unidades de Conservação constituídas anterior a Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC)					
Ano	Governo	UC	Nome	Tamanho (ha)	Municípios
1998	Miguel Arraes	ESEC	Serra da Canoa	7.598,7	Floresta
Unidades de Conservação constituídas posterior a Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC) e a Lei Estadual nº 13.787/2009 (SEUC-PE)					
Ano	Governo	UC	Nome	Tamanho (ha)	Municípios
2012	Eduardo Campos	Parque Estadual	Mata da Pimenteira	887,24	Serra Talhada
2012	Eduardo Campos	ESEC	Serra da Canoa	7.598,71	Floresta
2014	Eduardo Campos	Parque Estadual	Serra do Areal	1.596,56	Petrolina
2014	Eduardo Campos	RVS	Riacho Pontal	4.819,63	Petrolina
2014	Eduardo Campos	MONA	Pedra do Cachorro	1.378,67	Brejo da Madre de Deus / São Caetano / Tacaimbó
2015*	Paulo Câmara	RVS	Tatu-Bola	110.110,25	Petrolina / Lagoa Grande / Santa Maria da Boa Vista
2019	Paulo Câmara	RVS	Serra do Giz	310,20	Afogados da Ingazeira / Carnaíba
2019	Paulo Câmara	RVS	Serras das Caatingueiras	21.687,62	Petrolina

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da CPRH-PE no dia 08/07/2019 (<http://www.cprh.pe.gov.br/Unidades_de_Conservacao/descricao_das_unidades/41788%3B48981%3B5001%3B0%3B0.asp>) e no sítio eletrônico da ALEPE (<<http://legis.alepe.pe.gov.br/>>)..

* Por motivos de fortes conflitos e pressões políticas dos agricultores familiares e das populações locais o Decreto do Tatu-Bola está oficiosamente revogado, aguardando a quase quatoros que o governo do estado encaminhe para a Assembleia do Estado de Pernambuco (ALEPE) o Projeto de Lei para modificar a modalidade de unidade de conservação de RVS para APA.

** A tabela só levou em consideração as UC's sobre responsabilidade do governo estadual. No sistema do CPRH-PE em julho de 2019 constava a existência de 02 (duas) RPPN's constituídas no bioma sobre responsabilidade de particulares.

Como já estudamos em outro momento de nossa pesquisa, é compreensível que a priorização inicial dada a preservação da Mata Atlântica está relacionada a sua condição de bioma explorado destes os tempos coloniais. Porém isso não descarta o fato de que o território

de Pernambuco é coberto por 83% pela caatinga (IBGE, 2004), entretanto só foi ser constituída a primeira UCs no bioma em 1998. Mesmo com a regulamentação do SNUC em 2000 e da SEUC-PE em 2009, apenas em 2012 o estado retorna a constituir áreas de proteção no bioma. Por este fato é que dizemos que atuação do governo estadual é tardia. Consideramos também essa atuação errática pelo fato de que apenas o Parque Estadual possui conselho gestor constituído e com um funcionário designado pela CPRH-PE para gestão da área. Outro fato importante há ser destacado é que mesmo num bioma densamente povoado o governo do estado só constituiu UCs de proteção integral. Por ausência de recursos para desapropriação fundaria o estado buscou constituir tais áreas em terrenos públicos estaduais (ou municipais). O caráter protocolar na constituição de tais áreas poder ser identificado pela ausência de atenção e interesse da sociedade local e dos movimentos sociais rurais, possuindo relevância quase nula as referidas UCs constituídas.

O ápice da atuação errática do estado se deu com a constituição do Refúgio da Vida Silvestre (RVS) Tatu-Bola no ano de 2015 através do Decreto nº 41.546 de 16 de março. A motivação inicial para constituição desta área se deu com a definição em 2012 do Tatu-Bola como mascote da Copa Mundial de Futebol que seria realizado no Brasil em 2014, na qual Pernambuco sediou alguns jogos. Desde então a SEMAS-PE deu início as ações para constituição da UC, tendo como base alguns estudos prévios realizados pela secretaria, e posteriormente, com a construção de uma série de parcerias com instituições governamentais, não-governamentais e universidades para elaboração da proposta de constituição da respectiva área. Foi definido o objetivo ambicioso de proteger 110.110,25 hectares, que abrange em maior grau o município de Lagoa Grande, parte expressiva de Santa Maria da Boa Vista e uma pequena parte de Petrolina. Além do significativo tamanho, o estudo indicou que fosse criado uma RVS, sendo esta uma modalidade de proteção integral contendo inúmeras restrições para atividade humana. Lacerda, Albuquerque e Galvínio (2017, p. 195) ressaltam que o poder público não havia envolvido devidamente no debate as comunidades rurais e urbanas que estariam dentro da UC e nem na ZA processo de constituição da RVS Tatu-Bola. As populações locais reclamavam que o governo do estado havia realizado apenas uma audiência pública no município de Lagoa Grande. Isso deu margem para que as comunidades rurais, movimentos sociais e poderes públicos locais alegassem não ter conhecimento dos detalhes e impactos na implantação deste equipamento ambiental. Colocavam que a implantação foi feita num curto período de tempo sem haver maiores explicações sobre as restrições que existiriam para a atividade humana (criação de caprinos e ovinos na região), gerando a revolta por parte das comunidades rurais.

Podemos constatar, com base em nosso trabalho de campo, através de inúmeros relatos de que alguns agentes bancários já não queriam liberar mais crédito para produção agrícola e pecuária por aquela região por ela estar circunscrita numa UC. Frente à efervescência criada entorno na matéria, já tomando dimensões midiáticas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) dos municípios representados pela FETAPE e os prefeitos das três cidades envolvidas, protagonizaram um processo de diálogo com o Governo do Estado visando rever ou ajustar o quadro de conflito que se tinha instaurado naqueles municípios. Esse processo ensejou um amplo, e relativamente longo, debate que terminou culminando com o acordo de se modificar a modalidade de UC, de RVS para uma APA. A APA possui regramentos mais flexíveis, concomitantemente, iria se buscar criar RVS em microrregiões dentro da APA mais específicas voltadas a proteção do tatu-bola.

Os pesquisadores envolvidos com o estudo que fundamentou a criação da UC de conservação questionaram a solicitação de reenquadramento da modalidade. Alegavam que os estudos tinham excluído as regiões densamente ocupadas pela agricultura e por moradias (MELO *et al*, 2016 *apud* LACERDA, ALBUQUERQUE, GALVÍNCIO, 2017, p. 198).

Os fortes conflitos gerados por esse processo resultaram em pressões políticas por parte dos agricultores familiares e das populações locais sobre o Governo do Estado, fazendo com que o Decreto do Tatu-Bola fosse oficiosamente revogado. A oficialização desse acordo já se arrasta por mais de quatro anos, onde até o presente momento, o poder executivo ainda não encaminhou a Assembleia do Estado de Pernambuco (ALEPE) o Projeto de Lei para modificar a modalidade de UC de RVS para APA.

Outro aspecto negativo gerado deste processo é que as comunidades rurais e urbanas, movimentos sociais rurais e poderes públicos municipais terminaram tendo uma percepção negativa e restritiva das medidas tomadas para preservação da natureza. Esse tecido societário, em vários momentos do debate, não negava a importância da proteção do patrimônio natural, apenas reclamavam da forma como foi conduzido o processo de discussão e implantação de tal medida, como percebemos ao longo de nossa pesquisa. Em 2019 o governador Paulo Câmara constituiu duas novas UCs na caatinga, mas a questão legislativa e jurídica da RVS Tatu-Bola continua juridicamente inalterada.

A constatação de que o Governo do Estado constitui as UCs por exigência da política nacional/estadual e das pressões sociais locais, no entanto, não aloca recursos, não regulamenta e nem implementa a gestão dessas áreas, criando assim “Unidades de Papel” – a denominação realizada por Negreiros (2008) ainda ecoa como uma inferência altamente válida.

De modo geral, a fragmentação e a descontinuidade têm sido uma marca das ações governamentais no bioma. Em algumas situações e circunstâncias as ações do Estado brasileiro variam em sua intensidade e regularidade tanto quanto o próprio clima semiárido. Não apenas o regime climático, bem como, as próprias ações governamentais são variáveis instáveis (no tempo e no espaço) que afetam e influenciam a preservação da caatinga e o desenvolvimento dos estabelecimentos rurais camponeses nele circunscritos.

O principal desafio da próxima parte de nosso estudo será buscar entender como o movimento sindical pernambucano está incorporando a dimensão protetiva da natureza. Isso significa fazer um exercício de buscar olhar a questão ambiental do bioma caatinga não sobre o prisma das políticas públicas ou das constatações científicas, e sim a partir da perspectiva das populações rurais, daqueles que de alguma forma possuem relações mais diretas com o próprio meio ambiente.

4 ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NO MEIO RURAL PERNAMBUCANO: TRAJETÓRIA, AÇÕES COLETIVAS E MEIO AMBIENTE

Este capítulo está organizado em duas partes. Em primeiro lugar, objetivamos analisar os fatores históricos e políticos relacionados à organização social camponesa no meio rural de Pernambuco que contribuíram para constituição da FETAPE e, conseqüentemente, na formatação da ação sindical (coletiva) adotada pela instituição. Num segundo momento, buscaremos compreender como a produção acadêmica tem interpretado o processo de incorporação e reinterpretação da pauta ambiental por esta instituição, ou seja, o que neste estudo estamos denominando como o processo de ecologização de suas ações coletivas. Iremos articular essas questões com os dados colhidos por nossa pesquisa dissertativa por meio de análise documental e observação.

4.1 A história do sindicalismo rural e suas influências no delineamento das ações coletivas: O caso da FETAPE

Para que possamos compreender o processo de reconhecimento, interpretação e atuação da FETAPE no entorno da temática ambiental, ainda mais daquelas voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com as unidades de conservação estaduais no período de 2009 a 2018, primeiro é necessário que observemos os elementos históricos e políticos que permeiam a trajetória institucional dessa organização camponesa e, conseqüentemente, influenciaram e influenciam o tipo de ação coletiva desenvolvida pela mesma.

Na primeira parte deste estudo, esboçamos os aspectos sociais, econômicos e políticos perversos que contribuíram para o bloqueio da categoria na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1996). Desde os tempos coloniais até a república, toda e qualquer tipo de organização camponesa voltada a conquista de melhores condições de vida foram reprimidas com forte violência pelo aparato governamental de sua respectiva época. Porém na década de 1940 ocorre uma “brecha” política em âmbito internacional e nacional que propiciou a superação daquilo que Martins (1986) denomina como o localismo das lutas camponesas.

Em âmbito externo, a década de 1940 tem seu início com a eclosão da segunda guerra mundial, onde foram afrontados os estados totalitários, e logo após o seu fim, se estabeleceu o embate entre dois modelos de gestão do social, o capitalismo e o socialismo. O Brasil sofreu, conseqüentemente, influências. O aparato governamental brasileiro possuía, desde sua constituição, um modelo autoritário e elitista de governança. No entanto, esse cenário de

transformações em âmbito mundial, estimulou que a sociedade brasileira começasse a exigir que o Estado fosse gerido de forma mais participativa e democrática. Essa polarização entre os dois modelos de sociedade fez emergir quadros políticos que vocalizassem esse debate aqui no país. Portanto, constituiu-se um ambiente mais propício para a organização social camponesa que possuía demandas históricas reprimidas.

Uma das evidências disto é que em meados da década de 1940 começam a ser criadas entidades de representação no campo, em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (MEDEIROS, 1989, p. 18). Essa dinâmica ocorre a luz do Decreto-Lei 7.038, de 1944, que versava sobre o direito de sindicalização do campo, porém, tutelando o reconhecimento de tais entidades ao Ministério do Trabalho (LIMA, 2003, p. 51). Isso não quer dizer que não existiam ainda forças contrárias que tentavam impor seus interesses, seja o coronelismo no sertão (bioma caatinga), ou os donos dos engenhos no litoral, essas forças continuavam a agir com virulência. O processo de organização camponesa ganhou apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com o lançamento no dia 1 de agosto do “Manifesto de Agosto”. Nesse documento o PCB considera o papel que o campesinato cumpriu na revolução chinesa, por isso, os comunistas brasileiros reposicionam no plano nacional sua estratégia e o papel dessa categoria em seu projeto de sociedade. Um mês após essa tomada de posição pelo PCB, a Igreja Católica na figura de Dom Inocêncio, bispo da campanha de Minas Gerais lançava a primeira pastoral da Igreja Católica voltada as demandas das populações do campo (MARTINS, 1986, p. 64, 65, 81).

É importante destacar que para o PCB “a extinção do latifúndio e dos latifundiários, enquanto classe, era uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo” (MEDEIROS, 1989, p. 27). A agitação e a propaganda política promovida por grupos de esquerda junto as populações rurais a partir da década de 1950 e início da década de 1960, foi determinante para que houvesse um maior envolvimento da Igreja Católica nas questões relacionadas às demandas da população do campo. A igreja estava preocupada com a penetração do comunismo na sociedade brasileira, inclusive entre os camponeses. Desta forma, ela começa a atuar de maneira mais sistemática junto a esse público. Dentro do espectro eclesiástico, emergem dois mecanismos de atuação. Um foi o Movimento de Educação de Base (MEB), organizado inicialmente pelas dioceses de Natal e de Aracaju que tinham como objetivo criar uma rede de escolas radiofônicas. O outro mecanismo foi o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), cujo objetivo era o de organizar os trabalhadores em cooperativas e sindicatos com vistas a diminuir a influência do PCB junto a categoria (LIMA, 2003).

A partir de então esses dois atores começam a atuar como mediadores do processo de organização social e política das populações rurais, disputando espaços e a representação da categoria, cada qual buscando operar esse processo a luz de suas concepções e interesses. Porém, em 1955, emerge das lutas dos próprios camponeses outra forma de ação coletiva por direitos. No engenho Galiléia no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, inicia-se o processo de expulsão de foreiros, fato esse que já vinha ocorrendo em vários cantos do país, levando esses sujeitos a buscarem apoio político. Esse apoio foi encontrado no deputado estadual Francisco Julião. Contando com participantes também do PCB, tal movimento buscava justiça, queriam terra e relações de trabalho mais justas na zona da mata pernambucana. Estes se organizaram no entorno de uma associação denominada de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Esse movimento ficou conhecido como as Ligas Camponesas.

Para Martins (1986, p. 67), a partir dos anos de 1950, as Ligas Camponesas e o sindicato foram as formas mais importantes de organização e luta política da categoria. Para Medeiros (1889, p. 48) o que diferenciou a atuação das ligas foi a capacidade dos camponeses de se organizarem, “irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários”.

As ações coletivas promovidas pelos atores no meio rural começam a divergir quanto a estratégia, como demonstrado por Martins (1986), isto é, enquanto que o PCB acreditava que o processo de transformação camponesa perpassava por uma aliança com a burguesia nacional, com a realização de uma reforma agrária dentro dos ditames da lei, setores dentro das Ligas Camponesas, que inicialmente focaram seus esforços na judicialização dos conflitos na busca de reparo dos direitos das populações campo, começam a acreditar que a reforma agrária só iria sair na “marra”, ou seja, de forma radical, com a possibilidade da luta armada e, com isso, a tomada do aparato estatal. A Igreja Católica que não comungava com nenhuma das duas opções, buscava atender as demandas camponesas dentro dos ditames das leis estabelecidas, conciliando, de forma a não perturbar os interesses das elites agrárias e urbanas no poder.

É importante destacar que o PCB, a Igreja e as Ligas Camponesas (mais especificamente em Pernambuco e na Paraíba) em determinado momento de nossa história, buscaram organizar e coordenar as lutas camponesas no Brasil, a saber, começam a cumprir um papel de mediação e articulação das ações coletivas do setor. O Estado também almejava cumprir esse papel, mais especificamente quando tutela o reconhecimento dos sindicatos à

sua chancela. Consideramos que as condições históricas e institucionais brasileiras não permitiram a construção de uma ação coletiva propriamente dita do campesinato a luz da sua própria consciência de classe, sem que houvesse interferência de terceiros nesse processo.

Lima (2003, p. 64, 84) explica-nos que é nesse ambiente de disputa, entre partido, igreja e ligas camponesas, que se constituiu em 1962, especificamente, no dia 6 de junho a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FTRP) vinculada ao SORPE. Já em 1963, num curto espaço de tempo no estado de Pernambuco, surgem 52 organizações do tipo, no entanto, os sindicatos vinculados às Ligas Camponesas e ao PCB não se vinculavam à Federação nesse primeiro momento. A partir de determinado período ocorreram cisões e diversificações entre os sujeitos que atuavam no âmbito do PCB, bem como da própria Igreja Católica, existindo uma diversificação de grupos que atuavam junto ao setor camponês. Tanto o espectro religioso quanto o partidário deram origem a outros grupos que visavam influenciar a organização camponesa sobre outras premissas e estratégias. Entre eles estão a Ação Popular (AP), Animação de Cristãos no Meio Rural (ACR), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre outros. Essa diversificação de atores no meio rural levou o PCB e a AP a rever suas estratégias, fazendo com que buscassem compor com os setores mais progressistas da Igreja, visando a constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) em 1963. Considerando esse novo quadro político mais representativo, em 1964 fundou-se uma nova Federação em Pernambuco denominada Federação dos Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Produção Extrativista do Estado de Pernambuco. Porém, com o Golpe Militar de 64 essa entidade não vingou, ficando mais conhecida apenas a FTRP (atual FETAPE) vinculada ao SORPE.

Por intermédio de análise documental empreendida por essa pesquisa, podemos compreender melhor o que significou esses anos iniciais do movimento com relação a constituição de bases sindicais nos municípios. Na revista publicada pela FETAPE em 2006 em comemoração aos quarenta anos de existência da entidade ocorrida no ano de 2002, a entidade coloca que:

o período entre 1961 e 1964 aparece como o de maior ênfase, com o surgimento de 70 entidades, correspondendo a 39,33% do total criado até os dias atuais. Entre 1965 e 1979 outros 45 apareceram no cenário de luta e, de 1980 até 2005, outros 63 foram constituídos, totalizando hoje 178 (FETAPE, 2006, p. 05).

Segundo Medeiros (1989, p. 87), após o golpe de 1964, os sindicatos vinculados às ligas camponesas e aos partidos de esquerda foram fechados, muitos dirigentes foram presos e mortos, outros tiveram que fugir. Apenas os sindicatos vinculados a igreja conseguiram

sobreviver, mas houve, na maioria dos casos, a recomposição de quadros diretivos. O regime militar colocou o sindicalismo rural sob a tutela da igreja. Em Pernambuco os sindicatos do agreste e do sertão do estado quase desapareceram, houveram várias intervenções abusivas na maioria dos sindicatos, foram colocados interventores como sendo representantes da categoria. O mesmo ocorreu com a CONTAG.

A direção da FETAPE, num primeiro momento, ficou alinhada ao primeiro governo militar de Castelo Branco, pois predominava na instituição um espírito anticomunista, e os representantes daquele momento esperavam que o novo governo pudesse atender as demandas da categoria (LIMA, 2003).

É interessante observar que nenhum comentário em relação a esse posicionamento político da FETAPE (anticomunista e pró-golpe) nos dias e anos iniciais da ditadura militar são colocados nas duas revistas publicadas em comemoração aos quarenta (2006) e cinquenta (2012) anos da entidade. Nesses documentos são exaltadas as lutas e as mobilizações realizadas no período da ditadura militar que incomodaram o regime. Por intermédio da observação (em reuniões, mobilizações e assembleias da FETAPE) podemos aferir que tal posicionamento político da entidade nos seus anos iniciais não é de conhecimento da maioria dos dirigentes na atualidade, que por coincidência são majoritariamente vinculados a partidos de esquerda.

Entretanto, na década de 1960, o sentimento anticomunista e de adesão ao regime militar da FETAPE cresce ainda mais em 30 de novembro de 1964 com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Nesse período

A política assumida pela FETAPE, ao longo do regime militar, foi, fundamentalmente, em torno do cumprimento da legislação trabalhista, o que, apesar de ser uma atuação limitada, significou, em vários momentos, tensões e perseguições, uma vez que os usineiros e senhores de engenho não consideravam as leis. Para a Federação, era importante manter a organização sindical, fazendo eleições nos sindicatos sob intervenção, orientando-os financeira e administrativamente, dando-lhes suporte através de assessoramento jurídico. Com isso, os sindicatos, sentindo-se mais seguros, deveriam procurar garantir o cumprimento da lei (LIMA, 2003, p. 16).

Medeiros (1989) ressalta que a maior parte dos sindicatos reestruturaram suas ações e pautas na tentativa de garantir alguns direitos estabelecidos pela ETR. Algumas entidades não deixaram de buscar animar processos de luta pela terra, almejando uma atuação mais combativa, porém, “essas práticas, no entanto, eram extremamente pulverizadas, localizadas e estavam longe de constituir um padrão de ação sindical” (Idem, 1989, p. 88). Isso fez emergir uma concepção de luta camponesa vinculada a esfera judicial, seja de caráter trabalhista ou fundiário, fazendo do advogado uma figura chave nessas lutas.

Entretanto, é importante frisar que o estudo de Lima (2003) aponta para importância dos grupos partidários de esquerda, que atuavam de maneira clandestina, influenciando e organizando de ações coletivas mais combativas. Essa participação se deu por exemplo nas greves promovidas no município do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1964-68. O PCBR e outros partidos tiveram papel importante no processo de mobilização e organização da massa de trabalhadores que levou ao envolvimento do presidente do sindicato do município na greve, mesmo a contragosto da FETAPE e CONTAG naquele momento²⁶.

Como destaca Lima (2003, p. 184-186), a primeira diretoria da FETAPE (provisória), constituída em 1962, foi presidida por Manoel Gonçalo Ferreira, de Panelas-PE. Esse dirigente teve significativa participação nas greves dos canavieiros em 1963. Após o Golpe 1964, se viu obrigado a renunciar. O dirigente com este ato esperava que o governo militar não realizasse uma intervenção mais dura na instituição. Em seu lugar assumiu o tesoureiro Severino Manoel Soares, do município de Timbaúba-PE. A maior parte das lideranças que presidiram a instituição possuíam relação com a igreja, através do SORPE, fato esse que mitigou num primeiro momento uma intervenção mais aguda na instituição por parte do governo militar. Em 1966 realiza-se a primeira eleição da instituição após o Golpe, e nela é eleito como presidente Euclides Almeida Nascimento. Nesse interim entre a promulgação do ETR e a eleição da FETAPE, o projeto militar até então endossado por parte das lideranças camponesas, demonstrava seus limites. Mesmo Euclides Nascimento, sendo vinculado a igreja, e alinhado com as premissas que esta estabelecia para ação sindical, buscou imprimir um ritmo mais aguerrido e autônomo. Sobre sua gestão a Federação buscou tirar os interventores dos sindicatos rurais através de organização de eleições, além de buscar realizar um trabalho mais amplo de educação dos trabalhadores sobre os seus direitos. Nesse período a entidade já começava a ter uma visão mais crítica sobre o regime militar.

Nas publicações da FETAPE esse momento conjuntural é compreendido da seguinte forma:

Essas pressões fizeram a diretoria da federação ficar dividida, com parte defendendo que a função da entidade era meramente de assistencialismo médico e de previdência, enquanto outra parte queria a construção de respostas coletivas aos inúmeros problemas vivenciados pelos trabalhadores(as) rurais nas diversas regiões do Estado (FETAPE, 2006, p. 07)

Esse mesmo corpo dirigente progressista de Pernambuco também tem papel importante no processo de reestruturação do movimento sindical em âmbito nacional. Em 1965, sobre a égide do governo militar foi organizado a eleição da CONTAG, através da qual seus

²⁶ Esse caso pode ser melhor analisado no artigo de Koury (2010).

interventores foram eleitos pelo voto direto para ocupar as instâncias diretivas da organização. Porém, em 1967 foram convocadas novas eleições, e nesse momento a chapa de oposição encabeçada por José Francisco da Silva, oriundo da zona da mata pernambucana, ganhou da chapa dos interventores, e começou assim a tentar recuperar o rumo das ações do movimento. Mesmo sendo uma diretoria politicamente mais representativa do que a direção anterior, composta pelos interventores, sua atuação esbarrava nos parâmetros de ação sindical preconizado pelo ETR, que privilegiava a judicialização dos litígios da categoria. Com a compreensão de que os direitos existiam, mas não eram respeitados, a diretoria da CONTAG, eleita em 1967, elegeu como prioridade o apoio a processos de educação e divulgação de tais direitos junto a massa trabalhadora. Neste momento torna-se desafiante unificar e coordenar as ações sindicais por dois fatores. O primeiro é que existia uma enorme diversidade de dirigentes que compunham as federações e os sindicatos, cada qual seguindo um número heterogêneo de estratégias e objetivos. O segundo elemento complicador ocorreu após o golpe de 64, o Ministério do Trabalho emitiu a portaria 71 que unificava a representação sindical, desta forma, todas as populações do campo (agricultores, posseiros, arrendatários, sem-terra, assalariados) foram denominados como trabalhadores rurais. A estrutura sindical teve que agrupar grupos diversos, que possuíam interesses imediatos distintos, e por vezes, até contraditórios (MEDEIROS, 1989, p. 89-94).

Como já apresentado por este estudo, o governo militar tutelou ao máximo a atuação dos sindicatos, os transformando em instrumentos assistências, e o FUNRURAL criado em 1971 teve um papel preponderante na constituição dos sindicatos e na conformação de sua base representativa (LIMA, 2003, p. 157). Com a grande expansão do tecido sindical rural nos anos 1970, a CONTAG em 1973 realizou o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Nesse evento foi colocado como prioridade o processo de formação dos dirigentes sindicais, uma maior integração entre eles, orientado que os mesmos trabalhassem em termos de reivindicações e objetivos do movimento, reduzindo o trabalho burocrático e incentivando a criação de delegacias sindicais, no intuito de criar maior proximidade os sindicatos e as comunidades rurais. Nesse congresso foi reiterado a importância da reforma agrária, mas que ela fosse fomentada a luz do ETR. Pediram que as entidades sindicais tivessem maior papel nesse processo. A CONTAG buscava assim traçar as linhas gerais que as ações sindicais deveriam se nortear, dentro das condições políticas possíveis da época, sua intenção principal era combater o modelo de sindicato cartorial que o regime militar havia fomentado. Paralelamente ao crescimento do movimento sindical, também cresciam os conflitos no campo, onde em alguns casos o sindicato tornava-se um agente naturalmente relevante, e

outros casos, um agente completamente à margem desse processo (MEDEIROS, 1989, p. 96-101).

Na publicação em 2012 da revista em comemoração dos cinquenta anos da FETAPE, a entidade reflete os impactos dos congressos da CONTAG acima citados na ação sindical rural, e assim, de forma enfática expõe que o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)

percebeu que só por meio de uma forte organização, e uma boa articulação com diferentes segmentos, como a Igreja Católica e outros movimentos sociais, por exemplo, é possível garantir uma mobilização que ajude a sensibilizar a opinião pública e pressionar os governantes e a classe patronal a tomarem medidas que assegurem ao homem e a mulher do campo o acesso a melhores condições de vida e trabalho (FETAPE, 2012, p.04).

Nesse mesmo período em âmbito estadual, a atuação do presidente da FETAPE, Euclides Nascimento, já não era mais bem vista pelos militares. Foram criados subterfúgios pelo regime militar para que ele não pudesse concorrer às eleições da instituição em 1972. A alternativa criada naquele momento foi candidatar o irmão de Euclides, Nativo Almeida do Nascimento para o cargo. Foi eleito e reconduzido ao cargo na outra eleição realizada em 1975. No entanto, sua gestão considerada pouco atuante em relação aos interesses da categoria, gerou a oposição de seu irmão e outras lideranças. Esse quadro de insatisfação fez com que as oposições organizassem uma chapa nas eleições de 1978 encabeçada por José Rodrigues da Silva. Tanto Euclides Nascimento, quanto lideranças da CONTAG, empenharam-se para reorientar o rumo político e das ações sindicais da FETAPE. Sendo bem-sucedido nesta eleição, José Rodrigues da Silva foi reeleito em 1981, 1984, 1987 e 1990 (LIMA, 2003, p.187-190).

Em âmbito nacional a CONTAG organizou em maio de 1979 o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Em 1978 as greves realizadas pelo sindicato dos metalúrgicos no ABC Paulista deram novo folego ao movimento sindical brasileiro. Essa efervescência teve rebatimentos no sindicalismo rural. No III Congresso a CONTAG reafirmou a reforma agrária como maior bandeira do movimento, reivindicava a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e desapropriadas. Reforçaram a importância que a legislação trabalhista fosse cumprida de maneira efetiva no campo. Neste evento foram discutidas novas demandas, como por exemplo, a alteração na legislação sindical, ou mesmo a criação de uma central sindical, como forma de criar uma aproximação com o sindicalismo urbano, e assim, angariar mais apoio a reivindicação por reforma agrária. Nesse momento ocorre uma mudança de discurso dos dirigentes da CONTAG sobre o papel do Estado nas lutas camponesas. Se antes o Estado era visto como um agente mediador e colaborador de tais

lutas, a partir deste momento, passa a ser visto como um dos atores que contribuem para exploração das populações do campo. Houve uma mudança na orientação na organização das ações coletivas dos sindicatos. A perspectiva era de que a ação sindical pudesse animar processos de pressão coletiva como forma de constranger as autoridades para atendimento das demandas do setor, ou seja, uma atuação mais combativa. Buscavam assim distanciar-se de uma ação sindical cartorial que funcionava quase como um tipo de despachante de demandas para os governos e o sistema judiciário. A ideia era não mais pedir, e sim exigir. A reforma agrária deveria ser conquistada a partir das próprias iniciativas dos trabalhadores rurais. Nesse congresso o movimento sindical buscou constituir uma unidade de ação (MEDEIROS, 1989, p. 116-118).

Na esfera estadual, a eleição de José Rodrigues representou uma expectativa mais autônoma em relação ao regime militar, e uma gestão mais comprometida com as demandas da categoria. É importante destacar que José Rodrigues foi o primeiro presidente eleito da FETAPE que não foi originalmente formado politicamente pelo SORPE ou por qualquer outro tipo de organização vinculada à igreja. No decorrer de sua longa gestão, subdividiu o estado de Pernambuco em 10 Polos Sindicais, no intuito de acompanhar e coordenar as ações e as demandas das bases de maneira mais efetiva e qualificada. Em sua gestão o processo de educação da massa trabalhadora e sindical foi fortemente trabalhado. Junto aos sindicatos houveram inúmeras capacitações voltadas a qualificação da gestão da máquina sindical. Do ponto de vista da formação dos trabalhadores, a federação firmou convênios para promover cursos de comunicação social voltado a produção de programas de rádio, capacitando dirigentes e colaboradores para este ofício. Através de outro convênio a entidade buscou animar um trabalho com jovens, sendo particularmente frutífero no agreste meridional de pernambucano. A reconfiguração da ação sindical não se restringiu apenas a essas iniciativas. No final da década de 1970 e no decorrer de toda a década de 1980, a FETAPE organiza um conjunto de greves na zona canavieira do estado, tornando-se uma referência de atuação em âmbito nacional. A entidade começa a absorver as reivindicações das mulheres por maior participação do movimento. Se envolve também de maneira mais enfática nas lutas das populações camponesas atingidas por barragens. Realiza mobilizações exigindo ações governamentais para convivência com a seca e relações mais justas nas frentes de trabalho. Envolve-se no processo de redemocratização do país. Contribui para organização de centrais sindicais, entre outras ações (LIMA, 2003, p. 190- 205).

É importante destacar que nem todas essas iniciativas eram originalmente fomentadas pela FETAPE, muitas delas eram encabeçadas pelos sindicatos, que posteriormente, eram

apoiadas pela Federação com assessoria jurídica em alguns casos, em outros, a entidade participava do processo de maneira mais incisiva.

Esse quadro demonstra a complexidade de analisar as ações coletivas sindicais. A FETAPE nada mais é que a representação estadual de inúmeros sindicatos constituídos no estado. As demandas apresentadas pelo tecido sindical também podem ser consideradas como da Federação. No entanto, podemos questionar se tal gestão, ou diretoria, era mais aguerrida ou não na animação e acompanhamento destes processos. Os sindicatos que possuíam diretorias mais comprometidas com as demandas dos trabalhadores, de alguma forma, ditavam o padrão de ação sindical e criavam indiretamente constrangimentos para aqueles municípios (e a própria federação em alguns casos) que não atuavam de maneira mais orgânica junto a categoria.

Entretanto, como demonstram os documentos analisados (FETAPE 2002; 2012) a entidade, principalmente no início da década de 1980, reformula suas ações sindicais, principalmente no que se refere a uma maior inclusão das mulheres na organização com suas respectivas pautas, além de lutar por políticas públicas de convivência com o semiárido e pelas demandas das populações rurais atingidas pela construção da barragem de Itaparica (Pernambuco-Bahia).

Após o período de redemocratização, a entidade volta a ter maior relação com os partidos de esquerda. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) tornam-se as organizações políticas com maior influência junto aos dirigentes e assessores (LIMA, 2003, p. 206-209). Neste momento ocorre, de certa forma, um entrelaçamento entre o espaço partidário (de esquerda) e o sindical rural. O movimento sindical (oficial) que originariamente foi constituído e mantido na época do regime militar pela igreja católica, tinha inviabilizada essa articulação.

A partir dos elementos observados no campo de estudo, aliado às informações coletadas por essa pesquisa, consideramos que esse entrelaçamento pode ser considerado tanto um produto da própria autonomia do sistema sindical sobre as diretrizes estabelecidas pela igreja (que também ia se modificando com o passar dos tempos, através de sacerdotes progressistas seguidores da teologia da libertação), quanto do próprio espírito de redemocratização que assolava o país. Essa articulação também influenciou as ações coletivas da instituição, debates relacionados as eleições partidárias, candidaturas de representantes da categoria e questões de apoio político, entraram de forma mais contundente dentro da agenda da FETAPE.

Outra dinâmica que contribuiu para remodelagem das ações coletivas da FETAPE ocorre na década de 1990. Nesse período a entidade começa a orientar suas ações para uma

atuação mais aguerrida relacionado a reforma agrária. Essa reorientação tem como motivação, em primeiro lugar, à falência de vários engenhos e usinas na zona da mata pernambucana, em segundo lugar, os desempregados rurais buscavam cada vez o MST que se dispunha a lutar pelo acesso à terra, contribuindo assim para o aumento de influência deste movimento no meio rural do estado. Nesse quadro de precarização das condições de vida da categoria, a luta por acesso à terra ganha proeminência, e conjuntamente com ela (para alguns pesquisadores), emerge o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE, fatores esses que buscaremos estudar na próxima parte desta pesquisa.

4.2 Movimento sindical rural pernambucano e o meio ambiente: Perspectivas e possibilidades

Desde as diretrizes definidas para ação sindical no III Congresso da CONTAG em âmbito nacional, na esfera estadual, a eleição de José Rodrigues, possibilitou a absorção de tais orientações, como também, contribuiu para a ampliação das linhas de ação sindical instituídas pelo movimento em Pernambuco. A abertura política ocorrida no transcorrer da década de 1980 possibilitou um amadurecimento e diversificação das formas de luta que os sindicatos empreendiam com vistas a conquista de direitos para a categoria. A atuação dos organismos sindicais rurais de Pernambuco é tão relevante que alguns pesquisadores avaliam que

Podemos inclusive afirmar que os sindicatos rurais na zona da Mata de Pernambuco e o sindicalismo dos Metalúrgicos de São Bernardo são os dois polos mais expressivos do sindicalismo no Brasil, tanto pela capacidade de mobilização, como pela representatividade e inovação da atual estrutura sindical (SOARES, 1985, p.21 apud PANDOLFI, 1987, p.202)

Porém na década de 1990 o setor sucroalcooleiro na zona da Mata Pernambucana entra em franco declínio, fazendo que ocorressem mudanças nas ações e práticas políticas desenvolvidas pelos sindicatos da região e da própria FETAPE.

No final da década de 90 o então presidente Fernando Collor de Melo cancelou os subsídios cedidos à produção de álcool e açúcar. Somado a isto, ocorria também o deslocamento das estruturas produtivas da indústria sucroalcooleira para o eixo sudeste-centro-oeste, por motivos de custo e logística (a topografia da zona da mata pernambucana não propicia o processo de mecanização do plantio e colheita da safra). Houve o fechamento de quatorze usinas de beneficiamento de cana em Pernambuco nesse período. Esse conjunto de mudanças no setor levou a uma queda do número de trabalhadores rurais associados aos

sindicatos da zona da mata pernambucana, que possuía anteriormente cerca de 240 mil filiados, no entanto, esse número tinha caído para 100 mil na segunda metade da década de 1990 (ROSA, 2004, p. 478).

Consequentemente, instaurou-se na zona da mata um quadro de pobreza e penúria, os trabalhadores rurais sem salários e terras para cultivo de seus alimentos de subsistência encontravam-se numa encruzilhada. Conforme a própria FETAPE avalia, “isso esvaziou consideravelmente os STR’s, que passaram a enfrentar dificuldades financeiras, enfraquecimento das entidades de base e serias consequências nas lutas salariais” (FETAPE, 2006, p. 19).

Esse cenário possibilitou uma aproximação de alguns sindicatos da região ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O MST criado em meados dos anos oitenta, criticava o imobilismo da ação sindical vigente, e buscou conquistar a reforma agrária de forma mais direta, promovendo ocupações em terras que não cumpriam sua função social, ou que possuíam grandes dívidas com a União. O movimento tinha se constituído em Pernambuco em 1989, no entanto, a FETAPE e o então Governador Miguel Arraes foram resistentes em apoiar as ações do MST no estado. Essa barreira foi sendo rompida a partir de 1992, quando dirigentes sindicais e do MST começaram a atuar de maneira conjunta. Essa parceria se deu, inicialmente, no município de Rio Formoso. Um grupo de trabalhadores pertencentes ao MST, começou a receber apoio do sindicato. No mesmo ano o sindicato em conjunto com o MST, realizam a ocupação de um engenho no município. Essa ocupação sinalizou uma mudança nos modos tradicionais de luta empreendidos pelo movimento sindical na conquista de direitos para a categoria. Em 1993 a FETAPE cria uma diretoria específica sobre Reforma Agrária para tratar da questão junto aos entes municipais a ela vinculados. Até 1995 foram realizadas inúmeras ocupações em vários municípios da zona da mata pernambucana, ora em parceria FETAPE e MST, outras cada qual realizando suas intervenções de maneira independente (ROSA, 2004, p.479-482).

Essa dinâmica, que teve início no sindicato do município de Rio Formoso e Tamandaré, tomou, com o passar dos anos, uma grande proporção, o que fez com que Pernambuco se tornasse o “estado da federação com maior número de ocupações de terras desde a segunda metade da década de 90” (SIGAUD, 2004, p. 12). Para Sigaud (2004) foi a pressão dos sindicatos sobre a FETAPE que fez com que a entidade comesse a se envolver de maneira mais efetiva nessas ocupações. A adoção por parte da FETAPE desta “nova” forma de luta fez com que entre os anos de 1995 e 1999 o estado virasse o grande protagonista e referência

nacional em ocupações terras (sendo contabilizado também as ocupações realizadas pelo MST).

Todavia, é interessante observar que, nas revistas comemorativas produzidas pela FETAPE (2006, 2012) não há nenhum tipo de menção da parceria que a instituição formou com MST para empreender as primeiras ocupações de terra. Nessas publicações as iniciativas de ocupação de terras são apresentadas como uma iniciativa genuína da instituição, e que apenas ganha forma e força na década de 1990.

Por outro lado, para Silva (2008) é justamente no bojo das ações relacionadas as ocupações de terras que a discussão ambiental começa a emergir na FETAPE. Em 1995 a entidade cria a Diretoria de Reforma Agrária e Meio Ambiente. O referido pesquisador frisa que a questão ambiental emerge da necessidade de se estabelecer os parâmetros ambientais para regularização fundiária dos assentamentos que surgiam fruto das lutas que se desenvolveram no decorrer de toda década de 1990. Para tanto, dentro da diretoria foi criada uma Coordenação de Meio Ambiente para acompanhar essas demandas. Porém, Silva (2008) faz uma crítica a forma pelo qual o tema ambiental é abordado (trabalhado) dentro da entidade sindical em Pernambuco. Para ele, “a federação mantém-se, ainda, muito distante de uma prática sindical que possibilite por meio do debate ambiental salvaguardar os interesses e integridade dos trabalhadores rurais assalariados da zona canavieira” (Idem, 2008, p.14). O autor avalia que o tema é debatido à luz das necessidades dos assentados da reforma agrária e dos pequenos proprietários de terra, deixando de lado as especificidades dos assalariados rurais. Mais adiante afirma, “a prática do sindicalismo rural voltada para o debate ambiental ainda está muito restrita as questões relativas à agricultura familiar” (Idem, 2008, p. 15).

Posteriormente, Silva e Soares (2012) elencam as principais ações da FETAPE voltadas para a questão ambiental, a saber: combate ao uso de agrotóxicos, como forma de garantir a saúde dos trabalhadores; promoção da produção orgânica e agroecológica; lutas por direito ao acesso e armazenamento dos recursos hídricos; fomento ao reflorestamento; articulação com entidades não-governamentais em projetos que promovem o manejo sustentável dos recursos naturais; participação nos espaços institucionais voltados ao meio ambiente em âmbito do governo estadual; promoção de feiras agroecológicas; promoção da semana do meio ambiente. No entanto, os pesquisadores realizam algumas ressalvas em relação a atuação da FETAPE relacionada a questão ambiental, desta forma, destacam que

é necessário questionar se esta atuação está restrita uma perspectiva burocratizante imposta pelos órgãos de fiscalização ambiental, já que a necessidade de discutir o licenciamento ambiental tem ocorrido, em parte, apenas para liberação de crédito de infraestrutura uma vez que o acesso a esse financiamento só ocorre se áreas de assentamento estiverem licenciadas. Sob essa perspectiva a ação ambiental do

sindicalismo rural se torna vazia de conteúdo ao responder apenas as exigências legais, sem questionar dimensões mais amplas da questão socioambiental” (SILVA, SOARES, 2012, p. 08)

Sobre as reflexões produzidas por Silva (2008) e Silva e Soares (2012) sobre a emergência da pauta ambiental dentro da FETAPE, vale tecer alguns comentários. Um ponto que devemos concordar com os autores é que dentro da estrutura sindical rural sempre houve essa dubiedade, ou mesmo, dificuldade na representação dos interesses dos agricultores familiares e assalariados. Como explicado por Medeiros (1989) esse processo tem origem na regulamentação sindical estabelecida pelo regime militar. Mesmo que a historiografia e os estudos sociológicos sempre deem destaque as lutas dos assalariados da zona da mata pernambucana, por ter sido estas lutas que ganharam dimensões nacionais, muitas vezes o papel dos agricultores (proprietários ou não de pequenos lotes, arrendatários, posseiros, etc.) é, de certo modo, obscurecido nas análises. Lima (2003) ressalta que a grande maioria dos dirigentes da FETAPE no decorrer de sua história eram pequenos proprietários (agricultores familiares).

Essa tendência histórica identificada por Lima (2003) permanece na instituição. A partir da pesquisa documental empreendida por este estudo, podemos verificar o perfil dos/as dirigentes que ocuparam a presidência da FETAPE recentemente. Manoel José dos Santos foi eleito para ocupar a presidência de 1993 a 1997 (sendo este também presidente da CONTAG entre os anos de 1998 e 2006, eleito deputado estadual em Pernambuco pelo PT duas vezes, entre os anos de 2010 a 2015), Januário Moreira da Silva Neto que sucedeu o cargo de presidente após a eleição de Manoel Santos para CONTAG no período de 1998 a 1999, seguido pela eleição de Antônio Marques dos Santos que ocupou o cargo entre os anos de 1999 e 2002, seguido por Aristides Veras dos Santos presidente entre os anos de 2002 e 2009 (ocupando atualmente a presidência da CONTAG desde 2017), Doriel Saturino de Barros presidente entre os anos de 2010 e 2017 (eleito deputado estadual em Pernambuco pelo PT em 2017), e a atual presidente Cícera Nunes da Cruz eleita no último Congresso em 2018, eram ou são agricultores/as familiares, alguns deles assentados da reforma agrária, oriundos do sertão e do agreste pernambucano.

Como já discutido em outro momento desta pesquisa, a unificação da representação sindical entre agricultores autônomos e assalariados foi “quebrada” recentemente quando se rompe com o princípio da unicidade sindical, como demonstra o estudo de Picolotto (2018). Essa dinâmica em Pernambuco ocorreu em 2015, quando a FETAPE deliberou sobre a preferência pela representação dos agricultores familiares, e um grupo vinculado a

organização constituiu em 2015 a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (FETAPE), sendo reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 2016. Porém, tanto os dirigentes da FETAPE e da CONTAG combateram judicialmente inúmeras vezes a quebra da unicidade sindical, realizando o desmembramento apenas quando na esfera judicial isso já era fato inevitável.

Outro ponto que gostaríamos de discordar em parte, e ao mesmo, complementar é a justificativa de Silva (2008), e Silva e Soares (2012) em relação a emergência da questão ambiental como sendo proveniente das lutas por reforma agrária empreendidas pelos sindicatos da zona da mata. Em parte, os autores possuem razão, pois o tema ambiental ficou inicialmente vinculado à diretoria de reforma agrária por muitos anos, apenas em 2018 em seu último congresso, a FETAPE constituiu a Diretoria de Política do Meio Ambiente. Essa visão parcial do fenômeno é produto tanto da massiva bibliografia existente sobre o protagonismo dos sindicatos da zona da mata, quanto a própria complexidade de compreensão dos elementos que formam e influenciam as ações sindicais (coletivas) de qualquer organização.

Como já discutido anteriormente, estudos (PICOLOTTO, 2012; PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015) apontam que a CUT no decorrer da década de 1980-90 contribuiu para animação do debate ambiental dentro da CONTAG e suas federações, quando colaborou na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Em 2001 o então presidente da CONTAG, Manoel José dos Santos, publica um artigo na Revista Estudos Avançados sobre o PARDSS, e logo nas primeiras linhas do artigo afirma: “o processo de modernização da agricultura brasileira – conservador, parcial, excludente e ecologicamente insustentável - acelerou a exclusão e a degradação ambiental no campo brasileiro” (SANTOS, 2001, p. 225).

Este mesmo dirigente participou em Pernambuco entre as décadas de 1980 e 1990 de lutas relacionada a convivência com o semiárido, contra o cercamento de áreas no sertão do estado (com vistas a garantir o uso do solo a luz dos interesses dos agricultores), bem como de lutas a favor dos interesses dos atingidos por barragens. Para Lima (2003) as lutas empreendidas com a colaboração da FETAPE em relação aos atingidos por barragens tornaram-se uma referência para lutas semelhantes em outras regiões do país. Para ela “a política energética brasileira passou, desde então, a considerar melhor os custos sociais e ambientais decorrentes desse tipo de construção” (Idem, 2003, p. 168).

Vale destacar que essa ampliação das bandeiras e formas de lutas (mulheres, convivência com o semiárido, atingidos por barragens e reforma agrária) do movimento

sindical rural de Pernambuco são fortemente reforçadas e enaltecidas nas publicações da instituição (FETAPE, 2006; 2012).

De certa forma, isso demonstra o papel que a FETAPE teve (e tem) no processo de ecologização das políticas públicas do estado brasileiro. Como ressalta Alier (2017), as lutas ambientais necessariamente não podem ser reconhecidas unicamente quando essa ação está carimbada com tal termo. As lutas das populações rurais e tradicionais são lutas ambientais pelo simples fato que esses atores reclamarem o direito de gerir os recursos naturais conforme seus conhecimentos, crenças e valores. Por esses motivos consideramos que a pauta ambiental já estava permeando as ações coletivas da FETAPE muito antes das ocupações de terras iniciadas pela zona da mata, mas é fato que apenas após essas lutas, o tema meio ambiente foi institucionalizado dentro da estrutura da organização.

Porém, nos corroborem com a visão de Silva e Soares (2012) em relação a necessidade de analisar se a atuação da FETAPE na área ambiental é uma ação de caráter burocratizante, ou até mesmo, protocolar a luz das exigências governamentais e sociais na atualidade. É notório que na Pauta do Grito da Terra Pernambuco (GTP), realizado em 2009 até sua última edição em 2017, houve um significativo aprofundamento das reivindicações de cunho ambiental. Em 2013 surge na pauta do movimento sindical uma preocupação mais específica relacionada ao bioma caatinga de clima semiárido, esses elementos serão analisados de maneira mais detalhada na próxima parte deste estudo. Porém, essa dinâmica tem também seus limites. Por intermédio das entrevistas realizadas com os dirigentes da entidade, soubemos que geralmente nas reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CONSEMA-PE), no qual a FETAPE possui um assento, nas gestões anteriores os dirigentes da coordenação de meio ambiente dificilmente iam as reuniões, os assessores na figura de suplentes geralmente marcavam presença em tais espaços. Isso não deve ser encarado apenas como um desinteresse destes, acredito que também há elementos de ordem discursiva que interferem. O linguajar técnico desses espaços deliberativos muitas vezes desestimula a participação das lideranças, por muitas vezes não compreenderem os termos e os processos científicos e técnicos que a política ambiental impõe.

Outro aspecto importante a ser destacado é em relação a construção e difusão de práticas agrícolas e de manejo que promovam a proteção ambiental. A entidade possui relação com inúmeras entidades não-governamentais que promovem a agroecologia e o acesso aos recursos hídricos. Porém, a dependência massiva de recursos governamentais para tais iniciativas muitas vezes limita o alcance e a replicação dessas experiências. Desta forma, muitas vezes o movimento fica restrito à mera dimensão reivindicatória, não conseguindo

implantar e promover ações e projetos voltados ao manejo sustentável da caatinga com fontes de recursos próprios, ou por meio de campanhas de captação direta. Acredito que um dos desafios da ação sindical é ir além do plano reivindicatório, e começar a atuar de maneira direta no processo de construção de arranjos institucionais que favoreçam a categoria. Esse desafio se impõe de forma mais nítida para FETAPE desde de 2015, quando a entidade escolheu a representação da agricultura familiar. A unicidade sindical dificultou o delineamento de uma ação sindical voltada tanto para os agricultores quanto para os assalariados. A representação de trabalhadores autônomos, possuidores ou não terras, demanda um maior grau de proatividade e iniciativa, pois conforma-se num grupo que tem todo o direito de exigir do Estado apoio e incentivo, no entanto, não possuem um padrão para o atendimento de suas demandas. Esse desafio não se inscreve dentro apenas da esfera ambiental, extrapola e recai também na esfera da organização da produção, comercialização e crédito. Acreditamos que um dos desafios do sindicalismo rural voltado a agricultura familiar é contribuir na promoção e efetivação de

uma diversidade de inovações sociotécnicas e institucionais; ou seja, de práticas locais de trabalho e produção e de arranjos sociopolíticos territorialmente institucionalizados, adaptados pelos agricultores às suas possibilidades de produção socioeconômica (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 210).

Outro elemento importante a ser destacado é que os/as dirigentes entrevistados/as não possuíam informações, e nem haviam participado de ações relacionadas ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC-PE) constituído desde 2009. Nota-se certa dificuldade das lideranças em distinguir os objetivos inerentes aos equipamentos de proteção ambiental existentes na legislação (unidades de conservação, áreas de reserva legal e as áreas de proteção permanente). O SEUC-PE entra apenas na pauta da FETAPE quando em 2015 o Governo do Estado de Pernambuco constituiu a controversa RVS Tatu-Bola. É importante frisar que o tema das áreas protegidas entra na pauta da federação através de um conflito, o que não difere muito de outras agendas, a exemplo da própria reforma agrária. Fica evidente que anterior a este momento o debate sobre áreas protegidas na forma de UC não compunha o rol de temas trabalhados pela instituição.

Acreditamos que isso seja produto ou de um desinteresse, ou mesmo, resistência da categoria em relação ao tema, pelos fatores já citados neste estudo, como também, proveniente de certa inércia e falta de iniciativa do governo federal e estadual de envolveram essa categoria neste debate de maneira mais enfática. Também é possível pensar que a própria base social do movimento sindical não tenha colocado essa demanda em seu horizonte (a

temática ambiental) na mesma proporção que outras, devido, em alguns casos, ao caráter subordinado que esta possa ter tido frente a outras ações/agendas, tornando-se um apêndice. Por esse motivo num momento anterior deste estudo colocamos que existe um certo *delay* do processo de ecologização das ações coletivas dos movimentos sociais rurais. Por exemplo, na região Norte do país essa temática é bem mais discutida pelas lideranças sindicais e comunitárias, muito também porque foi lá que o governo mais instituiu áreas dessa natureza, gerando inúmeros conflitos, como também, gerando algumas experiências exitosas e, também devido, a importância que a conservação da natureza assumiu na agenda social.

De certa forma, neste capítulo, expomos um conjunto de fatores históricos, constrangimentos e oportunidades políticas que contribuíram para o delineamento das ações coletivas empreendidas pela FETAPE. A dinâmica de reconhecimento e incorporação do tema meio ambiente no repertório de lutas do movimento sindical pernambucano possui um conjunto de possibilidades e limites, no entanto, como observamos, esse processo de ecologização das ações coletivas não deixou de ocorrer, mesmo que envolto de um conjunto de fragilidades.

Porém, para que possamos ter uma compreensão mais abrangente sobre essa dinâmica, é necessário que observemos a atuação da entidade no período de 2009 a 2018. Nesse lapso temporal ocorreram um conjunto de acontecimentos que devem ser analisados, e que não se fizeram presentes nas pesquisas de Silva (2008) e Silva e Soares (2012), seja pelo próprio marco temporal no qual as pesquisas estavam circunscritas, ou até mesmo, pelos métodos e corpus utilizados nos estudos.

A promulgação do SEUC-PE pelo Governo do Estado de Pernambuco em 2009 gerou um conjunto de oportunidades e constrangimentos (diretos e indiretos) para a FETAPE, repercutindo nas ações coletivas promovidas pela entidade. Como forma de captar essa dinâmica, no próximo capítulo deste estudo, buscaremos analisar as pautas do Grito da Terra Pernambuco (GTP), este documento é de suma importância, pois é através dele que a FETAPE apresenta as principais reivindicações de sua base social. Buscaremos investigar como esta pauta aborda a questão ambiental, dando especial atenção para aquelas voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com o SEUC-PE. Essa análise documental será seguida pelo exame das entrevistas estruturadas que realizamos junto a alguns dirigentes da entidade.

5 A ECOLOGIZAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS DA FETAPE PARA O BIOMA CAATINGA E SUAS RELAÇÕES COM AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Este capítulo está organizado em duas partes, nelas buscaremos apresentar os resultados da coleta de dados efetuada por intermédio da análise documental das pautas do GTP, produzidas entre os anos de 2009 a 2018, bem como, das entrevistas realizadas junto aos dirigentes da instituição. A partir deste corpus buscaremos compreender como a FETAPE vem construindo sua concepção de proteção dos recursos naturais, principalmente aquelas relacionadas as questões ambientais do bioma caatinga, buscando identificar possíveis relações com as unidades de conservação estaduais na região.

5.1 A concepção de proteção ambiental contida nas Pautas do Grito da Terra Pernambuco

O Grito da Terra Brasil (GTB) é uma mobilização promovida pela CONTAG que ocorre desde 1995. Em 2015 houve, até o momento, sua última edição (vigésima primeira). Essa mobilização envolve o conjunto das federações e sindicatos que compõem sua estrutura sindical, termina sendo um instrumento de vocalização das demandas e aspirações das populações rurais e tradicionais do meio rural brasileiro. Esse processo é norteado pela elaboração de uma pauta que visa apresentar as principais reivindicações do setor. O evento foi ganhando cada vez mais proeminência e relevância, possuindo significativa importância para constituição do MDA, bem como do próprio PRONAF no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contribuiu significativamente para o reposicionamento da produção familiar dentro da agenda do governo federal. Nas últimas edições do evento, a CONTAG começou a elaborar duas pautas de reivindicação, uma dirigida ao governo federal e outra destinada ao Congresso Nacional.

Na esfera estadual, a FETAPE já realizou 6 edições do Grito da Terra Pernambuco (GTP) nos anos de 2005, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017. Dentre estas, não conseguimos acesso a pauta apenas da edição de 2005, portanto, não fará parte desta análise. Antes de tudo é importante que façamos alguns esclarecimentos. Até sua terceira edição, no ano de 2011, o evento era subscrito estritamente pelas entidades que compõem a estrutura sindical da qual a FETAPE está vinculada (CONTAG e Sindicatos). A partir de 2013 o GTP começou a ser um instrumento de apresentação de demandas e propostas de um conjunto de instituições não-

governamentais e movimentos sociais rurais, extrapolando a esfera unicamente sindical. Neste ano sobre a coordenação da FETAPE e da Arquidiocese de Olinda e Recife são elaborados dois documentos, um denominado como *Diretrizes Para a Convivência com o Semiárido: Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas* e, o outro, denominado como *Diretrizes para Restruturação Socioproductiva da Zona da Mata: Uma contribuição da Sociedade Civil*. Esses documentos subsidiaram o GTP daquele ano.

Os documentos foram elaborados de forma participativa e subscritos por entidades como o MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Articulação do Semiárido (ASA), Centro Sabiá, entre outros. Essa parceria permanece nos GTP's dos anos de 2015 e 2017, as mesmas entidades continuam a subscrever as respectivas pautas. De certa forma, isso demonstra que GTP, que inicialmente era uma atividade de mobilização exclusiva do movimento sindical rural para apresentação de suas demandas, torna-se, a partir de 2013, num catalisador, atraindo um conjunto mais amplo de atores e pleitos do meio rural pernambucano. Observamos que após a participação desses novos atores sociais no processo de composição das pautas do GTP houve um aprofundamento e qualificação dos temas voltados ao meio ambiente, principalmente aquelas voltadas ao bioma caatinga.

Porém, perceber essas nuances nos documentos vai muito além de analisar o que está estritamente colocado como questão ambiental, até porque não houve uma uniformidade na estrutura da pauta dos GTP's no decorrer de suas edições. Buscar apreender a ecologização das ações coletivas da FETAPE perpassa por analisar o conjunto das propostas elaboradas pela instituição e avaliar em que medida o conjunto das proposições formuladas coadunam com os princípios da preservação e conservação ambiental, e no nosso caso em específico, aquelas relacionadas ao bioma caatinga.

Desta forma, a análise de conteúdo das pautas do GTP dos anos de 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017 foi realizada através de unidades de registro do tipo temática (BARDIN, 1979) relacionados ao meio ambiente que emergiram do próprio corpus estudado, possibilitando assim aglutinar as reivindicações contidas nas pautas nas seguintes categorias, a saber: a) Proteção Ambiental e Reflorestamento; b) Combate ao Uso de Agrotóxicos; c) Acesso e Armazenamento de Recursos Hídricos; d) Promoção da Agroecologia; e) Políticas Públicas e f) Educação e Pesquisa. Identificaremos também os respectivos eixos que tais propostas estavam vinculadas nas respectivas pautas.

Concluída a referida etapa, no momento seguinte investigaremos em detalhes o documento denominado *Diretrizes Para a Convivência com o Semiárido: Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas* produzido em 2013, nele consta

um conjunto de propostas da FETAPE e das entidades parceiras para o Bioma Caatinga de Clima Semiárido.

Na **Tabela 6** conglomeramos aquelas propostas constantes nas pautas que versavam sobre a Proteção Ambiental e o Reflorestamento. No GTP de 2009 a única proposta expressamente relacionada ao meio ambiente versava sobre a necessidade de estruturação da CPRH visando agilizar o processo de licenciamento ambiental dos assentamentos da reforma agrária constante no eixo Política Agrária. A demanda apresentada pela instituição corrobora com a visão apresentada por Silva e Soares (2012) de que o tema meio ambiente surge no campo sindical rural pernambucano como agenda subalterna a da reforma agrária. Por outro lado, na mesma pauta a FETAPE solicita que seja implementado um plano de convivência com semiárido que a mesma elaborou em conjunto com a ASA. O referido plano não estava anexo a pauta deste ano, e nem foi disponibilizado de forma virtual ou impressa. Na fase de coleta de dados buscamos tal documento junto a FETAPE, porém não conseguimos ter acesso o referido plano para análise, desta forma não temos elementos suficientes para mensurar as propostas e as intenções deste documento, ou até mesmo, saber se foi elaborado ou não.

Em 2011 replica-se a proposta de fortalecimento da CPRH visando dar agilidade as demandas dos assentamentos da reforma agrária, no entanto, surgem outras proposições. Pela primeira vez a pauta apresenta um eixo voltado ao Meio Ambiente. Nele apresentam um conjunto de reivindicações, entre elas a entidade solicita ao governo que promova ações permanentes para preservação das nascentes, reflorestamento e revitalização dos rios de grande porte. Sugerem que a CPRH tenha uma atuação mais articulada (conjunta) com o IBAMA no intuito de encontrar soluções para preservação das reservas legais e dos recursos hídricos. Solicitam que sejam apresentadas soluções de energias renováveis, bem como que sejam tomadas medidas para combate as queimadas. Solicitam também que o serviço de coleta de lixo seja instituído nas comunidades rurais de maneira contínua.

Uma proposição dialoga diretamente com a preservação do bioma caatinga mesmo que sua intenção não esteja explícita. Uma das demandas do movimento para o governo de Pernambuco versa sobre a conversão dos fornos (de lenhas para elétricos) das fabricas de gesso. Essa proposição está diretamente relacionada a preservação da vegetação da caatinga. O polo gesseiro em Pernambuco está incrustado no Sertão do Araripe, a base energética dessa indústria tem contribuído para o desmatamento, degradação dos solos e a perda da biodiversidade da região. Nesta pauta é notório que houve um alargamento ideia de meio ambiente e de proteção ambiental por parte da instituição.

Tabela 6 - Propostas GTP: Proteção Ambiental e Reflorestamento

Eixo: CPRH	
2009	<p>a) Estruturar a CPRH para atender as demandas dos impactos ambientais, como também de licenciamento ambiental das áreas de assentamentos.</p> <p>Eixo: Política Agrícola - Convivência com o semiárido.</p> <p>a) Implantar o Plano de Convivência com o Semiárido formulado pela FETAPE e ASA</p> <p>Eixo: Licenciamento Ambiental</p> <p>a) Desburocratizar a emissão das licenças ambientais para que se possa ter acesso às políticas de infraestrutura e desenvolvimento junto à Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), como também promover a reestruturação do órgão com equipe e estrutura adequadas para atender a demanda do estado.</p> <p>Eixo: Meio Ambiente</p>
2011	<p>a) Garantir uma ação permanente que contribua na preservação das nascentes, reflorestamento e revitalização dos rios de grande porte</p> <p>b) Garantir uma atuação mais qualificada do CPRH, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) a fim de buscar a preservação das reservas para manutenção dos recursos hídricos.</p> <p>c) Garantir e implementar campanhas de reflorestamento e manutenção dos recursos hídricos, com incentivo financeiro para os/as agricultores/as familiares.</p> <p>d) Viabilizar fontes alternativas de energias renováveis que garantam a manutenção e preservação do meio ambiente</p> <p>e) Assegurar uma ação de sensibilização e prevenção de combate às queimadas.</p> <p>f) Assegurar a coleta de lixo nas comunidades rurais,</p> <p>g) Incentivar e subsidiar as fábricas de gesso para a substituição dos fornos a lenha por elétricos.</p> <p>h) Criação de viveiros para o reflorestamento, por meio da doação de sementes e mudas com remuneração de agentes do meio ambiente;</p> <p>Eixo: Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade social, econômica e ambiental</p>
2013	<p>a) Recuperar imediatamente os passivos sociais e ambientais dos projetos de assentamentos de competência do estado, coordenados pelo Instituto de Terras de Pernambuco (ITERPE), assegurando as estruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>b) Criar e implementar uma política estadual de incentivo aos bancos de sementes crioulas e viveiros de muda, com vistas à diversificação produtiva e ao reflorestamento do meio rural,</p> <p>Eixo: Pontos Centrais</p>
2015	<p>a) Conclusão e implementação imediata do Plano de Ação Estadual do Cadastro Ambiental Rural (CAR)</p> <p>Eixo: Implementação de políticas públicas sociais no campo</p> <p>b) Oficialização da posição favorável do Governo do Estado no que se refere à criação da Reserva Extrativista Ipojuca-Sirinhaém, pelo Governo Federal.</p> <p>Eixo: Cadastro Ambiental Rural – CAR</p>
2017	<p>a) Criar uma Força Tarefa, por Região de Desenvolvimento, formada por técnicos do IPA e contratados temporários para esse fim, com dedicação exclusiva para fazer o Cadastro Ambiental Rural das famílias agricultoras (com até 5 módulos fiscais) que faltam fazer o CAR, considerando que o prazo final é 31 de dezembro/17.</p>

Fonte: Adaptado pelo autor a partir das pautas do Grito da Terra Pernambuco (FETAPE. 2009; 2011; 2013; 2015; 2017)

Diferentemente da maioria das propostas, a proposição relacionada ao polo gesseiro tem foco e objetivo, sendo uma demanda mais qualificada que tem como finalidade primeira a preservação da caatinga, e segundo, a modernização da indústria gesseira no estado.

Em 2013 a pauta do GTP é subscrita por um conjunto mais amplo de instituições que extrapolam a própria esfera sindical rural. Neste ano a pauta relaciona as questões ambientais no eixo Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade, nele solicitam (em caráter de urgência) que o Instituto de Terras de Pernambuco (ITERPE) recupere os passivos ambientais dos assentamentos estaduais. Neste mesmo ano a FETAPE e parceiros que subscreveram a pauta, sugerem que seja constituída uma política estadual de incentivo à implantação de bancos de sementes, com vistas a preservar o patrimônio genético (sementes crioulas), promover a diversificação produtiva e o reflorestamento no meio rural pernambucano.

Na pauta de 2013 foram apresentadas apenas essas duas propostas associadas ao meio ambiente, porém, outras propostas foram formuladas, no entanto, foram condensadas e apresentadas no documento denominado *Diretrizes Para a Convivência com o Semiárido: Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas*, que também deu suporte aos pleitos apresentados pelo GTP daquele ano, e que será analisado separadamente neste estudo, por tratar de questões concernentes ao bioma caatinga de clima semiárido.

Em 2015 são apresentados dois novos pontos de pauta em dois eixos temáticos distintos. No eixo Pontos Centrais o movimento reivindica a conclusão do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse cadastro é uma exigência do novo código florestal, entretanto, desde que foi estabelecido, o congresso nacional e o governo federal já prorrogaram o prazo de conclusão quatro vezes, ficando o dia 31 de dezembro de 2019 como novo prazo final para seu encerramento. O principal intuito da CAR é mapear as áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente dentro dos imóveis rurais com vistas a implementação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA). No entanto, até o momento, a política pública conforma-se apenas como uma medida burocrática, não gerando ainda nenhum efeito objetivo na proteção do meio ambiente brasileiro.

No eixo Implementação de Políticas Públicas sociais no campo, a pauta do GTP de 2015 reivindica o apoio por parte do governo estadual à constituição da Unidade de Conservação - Reserva Extrativa Ipojuca-Sirinhaém – pelo Governo Federal. Esse é o único momento que as pautas do GTP citam o processo de constituição de tais áreas. Por outro lado, essa reivindicação deixa transparecer uma certa resistência do governo estadual em colaborar na implantação dessa área protegida. Em Pernambuco existem inúmeras unidades de

conservação da natureza, no entanto, nenhuma delas foi constituída como reserva extrativista. Desta forma, esse pleito visa implantar um modelo de gestão territorial do meio ambiente inédito no estado. É importante destacar que essa reivindicação vocaliza os interesses de um grupo específico, uma luta ambiental definida, que colabora diretamente para preservação e o desenvolvimento de uma localidade. Esse pleito demonstra o compromisso e a articulação do GTP com grupos ambientalistas e extrativistas, exigindo do governo do estado um posicionamento e apoio.

Em 2017 o CAR torna-se um eixo temático da pauta do GTP. Nele é novamente reforçado a importância de que o governo estadual organize uma força tarefa (contratação de técnicos) tendo em vista a conclusão do CAR em Pernambuco. A reapresentação deste ponto de pauta revela a preocupação do movimento sindical, e dos parceiros, em preservar as áreas de reserva legal e as áreas de proteção permanente existentes em Pernambuco. Como já apresentado anteriormente, a conclusão do CAR é condição *sine qua non* para que o PRA comece a ser operacionalizado.

É notório que no decorrer das pautas do GTP houve uma ampliação da ideia de proteção ambiental concebida pela FETAPE. Em 2009 a reivindicação apresentada coaduna com as críticas realizadas por Silva (2008) e Silva e Soares (2012). No entanto, a partir de 2011 observamos uma diversificação de propostas e intenções, mesmo que algumas delas sejam genéricas, existem outras específicas e qualificadas. Entre elas podemos apontar as reivindicações que versavam sobre a recuperação dos passivos ambientais nos assentamentos estaduais de reforma agrária, a conversão dos fornos do polo gesseiro, bem como, o próprio pedido de apoio político ao governo do estado para a constituição da Reserva Extrativista Ipojuca-Sirinhaém pelo governo federal.

Podemos questionar se essas reivindicações efetivamente tornaram-se prioridade dentro das ações coletivas do movimento, em forma de um esforço permanente de mobilização e articulação política por parte do organismo sindical para sua efetivação. Isso é algo que deve ser indagado e considerado. Como já definimos anteriormente, o processo de ecologização das ações coletivas também envolve a dinâmica de identificação e reconhecimento interno por parte dos grupos e movimentos sociais de suas concepções, lutas e bandeiras relacionadas ao meio ambiente.

Mesmo que de maneira incipiente e embrionária, podemos considerar que o movimento sindical rural pernambucano não trata apenas das questões setoriais relacionadas a previdência social ou campanhas salariais, eles também começam a se preocupar com o modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental que o governo e a sociedade vêm adotando, e

desta forma buscam interferir. Por conta disso, terminam atuando como movimento sociais segundo a concepção de Touraine (2006), colocando em causa um modo de dominação generalizado. Por outro lado, o movimento ao politizar o meio ambiente, o colocando como ponto de interesse e patrimônio comum da sociedade, atua muito próximo do que Gohn (2008) e Warren (2009) consideram como novos movimentos sociais.

Tabela 7: Propostas GTP: Combate ao Uso de Agrotóxicos

Eixo: Saúde	
2009	<p>a) Disponibilizar profissionais especializados em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora Rural, que atenda e faça o acompanhamento de pessoas que trabalham com agrotóxico;</p> <p>b) Implantar Campanha Estadual de Prevenção contra os riscos dos Agrotóxicos, sensibilizando para o trabalho preventivo, assegurando a continuidade dos encontros regionais, microrregionais e estaduais sobre agrotóxicos, em parceria com o Movimento Sindical.</p>
Eixo: Saúde	
2011	<p>a) Disponibilizar profissionais especializados em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora Rural, que atenda e faça o acompanhamento de pessoas que trabalham com agrotóxico (Pauta Apresentada o Grito da terra 2009);</p> <p>b) Implantar campanha estadual de prevenção aos riscos dos agrotóxicos, ampliando a conscientização e o trabalho preventivo, bem como assegurar a continuidade dos encontros regionais, microrregionais e estaduais sobre agrotóxicos, em parceria com o Movimento Sindical e a Secretaria de Saúde de Pernambuco.</p>
Eixo: Meio Ambiente	
	a) Assegurar campanhas estaduais de combate ao uso de agrotóxicos.
Eixo: Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade social, econômica e ambiental	
2013	a) Estabelecer um controle efetivo do uso de agrotóxicos, dotando a ADAGRO de equipe técnica e recursos necessários, bem como encaminhando à Assembleia Legislativa um Projeto de Lei que garanta um rigoroso controle sobre esses produtos.
Eixo: Implementação de políticas públicas sociais no campo	
2015	a) Elaboração, por meio de Conferências Regionais, do Plano Estadual de Combate ao Uso dos Agrotóxicos, com base no Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (PRONARA) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)
2017	Nenhuma proposta apresentada neste ano

Fonte: Adaptado pelo autor a partir das pautas do Grito da Terra Pernambuco (FETAPE. 2009; 2011; 2013; 2015; 2017)

Na **Tabela 7** conglomeramos aquelas propostas relacionadas ao Combate ao Uso de Agrotóxicos. Em 2009 o tema emerge dentro da pauta do movimento sindical através do eixo Saúde. Nele reivindicam de maneira expressa que seja disponibilizado nos equipamentos públicos de saúde profissionais especializados no tratamento dos efeitos do uso inadequado e abusivo de agrotóxicos pelos trabalhadores rurais, disponibilizando continuamente exames de colinesterase. No mesmo eixo solicitam que seja realizada uma campanha estadual ressaltando os riscos do uso indiscriminado de tais substâncias na produção de alimentos. De certa forma, essas duas propostas contradizem em parte as colocações de Silva (2008) e Silva e Soares (2012) de que as iniciativas ambientais da FETAPE estejam mais focadas nas demandas da agricultura familiar. Em 2009 a diretriz apresentada pela entidade sindical está subscrita no eixo Saúde, desta forma, mira no bem-estar dos trabalhadores rurais que manuseiam tais substâncias. Mesmo que esteja implícito que tal medida contribua para proteção dos solos e da natureza, o eixo no qual a proposta foi enquadrada deixa evidente de que a ênfase dada a questão está diretamente relacionada a saúde do/a trabalhador/a. O GTP propõe duas formas de salvaguarda, a primeira, é através da disponibilização de equipe médica capaz de tratar os trabalhadores que utilizaram tais produtos de maneira indiscriminada na rede pública de saúde, a segunda, é através de uma campanha educativa estadual para conscientização da categoria do risco do uso de tais substâncias. Essas mesmas propostas são reapresentadas no eixo Saúde na pauta do GTP de 2011, no entanto, a reivindicação que pleiteava a realização de campanhas educativas surge subscrita no eixo Meio Ambiente. Desta forma, a FETAPE deixa implícita que sua visão de combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos não mira apenas a saúde do trabalhador, mas também, a saúde da biodiversidade, ampliando assim o sentido e a finalidade de suas proposições.

Em 2013 a pauta elaborada pela FETAPE e parceiros apresentam a reivindicação relacionada ao combate a agrotóxicos subscrita no eixo Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade. Nele exigem de maneira enfática que haja um maior controle em relação ao uso de tais substâncias, para tanto, reivindicam a estruturação física e humana da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO). Além disto, reivindicam que o governo do estado encaminhe para ALEPE um projeto de lei versando sobre a temática visando assim estabelecer um controle efetivo sobre esse processo. De novo podemos identificar uma ampliação de sentido e finalidade quando o pleito é relacionado ao desenvolvimento rural. Transparece que o combate ao uso de agrotóxicos está circunscrito num arco de ações mais amplo que visa promover um modelo de desenvolvimento diferenciado para o meio rural pernambucano. É interessante observar como algumas

demandas apresentadas pelas pautas do GTP vão sendo ressignificadas semanticamente conforme o passar das edições do evento, havendo assim uma qualificação e ampliação de sentidos e finalidades a elas atribuído. Por um lado, a reivindicação transparece certa inércia do governo do estado em atuar de maneira mais efetiva sobre o tema, pois o pleito é reapresentado pelo GTP desde 2009. Em 2015 a FETAPE e parceiros subscrevem as questões relacionadas ao combate do uso de agrotóxicos no eixo Implementação de Políticas Públicas Sociais para no Campo. Reivindicam que o governo estadual realize Conferências Regionais, com a participação da sociedade civil, visando a elaboração de um Plano Estadual de Combate ao Uso de Agrotóxicos articulada a Política Nacional de Promoção de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Neste ponto em particular observamos novamente um alargamento da estratégia de combate ao uso de agrotóxicos. O pleito que foi inicialmente apresentado como linha de ação focada principalmente como meio de proteção da saúde do trabalhador e num segundo momento a própria proteção da natureza, agora além de atender esses objetivos, busca também modificar os padrões estabelecidos pela política agrícola vigente, no instante que associa o combate do uso de agrotóxicos com a promoção do modelo de produção agroecológico. A ampliação semântica da bandeira de luta de combate ao uso de agrotóxicos dentro da pauta do GTP é resultante também do amadurecimento das lutas relacionadas a promoção da agroecologia como um modelo de produção de alimentos no Brasil. A FETAPE através da CONTAG e muitas das entidades que subscreveram a pauta do GTP de 2015, estiveram envolvidas nas articulações políticas que culminaram na edição do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012 por parte do governo federal que instituiu PNAPO, essa dinâmica foi captada pelo estudo de Niederle et al. (2018), como já citado anteriormente neste estudo. É interessante observar que mesmo o movimento sindical rural seja um dos defensores do modelo de produção agroecológica e orgânica, a FETAPE, até aquele momento, não havia articulado essa bandeira de luta ao combate ao uso de agrotóxicos, o que ocorreu apenas em 2015. De certa forma esse fato demonstra como as orientações e diretrizes sindicais construídas na esfera nacional possuem um tempo próprio para serem absorvidas e externalizadas nas mobilizações e pleitos das esferas estaduais. Esse fato demonstra que a construção de uma ação coletiva ecológica é precedida por um processo de reconhecimento e (re)interpretação interna do movimento (ou grupo) da questão ambiental. Após a incorporação e ressignificação dentro do seu repertório de lutas vigente, ela passa a ser objeto de politização, o que ao mesmo tempo não encerra seus sentidos e finalidades estratégicas. Por outro lado, na última edição do GTP em 2017, não é apresentada nenhuma nova demanda relacionada ao tema.

Tabela 8: Propostas GTP: Acesso e Armazenamento de Recursos Hídricos

2009	<p>Eixo: Política Agrícola - Convivência com o Semiárido</p> <p>a) Implementar o Plano de Convivências com o Semiárido formulado pela FETAPE e ASA.</p>
2011	<p>Eixo: Pontos Centrais</p> <p>a) Implantar um programa estadual, a exemplo do Programa Luz para Todos, a fim de garantir infraestrutura hídrica suficiente para atender o consumo humano e a produção agropecuária em todo o estado.</p> <p>Eixo: Abastecimento de água</p> <p>a) Garantir a contínua instalação e manutenção de cisternas de placas, poços amazonas e artesianos, barragens subterrâneas, açudes, construção de adutoras, entre outras estruturas, para buscarmos, definitivamente, a erradicação da utilização de carros pipas.</p> <p>Eixo: Pontos Centrais</p> <p>a) Assegurar a ampliação do número de carros pipas;</p> <p>b) Assegurar a construção de ramais nas adutoras do estado de Pernambuco para as comunidades rurais.</p>
2013	<p>Eixo: Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade social, econômica e ambiental</p> <p>a) Democratizar o acesso à água com a construção de sistemas simplificados de abastecimento em comunidades rurais, com perfuração, recuperação e instalação de poços e elevação de adutoras (caixas elevadas), por meio de ramais, em distribuição por gravidade, tendo a sua execução pelo Estado e também via projetos e programas com participação das organizações da sociedade civil.</p> <p>b) Construir adutoras de pequeno e médio portes, bem como ramais para as comunidades rurais, possibilitando o acesso à água,</p> <p>c) Garantir orçamento para que os órgãos de pesquisa desenvolvam tecnologias alternativas junto à agricultura familiar, validando-as e considerando principalmente: cisternas de placas, cisternas calçadão, cisternas de enxurradas, cordões de pedra, terraços de retenção, captação “<i>In Situ</i>”, barragens sucessivas de pedra e cal, barragem subterrânea, barreiro trincheira, cisterna compacta.</p> <p>d) Universalizar as cisternas de placas, com 16 mil litros e 52 mil litros respectivamente, dos Programas PIMC e P1+2,</p> <p>e) Garantir um programa de irrigação para a produção da agricultura familiar,</p> <p>Eixo: Pontos Centrais</p> <p>a) Disponibilização de água para o consumo humano e animal</p>
2015	<p>Eixo: Ações Emergenciais</p> <p>a) Disponibilização de água para o consumo humano e animal, de forma a atender às necessidades das comunidades rurais do Semiárido, por meio do aumento em 30% no número de carros-pipa, da finalização de adutoras, perfuração de poços, entre outras ações.</p> <p>Eixo: Seca – Ações Emergenciais</p> <p>a) A distribuição de água, por meio de carros-pipa, a partir de um levantamento da atual demanda dos municípios, tendo como base o número de carros utilizados no período mais intenso da seca (2011 a 2014);</p> <p>b) Intensificar os investimentos na perfuração de poços tubulares, bem como fazer a instalação de sistema de bombeamento em poços que se encontram subutilizados por falta de sistema de bombeamento de água.</p>
2017	<p>Eixo: Seca – Ações Estruturantes</p> <p>a) A conclusão da Adutora do Agreste;</p> <p>b) A ampliação do Programa Cisternas, primeira e segunda água;</p> <p>c) Perfuração e instalação de poços tubulares;</p>

Fonte: Adaptado pelo autor a partir das pautas do Grito da Terra Pernambuco (FETAPE. 2009; 2011; 2013; 2015; 2017)

Na **Tabela 8** conglomeramos aquelas propostas relacionadas ao Acesso e Armazenamento de Recursos Hídricos. Essa demanda é uma das mais importantes para o movimento, atestado tanto pela pesquisa documental quanto pelas entrevistas. Em 2009 o movimento sindical defendeu que fosse constituída a Secretaria Estadual da Agricultura Familiar como parte integrante de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido. No eixo política agrícola a FETAPE sugere que seja implantado um Plano de Convivência com o Semiárido, documento este elaborado conjuntamente com a ASA. Porém não localizamos tal peça para que pudéssemos analisar, desta forma, indagamos se tal proposição nada mais era que uma intenção, ou se conformava em uma ideia mais sistematizada, com ocorreu em 2013 quando o movimento e as entidades parceiras elaboram propostas para a preservação e o desenvolvimento da zona da mata e do bioma caatinga de clima semiárido.

Em 2011 as propostas relacionadas ao acesso e armazenamento de recursos hídricos surgem em dois eixos, nos pontos centrais, e em outro denominado de abastecimento de água. Como um dos pontos centrais da pauta a FETAPE reivindica que seja constituído um programa estadual com vistas a dotar de infraestrutura hídrica o meio rural pernambucano, com o objetivo de atender a demanda de consumo humano e produtivo dos agricultores. Como referência para constituição de tal programa traçam um paralelo com o Programa Luz Para Todos, que naquele momento era implementado pelo governo federal. O programa tinha como objetivo universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural brasileiro. No eixo Abastecimento de Água o movimento sindical reivindica que o governo do estado investisse recursos para construção de cisternas de placa visando atender o consumo familiar das populações do campo, além de listar outras medidas (perfuração amazonas e artesiano, barragens, açudes, adutoras, etc.) para atendimento da demanda por água das comunidades rurais. Inegavelmente, a maior preocupação ambiental por parte do movimento consiste em garantir a oferta de recursos hídricos para os agricultores e trabalhadores rurais do meio rural pernambucano.

Como demonstrado pelos dados do IBGE (2004), 83% da área territorial do estado é coberto pela caatinga de clima semiárido, no entanto, o avanço da degradação nos demais biomas em Pernambuco tem possibilitado uma ampliação deste regime climático para outras regiões. Essa dinâmica ambiental termina por agravar a situação de acesso e de armazenamento dos recursos hídricos por parte das famílias rurais, afetando seus modos de vida através da precarização de suas estratégias produtivas que terminam por fragilizar a segurança alimentar do núcleo familiar, bem como, a composição de sua renda. Fica latente que a degradação dos solos, o desflorestamento da caatinga, a extinção de animais e plantas

não é tão percebida (HANNIGAN, 1995) e sentida pelo movimento sindical rural pernambucano quanto a escassez de recursos hídricos.

Esse quadro perceptivo e afetivo é agravado com o ápice, em 2013, da longa estiagem que assolava o estado, fazendo com que a FETAPE e parceiros apresentassem essa demanda por meio de dois eixos dentro da pauta do GTP daquele ano. No eixo pontos centrais do GTP a pauta pleiteia a ampliação do número de carros-pipas para atendimento as comunidades rurais, solicita também concomitante, a construção de ramais nas adutoras com vistas de ampliar a área de cobertura da rede estadual de abastecimento de água. O tema também emerge no eixo relacionado ao desenvolvimento rural com sustentabilidade, denotando, em certa medida, que a dificuldade de acesso aos recursos hídricos impacta diretamente nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais.

Neste eixo emergem demandas que ressaltam a importância da democratização do acesso e armazenamento dos recursos hídricos. Desta forma, solicitam que sejam instalados sistemas simplificados de abastecimento de água, adutoras de menor porte, construção de cisternas, poços e outras estratégias de captação e armazenamento dos recursos hídricos por intermédio de parcerias com a sociedade civil. Reivindicam que o governo do estado de Pernambuco disponibilize recursos financeiros para que os órgãos de pesquisa possam desenvolver novas tecnologias para acesso, captação e armazenamento hídrico. Novamente fica evidente um alargamento da estratégia de seguridade hídrica.

Nas edições do GTP de 2009 e 2011 as demandas apresentadas versavam sobre interesses mais imediatos (carros-pipas, poços, criação de programas e projetos, etc.), entretanto, em 2013 a FETAPE e parceiros identificam como estratégico o investimento em processos de pesquisa que visem o desenvolvimento de tecnologias apropriadas de acesso e armazenamento dos recursos hídricos como ferramenta de convivência com o semiárido. É importante destacar que por força das mobilizações realizadas pelo GTP nos anos anteriores, o governo do estado de Pernambuco sancionou em 2013 a Lei Estadual nº 14.922 que versa sobre a Política Estadual de Convivência com o Semiárido. As pautas dos GTP's dos anos de 2015 e 2017 foram fortemente influenciadas pela continuidade da estiagem que assolava (e que ainda assola em algumas localidades) Pernambuco. Nelas são reforçadas que o governo garanta a oferta de recursos hídricos para atendimento das necessidades das famílias e de sua produção. Em 2015 pleiteiam dentro do eixo pontos centrais que o número de carros-pipas a serviço das comunidades rurais fosse incrementado em 50%.

Em 2017 a FETAPE e entidades parceiras apresentam seus pleitos relacionados à segurança hídrica de outra forma. As demandas são apresentadas subscritas em dois eixos, o

de Seca – Ações Emergenciais e outro intitulado Secas – Ações Estruturantes. Entre as ações emergências a pauta reivindica a ampliação do número de carros-pipas, sendo essa uma reapresentação das propostas dos GTP's de 2011 e 2013. Agregado a esse pleito, exigem que seja intensificado os investimentos na perfuração de poços artesianos nas comunidades rurais. O reaparecimento destas demandas na pauta do GTP de 2017 pode significar duas coisas. Uma, ou os esforços do governo do estado para ampliação do número de carros-pipa e de perfuração de poços não conseguiram atender as expectativas e as necessidades das populações rurais, ou mesmo, o próprio movimento e entidades parceiras não identificaram avanços nas ações do estado para atender tais pleitos. Para aferir de maneira mais fidedigna esse quadro demandaria uma análise dos gastos do poder estadual em tais áreas, algo que foge ao escopo deste estudo, por isso mesmo, essas asserções tratam-se mais de deduções de que aferições. No eixo Seca – Ações Estruturantes a pauta do GTP de 2017 reivindica a conclusão da Adutora do Agreste, a ampliação do Programa de Cisternas (primeira e segunda água), bem como, a perfuração e instalação de poços tubulares.

Ao elencar as propostas como emergências e estruturantes a pauta de 2017 define marcos temporais para as soluções de seguridade hídrica empreendidas pelo governo do estado de Pernambuco e pelo governo federal. As obras públicas apontadas como prioritárias pelo GTP buscam resolver a questão da distribuição e do armazenamento dos recursos hídricos. Nota-se que nenhuma das ações estruturantes elencadas versam sobre os processos de recomposição florestal, combate ao desmatamento, recuperação de nascentes ou revitalização de rios, por exemplo. A propositura da FETAPE e das entidades parceiras focam nas obras governamentais, cuja finalidade maior é mitigar os efeitos da estiagem através de equipamentos de distribuição e armazenamento hídrico, negligenciando assim um conjunto de medidas ambientais protetivas que interferem diretamente no ciclo das águas do bioma caatinga e das regiões circunvizinhas que estão sobre regime climático de semiaridez. Como já discutido em outro momento, a definição dos riscos e das soluções ambientais são produtos finais de um processo social de legitimação e negociação dinâmica, nas esferas pública e privada, quase sempre refletindo a natureza política da agenda (HANNINGAN, 1995; GUIVANT, 1998; FERREIRA, 2006). Isso significa dizer que as racionalidades e os interesses que orientam as ações dos atores sociais nem sempre se traduzem em estratégias mais eficazes na mitigação das causas dos problemas ambientais (diagnóstico, prognóstico e níveis de urgência). Neste caso em particular, observa-se que a percepção do movimento mira mais nos efeitos do problema ambiental, motivado principalmente pelo conjunto de necessidades imediatas que tais fatores ocasionam a categoria.

Tabela 9: Propostas GTP: Promoção da Agroecologia

2009	Nenhuma proposta apresentada neste ano
	Eixo: Pontos Centrais
	a) Garantir a aquisição, pelas escolas estaduais, de produtos oriundos da agricultura familiar,
2011	Eixo: ATER
	a) Reestruturar o modelo de assistência técnica do Estado, com o estabelecimento de indicadores de resultado e com ações voltadas para a organização produtiva com foco na produção orgânica.
	b) Fortalecer e incentivar a estratégia da produção agroecológica em contraponto ao uso de agrotóxico.
	Eixo: Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade social, econômica e ambiental
2013	a) Garantir a dinamização dos assentamentos rurais coordenados pelo governo do estado e da produção da agricultura familiar como ação estratégica para o desenvolvimento de Pernambuco, por meio da universalização da assistência técnica do Instituto de Pesquisa Agronômica - IPA, com uma intervenção qualificada no processo de organização produtiva; de práticas agroecológicas; do acesso ao crédito do Pronaf; de infraestrutura adequada (estradas, água, eletrificação, moradia e transporte); e da inserção nos mercados.
	b) Ampliar e massificar as experiências dos Projetos Mandala, PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável), Manejos da Caatinga e Quintais Produtivos.
2015	Nenhuma proposta apresentada neste ano
	Eixo: Agroecologia
2017	a) Editar um Decreto instituindo uma Comissão Estadual com representação do Governo, Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil, dando-lhe atribuições para construção de uma Política e do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir das pautas do Grito da Terra Pernambuco (FETAPE. 2009; 2011; 2013; 2015; 2017)

Na **Tabela 9** conglomeramos aquelas propostas relacionadas a Promoção da Agroecologia. Em 2009 o movimento não apresenta nenhuma demanda específica relacionada ou que citasse indiretamente o tema. Em 2011 a questão emerge através de dois eixos da pauta. No eixo denominado Pontos Centrais, o movimento reivindica que o governo do estado priorize a aquisição de alimentos agroecológicos para escolas estaduais por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No outro eixo intitulado Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a pauta pleiteia que o governo do estado estabeleça a agroecologia como paradigma de modelo de agricultura a ser promovida pelo estado em contraposição à agricultura “moderna”, grande usuária de agrotóxicos. Reivindicam também que seja estabelecido indicadores de resultado para comparativo entre esses dois modos de produção agrícola. Exigem também que sejam desenvolvidas iniciativas públicas visando organizar a produção orgânica no estado.

Essas propostas deixam evidente que a FETAPE concebe a agroecologia como o novo paradigma de produção de alimentos que deve pautar a produção agrícola no Estado de Pernambuco. É interessante observar que o movimento pleiteia que seja construído indicadores para acompanhamento dos resultados da produção agroecológica e orgânica, em outros termos, requerem que sejam realizadas pesquisas relacionadas a esses modos de produção agrícola. A construção de parâmetros técnicos para aferir a viabilidade socioeconômica e ambiental da produção de alimentos com base agroecológica ou orgânica é de fundamental importância para que esse modo produtivo possa mensurar suas vantagens comparativas em relação aos outros modos de agricultura vigentes que disputam espaço dentro das políticas públicas governamentais e nos mercados agrícolas.

É notório que a FETAPE defende um processo de ecologização das práticas agrícolas, ou seja, defende que sejam promovidos modos de produção de alimentos que mitiguem os impactos negativos sobre o meio ambiente, adotando este parâmetro como princípio norteador para promoção das práticas agrícolas (SILVA, 2014. p. 53). A FETAPE desde 2011 já vocalizava no plano estadual as orientações sindicais que foram construídas na esfera nacional que versavam sobre a priorização da agroecologia como principal estratégia da política agrícola nacional (e nos estados). Essa luta, como já citamos neste estudo, contribuiu para edição do decreto federal que instituiu o PNAPO (NIEDERLE et al, 2018). É importante destacar que neste momento, a pauta não articula de maneira expressa a bandeira agroecológica com a bandeira do combate ao uso de agrotóxicos, esse entrelaçamento só vai ocorrer no GTP de 2015. Em 2013 a pauta do GTP é elaborada pela FETAPE em conjunto com as entidades parceiras da sociedade civil, nela, apresentam seus pleitos em relação a

produção agroecológica através do eixo Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade. Nele reivindicam que a dinamização dos assentamentos rurais estaduais perpassa pela universalização dos serviços de ATER, onde um dos seus objetivos deveriam ser a organização de bases produtivas agroecológicas nessas respectivas áreas. Dois elementos aparecem articulados nesta demanda, o primeiro é o da existência de um serviço de ATER contínuo e universalizado para os assentamentos estaduais de reforma agrária. A partir da oferta regular deste serviço exigem que este promova e organize experiências agroecológicas de produção. Podemos considerar que houve um processo de priorização e qualificação da demanda em relação a pauta do GTP de 2011. Em 2013 a pauta define que o principal gargalo para dinamização socioeconômica dos assentados estaduais (e para própria promoção da agroecologia) é a ausência de um serviço de ATER contínuo.

A outra proposta apresentada em 2013 pode ser considerada como complementar à acima citada, pois ela reivindica a ampliação e a massificação das experiências dos Projetos Mandala, de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), Manejos da Caatinga e Quintais Produtivos. Esse conjunto de métodos e tecnologias sociais nada mais são do que instrumentos de implantação de processos produtivos com bases agroecológicas que podem contribuir para a construção da segurança alimentar e dinamização socioeconômica dos assentamentos e dos imóveis rurais em posse da agricultura familiar no estado de Pernambuco. Podem ser considerados as ferramentas por meio das quais o serviço de ATER, no que concerne ao incentivo produtivo, se materializa. Muito além da elaboração das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP's), ou a elaboração de projetos de crédito, a ATER pública precisa organizar e assessorar processos produtivos, e esses projetos elencados são formas concretas de estabelecer essas dinâmicas junto as famílias rurais de Pernambuco.

Na pauta do GTP de 2015 o tema agroecologia surge articulado a bandeira de combate ao uso de agrotóxicos, como já analisado anteriormente. Em 2017 um novo pleito surge na pauta do GTP subscrita no eixo denominado Agroecologia. Nele é reivindicado que o governo do estado edite um Decreto Estadual instituindo uma Comissão com representação do Governo, Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil, dando-lhe atribuições para construção de uma Política Estadual e de um Plano de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco. Esse pleito deixa transparecer dois elementos. O primeiro é que a demanda reafirma o compromisso do GTP em instituir a agroecologia como um modelo de produção e de política agrícola no estado, por outro lado, a reivindicação demonstra certa inércia do governo de Pernambuco em operacionalizar o Decreto Federal nº 7.794 de 20 de agosto de 2012 que instituiu PNAPO.

Tabela 10: Propostas GTP: Políticas Públicas

2009	Eixo: Política Agrícola - Convivência com o Semiárido
	a) Implementar o Plano de Convivência com o Semiárido formulado pela FETAPE e ASA
2011	Eixo: Saúde
	a) Promover, com a assistência técnica do Estado, o estímulo para implantação de farmácias vivas (cultivo de plantas medicinais) nas comunidades rurais.
2013	Eixo: Pontos Centrais
	a) Garantir a implementação da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, b) Manter o Programa Chapéu de Palha Estiagem para agricultores(as) familiares dos municípios que decretaram Estado de Emergência;
2015	Eixo: Pontos Centrais
	a) Retorno sobre a implementação das Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata e para a Convivência com o Semiárido b) Construção, junto com a sociedade civil, do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido c) Disponibilização de água para o consumo humano e animal, de forma a atender às necessidades das comunidades rurais do Semiárido, por meio do aumento em 30% no número de carros-pipa, da finalização de adutoras, perfuração de poços, entre outras ações.
2017	Eixo: Ações Estruturantes para a produção e a comercialização da agricultura familiar
	a) Constituição de um Programa de Sementes e Mudas, assegurando que as sementes e mudas adquiridas pelo estado sejam provenientes da agricultura familiar.
	Eixo: Política de Convivência com o Semiárido
	a) Realizar uma Conferência Estadual de Convivência com o Semiárido, no segundo semestre de 2017, para revisão da Política e do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido de forma que sejam atualizados e aperfeiçoados e efetivamente incorporados e executados pelo Governo do Estado (reformulação da Lei nº 14.922, de 18 de Março de 2013, que institui a <i>Política Estadual de Convivência com o Semiárido</i>)

Fonte: Adaptado pelo autor a partir das pautas do Grito da Terra Pernambuco (FETAPE. 2009; 2011; 2013; 2015; 2017)

Na **Tabela 10** conglomeramos aquelas propostas relacionadas a Políticas Públicas para o setor. Compreendemos o termo políticas públicas como sendo um amplo campo de conhecimento que busca “colocar o governo em ação” ao mesmo tempo que avalia e ajusta os rumos dessa iniciativa. Os programas e os projetos públicos nada mais são do que a materialização das propostas constante nas plataformas eleitorais dos grupos político-partidários eleitos. Porém, em regimes democráticos, mesmo os governos possuindo o monopólio de tal processo, se vem compelidos, em alguns momentos, a partilhar com a sociedade civil organizada essa prerrogativa, muito em decorrência da pressão e negociação política que esses fazem, conseguindo assim interferir, e em alguns casos, até ditar os rumos das políticas públicas a luz de seus interesses (AGUM; RISCADO, 2015, p. 14, 16). O GTP é uma mobilização organizada pela FETAPE, que tem como um de seus objetivos influenciar os processos de formulação e implantação de políticas públicas do governo do estado de Pernambuco para a agricultura familiar e os trabalhadores rurais.

A pauta do GTP de 2009 trata o tema da convivência com o semiárido dentro do eixo política agrícola, reivindicam nele que seja posto em prática um plano para mitigação dos efeitos da estiagem. O pleito da FETAPE e da ASA só foi atendido em 2013, quando o então Governador Eduardo Campos sancionou a Lei Estadual nº 14.922 em 18 de março daquele ano versando sobre a Política Estadual de Convivência com o Semiárido. Este caso retrata muito bem como a sociedade civil organizada pode interferir nas políticas públicas do estado. Porém esse processo não é linear ou harmônico, para que ele ocorra, na maioria das vezes, é necessário muita mobilização social e articulação política. Contudo é importante lembrar que a sanção de uma lei não significa a implantação de ação coordenada e continua no espaço tempo por parte do estado, esta outra etapa também deve ser objeto de atenção, acompanhamento e cobrança por parte da sociedade. Esse fato também demonstra o papel que as ações coletivas da FETAPE tiveram no processo de ecologização das ações do estado.

Na pauta do GTP de 2011 o movimento apresenta uma proposta que visa articular a dimensão produtiva com a questão da saúde dos trabalhadores e agricultores. No eixo saúde a pauta sugere que ATER estadual estimule a criação de farmácias vivas nas comunidades rurais, ou seja, reivindicavam que o serviço de ATER constitua um programa que incentive o cultivo de plantas medicinais no meio rural pernambucano como estratégia de resgate cultural e promoção do bem-estar das populações do campo. Além do aspecto produtivo e medicinal, a implantação dessa proposta possibilitaria o resgate do saber local concomitantemente preservando espécimes vegetais endêmicas dos biomas no estado. Trata-se da valorização do

patrimônio cultural e ambiental do meio rural, das populações locais, o que anuncia uma ecologização das lutas.

Em 2013 a FETAPE, e as entidades parceiras, apresentam duas propostas relacionadas as políticas públicas dentro do eixo intitulado Pontos Centrais do GTP. A primeira reivindicação é que o governo do estado garanta a efetiva implantação do Política Estadual de Convivência com o Semiárido sancionada em março daquele ano. O GTP foi realizado quase um mês após a promulgação da lei estadual, demonstrando assim certa preocupação e desconfiança por parte do movimento sindical rural, e das entidades parceiras, de que a política fosse de fato operacionalizada. Esse ponto de pauta demonstra que os esforços da sociedade civil para influenciar as políticas públicas se dá tanto na fase de formulação e sanção da respectiva legislação, quanto, se estende para a fase de implementação dessas ações. A promulgação da política estadual de convivência com o semiárido demonstra o papel relevante que a sociedade civil organizada tem no processo de qualificação (ecologização) e fiscalização das ações governamentais, dinâmica essa que só é possível nos regimes democráticos, principalmente quando se trata de questões relacionadas ao meio ambiente, como demonstra o estudo de Correia e Dias (2017).

A segunda reivindicação apresentada em 2013 versava sobre a permanência do Programa Chapéu de Palha Estiagem para os agricultores pertencentes aos municípios que decretaram Estado de Emergência por conta da seca naquele ano. A principal intenção deste programa é garantir subsídios financeiros para agricultores que estão impossibilitados de produzir por conta da estiagem. O auxílio financeiro (bolsa) busca garantir a segurança alimentar dessas famílias. Inegavelmente, esse pleito está diretamente relacionado a política estadual de convivência com o semiárido, por se tratar de uma medida que busca mitigar os efeitos sociais da estiagem, apesar de alguns limites que essa iniciativa possa ter.

Em 2015 as questões relacionadas as políticas públicas emergem através de dois eixos temáticos da pauta do GTP. No eixo denominado Pontos Centrais é reivindicado que o governo do estado de retorno quanto a implementação das propostas contidas nos documentos elaborados pela FETAPE e entidades parceiras (Diretrizes para a Reestruturação Socioproductiva da Zona da Mata e para a Convivência com o Semiárido). Neste mesmo eixo pleiteiam a construção participativa do plano estadual de convivência com o semiárido tendo em vista orientar o processo de implementação da política estadual promulgada desde 2013.

As duas reivindicações deixam transparecer dois limites do poder público estadual. O primeiro é em relação a pouca permeabilidade do aparato estatal em absorver e materializar as propostas apresentadas pela FETAPE através dos GTP's, isto pode ser observado pelo grande

número de propostas reapresentadas pelo movimento nas diversas edições do evento. O segundo limite diz respeito a efetividade das propostas acatadas pelo poder estadual. Mesmo que em 2013 tenha ocorrido a promulgação da política estadual de convivência, em 2015 o pleito deixa transparecer que poucas ações foram tomadas em relação ao tema. A inexistência de um plano até aquele momento, ou mesmo, considerando o fato que o plano já tivesse sido elaborado sem a participação da sociedade civil, demonstra a fragilidade do governo do estado em materializar ações que visem a mitigação dos efeitos sociais da estiagem.

Por último, em 2015 exigem no eixo Pontos Centrais que seja incrementado em 30% o número de carros pipa para atendimento da demanda por água das famílias rurais para consumo e produção. No eixo Ações Estruturantes para Produção e a Comercialização da Agricultura Familiar é reivindicado que o governo do estado constitua um Programa que incentive a produção de Sementes e Mudas por parte da agricultura familiar. Defendem também que o governo de Pernambuco priorize a compra de tais insumos dos agricultores e agricultoras participantes deste programa. Essa propositura demonstra a importância que as políticas públicas de incentivo a produção sejam articuladas com medidas que garantam a comercialização dos produtos. Como no caso do programa das farmácias vivias, este também colabora diretamente para a preservação do patrimônio genético dos biomas existentes no estado.

Na última edição realizada do GTP no ano de 2017, o movimento e as entidades parceiras pleitearam que no segundo semestre daquele ano fosse realizado uma Conferência Estadual de Convivência com o Semiárido, com o objetivo de revisar a Política e o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido com o intuito de aperfeiçoar a Lei Estadual nº 14.922, de 18 de Março de 2013. A pauta coloca que um dos objetivos desse pleito é garantir que a respectiva legislação seja efetivamente incorporada e executada pelo governo do estado. Conforme informações coletadas através de análise documental e pelas entrevistas, o governo do estado não constituiu de fato uma ação governamental de maneira continua no espaço-tempo para mitigar os efeitos sociais e ambientais da estiagem, implantando assim uma política de convivência com o semiárido.

A política estadual de convivência com o semiárido é composta por um conjunto de medidas que visam mitigar os efeitos sociais negativos da insegurança hídrica. Esse tem sido uma das principais linhas de ação que a FETAPE (e as entidades parceiras) vêm atuando. Por esse motivo colocamos no primeiro capítulo deste estudo de que nos movimentos sociais do campo no Nordeste a dimensão ambiental é vocalizada pelas bandeiras da convivência com o semiárido e promoção da agroecologia. Como já analisamos, quando observamos a questão

dos recursos hídricos, na maioria das vezes quando a FETAPE reivindica uma política de convivência, ela deixa transparecer que sua maior preocupação é com as formas de acesso e armazenamento de recursos hídricos. As demandas mais estritamente vinculadas às fragilidades ambientais que ocasionam a estiagem (desmatamento, recuperação de nascentes, etc.) são deixadas em segundo plano.

Tabela 11: Propostas GTP: Educação e Pesquisa

2009	Nenhuma proposta apresentada neste ano
	Eixo: Educação no Campo
	a) Inserir no currículo escolar da rede estadual as temáticas de gênero, sexualidade e educação ambiental;
2011	Eixo: Pesquisa e Tecnologia
	a) Garantir a qualificação e requalificação dos/as trabalhadores/as frente à ameaça do avanço da mecanização no campo, capacitando-os/as para práticas agroecológicas da agricultura familiar;
	Eixo: Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade social, econômica e ambiental
2013	<p>a) Formar e sensibilizar quadros técnicos multidisciplinares nos municípios da Zona da Mata e do Semiárido para o trabalho com a realidade dessas regiões.</p> <p>b) Atualizar o currículo das instituições de ensino, na formação dos agentes de ATER, de forma a adequá-lo às demandas da Zona da Mata e do Semiárido.</p> <p>c) Realizar um processo massivo de educação ambiental, enfocando o uso racional da água, a promoção da agroecologia, preservação e recuperação de fontes e mananciais, erradicação de queimadas, utilização de sementes nativas/crioulas, manejo agroflorestal sustentável.</p> <p>d) Criar fontes permanentes de recursos para estudos e pesquisas sobre os biomas Caatinga e Mata Atlântica, visando a sua preservação, recuperação e exploração sustentável.</p> <p>e) Construir propostas pedagógicas de educação contextualizada para a Zona da Mata e o Semiárido,</p>
2015	Nenhuma proposta apresentada neste ano
2017	Nenhuma proposta apresentada neste ano

Fonte: Adaptado pelo autor a partir das pautas do Grito da Terra Pernambuco (FETAPE. 2009; 2011; 2013; 2015; 2017)

Na **Tabela 11** conglomeramos aquelas propostas relacionadas a Educação e Pesquisa. Em 2009 não houve nenhuma proposição relacionada ao tema. Em 2011 as temáticas emergem através de dois eixos da pauta. No eixo Educação do Campo a FETAPE reivindica que as temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e educação ambiental sejam incluídas no currículo escolar da rede estadual de ensino. No eixo Pesquisa e Tecnologia pleiteiam que o governo do estado promova capacitações sobre agroecologia como estratégia de requalificação profissional dos trabalhadores rurais como forma de enfrentar o desemprego rural que avança por conta da mecanização no campo. As duas propostas demonstram como o movimento sindical aposta na educação como instrumento de transformação cultural e profissional. Seja com a inclusão da educação ambiental dentro do currículo escolar, ou da capacitação em agroecologia para trabalhadores rurais, essas duas propostas demonstram como o movimento aposta no papel dos processos formativos para transformação dos valores e práticas sociais relacionadas ao meio ambiente.

Para Gohn (2011) os movimentos sociais possuem um papel educativo importante para os sujeitos que os compõem. Para a pesquisadora as marchas, as mobilizações, as passeatas, e outras atividades promovidas por esses organismos, contribuem para indagação sobre a realidade social por parte de seus componentes, conformando-se assim num ato educativo (não-formal). Por isso mesmo não é de se estranhar que a FETAPE também busque influenciar o conteúdo dos currículos escolares e dos processos formativos que visam a requalificação profissional dos trabalhadores rurais.

Em 2013 as reivindicações relacionadas a educação e a pesquisa emergem na pauta através do eixo Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade. Nele a FETAPE e as entidades parceiras reivindicam que seja realizado um processo de formação (numa perspectiva multidisciplinar) e sensibilização dos quadros técnicos da empresa estadual de ATER nos municípios da Zona da Mata e do Semiárido, para que os mesmos possam atuar de forma mais qualificada à luz da realidade dessas regiões. No mesmo eixo propõem também que seja realizado uma atualização do currículo das instituições de ensino que formam os agentes de ATER, de forma a adequá-lo à realidade da Zona da Mata e do Semiárido. Essa proposta é complementada por outra reivindicação que exige a construção de estratégias pedagógicas contextualizadas para essas duas regiões do estado.

Em seguida, destacam a necessidade de que seja realizado um processo massivo de educação ambiental com foco no uso racional da água, na promoção da agroecologia, para a preservação e recuperação de fontes e mananciais, combate às queimadas, a utilização de sementes nativas/crioulas e manejo agroflorestal sustentável. Neste pleito a FETAPE deixa

claro qual sua perspectiva e seus interesses ao tratar a questão da educação ambiental. Por último, a pauta reivindica que sejam constituídas fontes de recursos financeiros perenes para financiamento de pesquisas sobre a Caatinga e a Mata Atlântica visando a sua preservação, recuperação e exploração sustentável. Nenhuma proposta relacionada a educação e a pesquisa foram identificadas nas pautas do GTP dos anos de 2015 e 2017.

No decorrer desta análise observamos que as pautas do GTP dos anos de 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017 estão compostas por um conjunto de reivindicações que visam direta e/ou indiretamente a preservação e a conservação da natureza. Porém o tema é politizado a partir de dois prismas, por um lado reivindica o direito ao acesso aos recursos naturais, prioritariamente relacionado aos recursos hídricos, por outro lado, reivindica medidas e ações governamentais que visem a preservação e conservação ambiental como forma de manutenção e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e dos agricultores familiares.

As reivindicações contidas nas pautas do GTP demonstram que a idéia de meio ambiente está sendo continuamente ressignificada e aprimorada dentro do movimento conforme vai ocorrendo o amadurecimento e a articulação entre as bandeiras de lutas que conduzem as ações coletivas da FETAPE. Esse aperfeiçoamento e qualificação se dá por conta de forças centrípetas (pleitos oriundos da base social da FETAPE e as orientações nacionais formuladas pela CONTAG em conjunto com as demais federações) e centrifugas (demandas e intervenções da sociedade, dos governos e das instituições parceiras). Essa trajetória foi demonstrada quando analisamos os pleitos relacionados ao combate ao uso de agrotóxicos. O tema é apresentado em 2009 exclusivamente relacionado a saúde dos trabalhadores rurais, em 2011 esse mesmo pleito é vinculado também a questão do meio ambiente, deixando transparecer a ampliação dos sentidos e finalidades da demanda apresentada. Em 2013 o controle efetivo sobre o uso abusivo de agrotóxicos é apresentado como um pré-requisito para o estabelecimento de um desenvolvimento rural sustentável. Já em 2015 a pauta defende que o plano estadual de combate ao uso de agrotóxicos esteja articulado com a política de promoção da agricultura agroecológica e orgânica (PNAPO).

Outro ponto que merece destaque é o afinilamento de algumas propostas relacionadas ao meio ambiente que inicialmente eram genéricas e depois foram sendo formuladas de maneira mais específica. Por exemplo, em 2011 a pauta exigia de maneira bem genérica que fossem garantidas ações permanentes para preservação das nascentes, das florestas e dos rios de grande porte. Já em 2013 a demanda por medidas de proteção e recuperação ambientais

surge de forma mais específica, reivindicam a recuperação dos passivos ambientais dos assentamentos estaduais da reforma agrária.

Quando observamos aquelas reivindicações que versavam sobre a constituição de uma política estadual de convivência com o semiárido podemos auferir a capacidade das ações coletivas da FETAPE (em conjunto com as entidades parcerias) em ecologizar as políticas públicas do Estado. Desde 2009 o movimento já vinha pautando a constituição de tal política, pleito esse que só foi atendido em 2013. Nas edições de 2013, 2015 e 2017 foram apresentadas inúmeras propostas que visavam garantir a real implementação e participação da sociedade civil nas ações públicas voltadas para a questão. É inegável o papel que o GTP teve de constituição, acompanhamento e fiscalização das medidas governamentais voltadas a convivência com o semiárido.

Porém a compreensão ecológica da FETAPE possui também seus limites, isso pode ser notado quando trata de um tema correlato a política de convivência com o semiárido que é o acesso a recursos hídricos. Em muitas de suas propostas a entidade sindical foca principalmente em soluções que resolvam os problemas dos efeitos da estiagem, dando pouca ênfase às soluções (que demandam propostas e medidas mais estruturantes) que busquem atuar nas causas do fenômeno ambiental.

Observamos também que muitos itens das pautas do GTP foram reapresentados em várias edições do evento no decorrer dos anos, demonstrando que pode existir certa dificuldade por parte do governo estadual em atender tais demandas. É importante destacar que a maciça dependência de recursos federais para implementação das políticas públicas voltadas a agricultura familiar e para o meio ambiente termina relegando as iniciativas estaduais (programas e ações) a meras peças legislativas, ou seja, existem apenas nas leis e decretos formulados pelo ente estadual, entretanto, não conseguem ser implementadas de fato. Um exemplo disto é a política estadual de convivência com o semiárido. Mesmo que a legislação exista há quase seis anos, o aparato governamental de Pernambuco não possui ações sistemáticas, continuas e específicas no espaço e no tempo voltadas a mitigação os efeitos da estiagem.

As propostas apresentadas pelas pautas do GTP terminam por depositar no aparelho governamental um conjunto de necessidades e anseios da categoria, deixando transparecer que o governo tem a obrigação de solucionar todas as questões elencadas (seja de ordem ambiental, social e econômica por exemplo), sem que o próprio movimento indique experiências e possibilidades desenvolvidas dentro do seu próprio espectro de atuação. Uma das poucas experiências que buscam dar destaque refere-se ao Programa 1 Milhão de

Cisternas (P1MC) capitaneado pela ASA que tem como objetivo a construção de cisternas de placa na região semiárida nordestina. Poucas são as iniciativas que as entidades parceiras desenvolvem relacionadas a proteção ambiental como recuperação de nascentes, recuperação de matas ciliares, criação de bancos de sementes e mudas para os diversos fins (produtivo, medicinal, etc.). Boa parte destas iniciativas dependem exclusivamente de recursos federais para sua realização. A FETAPE não investe recursos próprios e nem busca captar recursos diretamente da sociedade para promover de maneira continuada e universalizada essas experiências. Fazemos questão de denotar esse assunto, pois a partir de 2015 a FETAPE deixa de ser a representante eclética da categoria, tornou-se representante específica da agricultura familiar, e por tanto, essa investidura sindical demanda da instituição uma postura mais proativa na busca de soluções sociotécnicas e organizativas voltadas para o setor, adotando uma conduta mais propositiva e menos reivindicatória frente aos problemas da categoria.

A FETAPE deixou de ser representante eclética da categoria, tornando-se representante específica da agricultura familiar, sejam eles proprietários ou não de terras, essa conversão demanda uma mudança nas orientações que conduzem as ações coletivas da instituição, pois estes sujeitos não possuem padrões como no caso dos trabalhadores rurais. A categoria possui todo o direito de reivindicar do Estado (federal e estadual) melhores condições fiscais, de infraestrutura, assistência técnica e crédito adequado. No entanto, a entidade precisa também começar a desenvolver suas próprias soluções visando conquistar vantagens comparativas nos mercados alimentares e de serviços. Este é um dos principais desafios de uma entidade que representa exclusivamente os interesses dos agricultores familiares autônomos. Dentro desse contexto o meio ambiente ganha proeminência, pois ele representa um dos principais insumos para viabilidade dos empreendimentos rurais em posse da agricultura familiar. Por isso mesmo a proteção ambiental é uma bandeira de luta que ora é levantada e tremulada tendo como base as necessidades mais imediatas da categoria, ora, em outros momentos, é levantada e tremulada a partir de interesses e necessidades mais ecológicas.

Por fim, não podemos deixar de registrar que houve uma qualificação das propostas relacionadas ao meio ambiente quando a FETAPE começa a trabalhar a partir do GTP de 2013 numa perspectiva de rede, como definido por Warren (2009). A pauta começa a ser subscrita por um conjunto de entidades da sociedade civil parcerias do movimento. A partir deste momento as reivindicações além de mirarem o regime climático semiárido também começam a abordar as questões mais gerais relacionadas ao bioma caatinga. Esse ponto será analisado na próxima parte deste capítulo onde apreciaremos o documento elaborado em 2013 fruto da parceria entre FETAPE e entidades da sociedade civil organizada.

5.2 As concepções e proposições para o bioma caatinga contidas nas diretrizes de convivência com o semiárido da sociedade civil pernambucana

Nos deteremos nesta parte do estudo sobre o documento denominado *Diretrizes Para a Convivência com o Semiárido: Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas* elaborado pela FETAPE em conjunto com inúmeras entidades da sociedade civil parceiras. Esse documento subsidiou a pauta do GTP de 2013 e reverberou nas demais edições realizadas nos anos de 2015 e 2017. A peça foi subscrita por todas as federações do Nordeste vinculadas a CONTAG e a CUT, além da Arquidiocese de Olinda e Recife, a ASA, da Caritas Brasileira Regional Nordeste 2, o Centro Sabiá, a Comissão da Pastoral da Terra em Pernambuco (CPT-PE), o MST-PE e o Instituto de Cidadania do Nordeste (ICN).

O manuscrito conglomerava um conjunto de proposições que visam influenciar o processo de formulação e implementação de políticas públicas para a convivência com o semiárido no plano estadual e nacional. Desta forma, busca abarcar um conjunto de questões e problemas que são inerentes ao bioma caatinga de clima semiárido. Sua estrutura é composta por uma apresentação, uma introdução e mais 10 (dez) eixos temáticos por meio dos quais são apresentados as propostas e demandas desse conjunto de instituições parceiras.

Os dados coletados e analisados neste documento tiveram como critério o recorte estabelecido pelo objeto deste estudo, ou seja, analisar as propostas da FETAPE (e entidades parceiras) que versavam sobre o bioma caatinga de clima semiárido e suas possíveis relações com as unidades de conservação da natureza. Ao todo foram coletadas e analisadas 41 propostas, algumas delas já foram analisadas na parte anterior deste estudo, pois compuseram as pautas do GTP do ano de 2013, 2015 e 2017. Elas estão circunscritas em 08 eixos temáticos, a saber: a) Da organização, gestão e financiamento; b) Do mapeamento, sistematização e multiplicação das tecnologias sociais; c) Do acesso a infraestrutura hídrica e ao saneamento; d) Do acesso à terra e da regularização fundiária; e) Da organização e comercialização, da geração do emprego e renda e do protagonismo dos jovens e mulheres; f) Da assistência Técnica e Extensão Rural g) Do acesso à educação; h) Do meio ambiente.

Nossa principal intenção é buscar compreender a concepção e as propostas da FETAPE para o meio ambiente do bioma caatinga de clima semiárido, além buscar possíveis relações com a política pública estadual de unidades de conservação da natureza. Priorizaremos a análise de propostas que não foram apresentadas nas pautas do GTP de 2013, 2015 e 2017, possibilitando assim captar as especificidades e particularidades que o documento traz.

Antes de adentrarmos nas propostas contidas nos eixos temáticos, destacaremos alguns elementos textuais contidos na Apresentação e na Introdução do documento. Logo de início a peça ressalta que aquele conjunto de proposições é resultado da parceria entre os movimentos sociais, sindicais e a Igreja Católica. Em seguida deixam claro um dos objetivos do manuscrito:

Aqui, apresentamos algumas das principais diretrizes que entendemos ser passíveis de orientar a construção de políticas públicas para a convivência sustentável com as particularidades dos biomas do Nordeste, principalmente a Caatinga (FETAPE, 2013, p. 5).

É a primeira vez que emerge nos documentos da FETAPE a concepção de biomas (estrutura vegetativa), dando destaque a Caatinga. Em seguida reforçam que as proposições fazem parte de uma luta ampla que visa a construção de uma política nacional de convivência com o semiárido. Entre as justificativas elencadas para que os governos implementem tal política, ressaltam no documento o fato de que a estiagem em 2013 era considerada por muitos especialistas como a maior dos últimos 40 anos. Tendo em vista mitigar os efeitos sociais nocivos que esse ciclo climático ocasiona, o documento conclama a sociedade e os governos para atuarem na região, não apenas nos períodos de seca, mas que se fossem constituídas ações contínuas que deveriam ser formuladas participativamente e sistematizada no plano estadual (e federal) de convivência com o semiárido.

Por outro lado, mesmo fazendo menção ao bioma caatinga, o documento dá ênfase ao regime climático de semiaridez. Na introdução da peça é exposto que essa região é a mais chuvosa das desse tipo no planeta, e complementa:

O semiárido é, antes de tudo, um conjunto de condições próprias de um bioma e, desse modo, exige-nos um novo olhar e a construção de iniciativas diferenciadas para convivermos com ele. Nesse espaço, vivem 46% da população nordestina e 13% da população brasileira, além de representar 11% do território brasileiro. São aproximadamente 25 milhões de pessoas aguardando a adoção de medidas civilizatórias, que facilitem a convivência mais adaptada a esse ecossistema (FETAPE, 2013, p. 08).

Neste trecho fica evidente que o manuscrito confunde (ou não deixa claro) a diferença e a relação entre o bioma caatinga e o regime climático de semiaridez. Um dos traços ambientais da caatinga é seu regime de clima semiárido, além de outros aspectos edafoclimáticos, como já pontuamos através do estudo de Sampaio (2010). O regime climático de semiaridez é mais elástico que a estrutura vegetativa, ele tem se expandido na medida em que o desmatamento aumenta na caatinga, propiciando a fragilização dos ciclos das águas no bioma, contribuindo, desta forma, para a ampliação do regime climático de semiaridez para áreas (biomas) circunvizinhas. Pernambuco é um exemplo de como o

desmatamento tem avançado, a caatinga representa 83% da área territorial do estado (IBGE, 2004), entretanto, 53% desta área já foi desmatada (IBGE, 2015).

Uma compreensão mais sistêmica sobre o quadro ambiental surge apenas na penúltima página da introdução do documento, quando afirmam que o uso desordenado dos recursos naturais do bioma caatinga tem provocado a aridização dos solos e a desregulação pluviométrica. Colocam que 59% da área da caatinga já foi modificada por ações antrópicas, e que apenas 4% da área esta protegida por unidades de conservação da natureza contabilizando as unidades estaduais e federais (FETAPE, 2013, p. 12). Mesmo que o documento tenha a finalidade de apresentar diretrizes para formulação de políticas públicas para a convivência com o semiárido, nele o tema das unidades de conservação da natureza emerge apenas em dois momentos. O primeiro momento é na introdução, quando o documento cita as áreas protegidas como um dado estatístico para comprovar a ausência de uma rede protetiva para a caatinga. Surge num segundo momento em uma das 41 propostas analisadas, subscrita no eixo Meio Ambiente, nele reivindicam a retomada do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) no bioma caatinga.

Em nenhum momento o documento evidencia, ou é dado ênfase, ao papel das unidades de conservação da natureza dentro das diretrizes de convivência com o semiárido elaborado pela FETAPE em conjunto com as entidades parceiras. Essa medida protetiva não deixa de ser citada, isso fica claro quando exigem a retomada das ações do PROBIO, porém, esse equipamento ambiental não possui centralidade ou função estratégica dentro do conjunto das propostas apresentadas que visam organizar uma miríade de ações para a convivência com o semiárido. Essa atenção periférica dada pelo documento às unidades de conservação da natureza pode ser explicada por dois fatores. O primeiro estaria relacionado ao papel histórico que a constituição de gestão de áreas protegidas no Brasil (e no mundo) tem para expulsão das populações rurais e tradicionais de seus locais de moradia e sustento. O segundo fator estaria relacionado a dinâmica ainda embrionária de constituição de unidades de conservação no bioma caatinga em âmbito federal, bem como em âmbito estadual (Pernambuco). Esses elementos contribuem para que o tecido social do sindicalismo rural e das organizações do terceiro setor na região não tenham ainda formulado propostas ou dado centralidade dentro de suas pautas e ações a questões relacionadas a esse equipamento ambiental.

Porém, considero que dentre esses elementos o caráter embrionário seja o mais relevante. Por exemplo, no caso do bioma Amazônico, onde a políticas de constituição de unidades de conservação atuou de forma mais contundente. É fato que gerou inúmeros conflitos, no entanto, por outro lado, essa mesma intensidade possibilitou a emergência de

experiências exitosas, em alguns casos, a implantação dessas áreas propiciou o fortalecendo dos laços culturais e produtivos da comunidade (rural e tradicional) com a natureza. Seja pelos conflitos gerados ou pelas experiências de sucesso o tema áreas protegidas está presente dentro da pauta dos movimentos sociais rurais da região Norte do país. No caso do Nordeste, e mais especificamente em Pernambuco, a recente e inexpressiva atuação do SNUC e do SEUC-PE no bioma caatinga, parece ainda não envolver e mobilizar os movimentos sociais rurais da região de maneira mais contundente no entorno dessa matéria.

Por outro lado, o documento dá ênfase e protesta contra o poder político e econômico, que em sua concepção, gera a escassez hídrica. Denotam que o acesso e o armazenamento de água são os principais problemas vivenciados pelas populações rurais residentes no bioma caatinga de clima semiárido. O manuscrito defende que seja realizado uma Reforma Hídrica, deixando claro que o quadro de insegurança e escassez é causado basicamente pela “destruição e poluição de mananciais e a concentração da água em mãos de particulares e/ou em atividades específicas, como os perímetros ou canais de irrigação” (FETAPE, 2013, p. 09). Conclamam, desta forma, a democratização do acesso a água e do acesso a terra como principais caminhos para mitigar a desigualdade e a pobreza instalada no bioma.

Tabela 12: Propostas FETAPE e parceiros para a Convivência com o Semiárido (continua)

Eixo: Da organização, gestão e financiamento

- a) Constituição de um Conselho Nacional para a gestão da Política Nacional de Convivência com o Semiárido, com participação paritária entre governo e sociedade.
- b) Garantia de que cada estado, território (rural e/ou da cidadania) e município do semiárido tenha uma política de convivência com o semiárido, tomando como base a Política Nacional, inclusive que os estados criem secretarias de agricultura ou correlatas.
- c) Criação de um Fundo Nacional do Semiárido com recursos do OGU (Orçamento Geral da União) com contrapartida de estados e municípios.
- d) Utilização dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, ou Fundo Clima, criado pela Lei 12.114 de 09/12/2009 e regulamentado pelo Decreto 7.343, de 26/10/2010 — vinculado ao Ministério do Meio Ambiente — para ações estruturantes no Semiárido e ações emergenciais quando for o caso, bem como cumprir o compromisso do MMA em destinar 50% (cinquenta por cento) do referido para apoiar o Fundo para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e combate à desertificação.
- e) Criação de fontes permanentes de recursos para estudos e pesquisas sobre o bioma caatinga, visando a sua preservação e exploração sustentável.

Eixo: Do mapeamento, sistematização e multiplicação das tecnologias sociais

- a) Mapeamento, sistematização e multiplicação das experiências exitosas de convivência com o Semiárido, promovidas pela sociedade civil e relacionadas à infraestrutura hídrica e à produção, com validação destas pelos órgãos oficiais de pesquisa em âmbito federal e estadual.
- b) Considerando principalmente: cisternas de placas, cisternas calçadão, cisternas de enxurradas, cordões de pedra, terraços de retenção, captação “In Situ”, barragens sucessivas de pedra e cal, barragem subterrânea, barreiro trincheira, cisterna compacta.

Eixo: Do acesso à infraestrutura hídrica e ao saneamento

- a) Mapeamento da infraestrutura hídrica dos municípios, verificando as condições atuais, nível de degradação e potencialidades.
- b) Construção de novas barragens receptoras das águas do rio São Francisco.
- c) Implementação de obras, em caráter de urgência, de esgotamento sanitário nos municípios às margens dos rios ou canais de transposição.
- d) Universalização das cisternas de placas e calçadão, com 16 mil litros e 52 mil litros respectivamente, dos Programas P1MCeP1+2.
- f) Garantia de que os estados do Semiárido tenham políticas de metas para implantação de poços tubulares, amazonas e artesianos, garantindo que cada comunidade disponha de, pelo menos, um ponto de captação de água para consumo humano e animal.
- g) Democratização do acesso à água com a construção de sistemas simplificados de abastecimento d'água, em comunidades rurais, com perfuração, recuperação e instalação de poços e elevação de adutoras (caixas elevadas), para abastecimento das comunidades, por meio de ramais, em distribuição por gravidade, tendo sua execução direta pelos Estados e também via projetos e programas com participação das organizações da sociedade civil.
- h) Construção de adutoras de pequeno e médio portes, bem como ramais para as comunidades rurais, possibilitando o acesso à água.
- i) Construção de um programa de reutilização das águas servidas, priorizando os municípios do Semiárido.
- j) Perenização dos rios intermitentes do Semiárido para viabilizar o armazenamento e a distribuição de água em complemento e suporte ao Projeto de Integração de bacias do São Francisco.

Eixo: Do acesso à terra e da regularização fundiária

- a) Recuperação imediata dos projetos de assentamentos antigos e atuais, bem como de suas áreas de reserva legal, assegurando as estruturas necessárias.
 - b) Realização de vistorias e desapropriação de áreas, considerando um plano de recuperação da degradação ambiental, imediato à desapropriação.
 - c) Desapropriação de áreas com dedução financeira dos impactos ambientais nos valores de pagamento das benfeitorias, destinando esses recursos para a recuperação ambiental.
 - d) Remuneração, por áreas preservadas, mediante o pagamento por serviços ambientais nos projetos de assentamentos e áreas de agricultura familiar.
-

Tabela 12: Propostas FETAPE e parceiros para a Convivência com o Semiárido (conclusão)

Eixo: Da organização e comercialização, da geração de emprego e renda e do protagonismo de jovens e mulheres

- a) Incentivo à criação de bancos e casas de sementes nativas (crioulas) da região, de modo a preservar a flora nativa da caatinga, garantindo a soberania das comunidades na produção de alimentos, ofertando ainda capacitação e assistência técnica para sua implementação, manutenção e gestão.
- b) Ampliação e massificação das experiências dos Projeto Mandala, PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) e Quintais Produtivos.
- c) Fortalecimento das feiras agroecológicas e adesão à economia solidária como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar.
- d) Divulgação, de forma massiva, das iniciativas de geração de renda desenvolvidas pelos/as agricultores/as, na perspectiva da sustentabilidade, evitando que as famílias degradem o bioma caatinga em busca de sua subsistência.

Eixo: Da Assistência técnica e Extensão Rural

- a) Formação e sensibilização de quadros técnicos multidisciplinares para trabalharem nas especificidades da região de acordo com o Plano de Convivência com o Semiárido.
- b) Atualização da grade curricular das instituições de ensino voltada à realidade do Semiárido, para a formação dos agentes de ATER.
- c) A ATER para o Semiárido precisa ter como referência as metodologias desenvolvidas pelo Projeto Dom Helder Câmara, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Eixo: Do acesso à educação

- a) Construção de uma proposta pedagógica de educação contextualizada para o Semiárido, considerando o protagonismo de mulheres, jovens, povos tradicionais e levando em conta as experiências já existentes.
- b) Divulgação e ampliação das experiências de educação contextualizada para o Semiárido, sempre levando em consideração as especificidades locais.
- c) Implantação, em parceria com INSA e UFERSA, de Universidade Aberta do Semiárido, ampliando assim a formação superior com foco na educação, pesquisa e extensão rural para os biomas da região, em particular, o bioma caatinga.
- d) Criação de Escolas Técnicas da Agricultura Familiar e convivência com o Semiárido.

Eixo: Do Meio Ambiente

- a) Realização de um processo massivo de educação ambiental enfocando: uso racional da água, redução dos insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), preservação e recuperação de fontes e mananciais, erradicação de queimadas, utilização de sementes nativas/crioulas, manejo agroflorestal sustentável.
 - b) Efetivação do Programa Bolsa Verde no Nordeste.
 - c) Desenvolvimento de programas estaduais e municipais de viveiros de mudas com espécies nativas e exóticas da caatinga.
 - d) Recuperação de áreas degradadas ambientalmente e enfrentamento à desertificação, principalmente fortalecendo e estimulando as ações dos estados e municípios.
 - e) Revitalização de rios, riachos, fontes e nascentes.
 - f) Organização de projetos de reflorestamento das matas ciliares dos rios, riachos, fontes e nascentes do Nordeste, bem como sua despoluição quando for o caso.
 - g) Implantação de um programa de pesquisa para estudar o potencial curativo (princípios ativos) das plantas da caatinga para a saúde humana e animal com registro e publicação.
 - h) Execução da Lei de Resíduos Sólidos nos municípios, priorizando as áreas rurais.
 - i) Retomada do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), do qual resultou a identificação de 900 áreas prioritárias para a conservação, utilização e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira para consolidar as já conservadas e identificar novas.
 - j) Criação e implementação de um programa com participação do Inra, Ministério do Meio Ambiente, órgãos estaduais de Meio Ambiente e organizações de ATER, com recursos não reembolsáveis, para levantamento e recuperação dos passivos ambientais nas áreas de agricultura familiar do Semiárido, bem como a adequação à legislação ambiental vigente.
-

As proposições para o bioma caatinga de clima semiárido formuladas pela FETAPE em conjunto com as entidades parceiras foram organizadas na **Tabela 12** - as deixamos subscritas aos eixos temáticos constantes no próprio documento.

O conjunto das proposições relacionadas ao meio ambiente oscilam entre recomendações e diretrizes para uma política pública de caráter nacional e estadual voltada a convivência com o semiárido, mas também muitas delas são pleitos relacionados às necessidades mais imediatas do setor, parecido com aquelas reivindicações apresentadas nas edições do GTP. O eixo - ***Da organização, gestão e financiamento*** - basicamente disserta a proposta de funcionamento da política de convivência com o semiárido. Para a FETAPE e as instituições parceiras a política deveria ser coordenada através de conselhos (nacional, estadual e municipal) em todas as instâncias de governo com a participação da sociedade civil. Sugerem que seja constituído um Fundo Nacional do Semiárido com recursos da Orçamento Geral da União (OGU) com contrapartida dos demais entes federativos como forma de financiamento da política pública. Consideram também a possibilidade de que a política possa se utilizar de recursos oriundos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, fonte de recursos já existente e que está sobre responsabilidade do MMA. A política seria constituída através de dois eixos de ação, as estruturantes e as emergências. Em suma, o eixo temático da organização, gestão e financiamento trata do conjunto de proposições buscam orientar a constituição de uma política de convivência com o semiárido nas três esferas do poder executivo.

No eixo - **Do mapeamento, sistematização e multiplicação das tecnologias sociais** – é sugerido primeiro que seja realizado um mapeamento, sistematização e multiplicação de experiências exitosas (boas práticas) de convivência com o semiárido relacionado a infraestrutura hídrica e a produção de alimentos. Num segundo momento são elencadas um conjunto de tecnologias, que o documento as denomina como sociais (cisternas de placa, barreiros, barragens, etc.) que devem ser priorizadas pela política de convivência com o semiárido. O documento cita também algumas tecnologias que contribuem para a preservação dos solos (terraços de retenção e os cordões de pedra), entretanto, a maior parte das soluções apresentadas tem como finalidade a criação de formas de acesso e armazenamento dos recursos hídricos, demonstrando assim a ênfase que a FETAPE e as instituições parceiras dão a política de convivência com o semiárido.

Noutro eixo denominado - **Do acesso à infraestrutura hídrica e ao saneamento** – sugerem que seja realizado um mapeamento e avaliação da infraestrutura hídrica instalada nos municípios pertencentes a região do semiárido. Em seguida as proposições oscilam entre

intenções, proposições de programas até a apresentação de demandas mais parecidas com aquelas apresentadas pelo GTP. Em relação a construção de programas públicos citam a importância de estabelecimento de ações voltadas a reutilização das águas e a universalização das cisternas de placa e calçadão (16 e 52 mil litros). Entre as proposições que expressam as demandas mais imediatas estão: a construção de barragens de receptoras de água do projeto de transposição do Rio São Francisco, a perfuração e instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água nas comunidades rurais, a construção de adutoras de pequeno e médio porte, além da perenização dos rios intermitentes do semiárido. É importante destacar que o documento não apresenta nenhuma demanda mais específica ou critério para priorização (social, geográfica, etc.) das ações sugeridas.

No eixo - **Do acesso à terra e da regularização fundiária** – exigem a recuperação dos assentamentos antigos e de suas respectivas áreas de reserva legal. Em relação aos assentamentos, exigem que sejam realizadas vistorias e desapropriações de terras associado a um plano de recuperação da degradação ambiental. Reivindicam que os custos de recuperação ambiental sejam deduzidos do pagamento das benfeitorias dos imóveis rurais adquiridos para fins de reforma agrária. Essa proposta visa justamente rever uma injustiça que ocorre nos projetos de assentamento, muitas dessas áreas estão com suas estruturas ambientais completamente degradadas, mesmo assim são adquiridas e repassadas para os beneficiários da reforma agrária. Essa proposição (que não está diretamente relacionada a política de convivência com o semiárido e sim com o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA) visa que os custos de recuperação ambiental sejam pagos pelos proprietários dos imóveis adquiridos para fins de reforma agrária. Por último, propõem que sejam pagos para os assentados (e agricultores familiares) os serviços ambientais que prestam ao preservarem as áreas de RL e APP.

No eixo - **Da organização e comercialização, da geração do emprego e renda e do protagonismo dos jovens e mulheres** – as duas primeiras propostas foram apresentadas nas pautas do GTP. Uma reivindica que seja incentivada a criação de bancos de sementes, e outra exige a massificação de tecnologias sociais de produção agroecológica (Projeto Mandala, PAIS, etc.). No entanto duas outras demandas não foram apresentadas nas pautas dos GTP's. Uma é voltada para área da comercialização e reivindica o fortalecimento das feiras agroecológicas, a outra é relacionada a difusão de boas práticas, pleiteia que seja divulgado de forma massiva as experiências exitosas de geração de renda desenvolvida pelos/as agricultores/as. É importante denotar que Pernambuco é um dos estados do país que mais possuem feiras agroecológicas em funcionamento no país.

No eixo temático - **Da Assistência Técnica e Extensão Rural** - constam duas propostas que já foram apresentadas em edições do GTP, uma ressalta a importância de formação e sensibilização dos quadros técnicos de ATER para as nuances da região e assim construir uma atuação mais efetiva, a outra proposta visa atualizar a grade curricular das escolas técnicas com as especificidades da região semiárida (não fazendo menção ao bioma caatinga). Por último, propõem que a metodologia de ATER a ser adotada pelos órgãos estaduais de ATER tome como referência a experiência do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), iniciativa desenvolvida pelo governo federal em parceria com o Fundo de Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) vinculado a ONU.

No eixo temático - **Do acesso à educação** – replicam o pleito relacionado ao desenvolvimento de pedagogias de educação contextualizada para região, bem como reivindicam a ampliação das experiências exitosas de educação contextualizada já existentes. Em relação aos equipamentos de educação, solicitam a implantação de uma Universidade Aberta do Semiárido e a construção de escolas técnicas da agricultura familiar e convivência com o semiárido. Compreendemos que caso ocorra a atualização dos currículos das universidades e das escolas técnicas já existentes que estão circunscritas no bioma caatinga de clima semiárido, não se torna tão necessário a constituição de novos equipamentos apenas para atender esses fins. Entendemos que o mais relevante é que haja um direcionamento dos equipamentos de educação e de pesquisa para o desenvolvimento e difusão de tecnologias que contribuam para mitigar os efeitos negativos da estiagem, bem como, contribuam para a recuperação ambiental e o fomento do desenvolvimento sustentável da região.

Por último, no eixo temático - **Do meio ambiente** – muitas das propostas foram apresentadas nas edições do GTP, entre elas estão as reivindicações relacionadas a constituição de viveiros de mudas (bancos de sementes) por parte dos governos estaduais e municipais, incentivo à processos de educação ambiental e a revitalização de rios, fontes e nascentes. As outras proposituras são demandas por acesso e/ou constituição de políticas públicas, entre elas está o pleito de efetivação do Programa Bolsa Verde no Nordeste, a execução da Lei Federal de Resíduos Sólidos nas pequenas e médias cidades, além da promoção de iniciativas públicas que visem a recuperação de áreas degradadas. Um pleito em específico reivindica a implantação de um programa de pesquisa visando identificar e explorar sustentavelmente o potencial medicinal das plantas da caatinga. Dentro deste eixo também está o pedido de retomada do PROBIO que tem como finalidade a identificação, implantação e gestão de unidades de conservação.

De modo geral, as proposições relacionadas no eixo meio ambiente estão mais próximas de reivindicações para o setor do que um compendio de diretrizes para orientar o processo de formulação e implementação de políticas públicas. As questões são pontuadas de forma genérica, sem que sejam indicadas experiências exitosas ou áreas prioritárias para execução das ações sugeridas. No entanto isso não diminuiu a relevância da iniciativa, apenas demonstra o estado da arte do processo de reconhecimento e politização do tema ambiental dentro das pautas e das ações coletivas da FETAPE (e das entidades parceiras).

Para concluir esta parte do estudo, realizaremos algumas considerações sobre o documento elaborado pela FETAPE e entidades parcerias. A primeira é que não podemos perder de vistas que o desmatamento vem contribuindo ainda mais para a instabilidade climática da região, vale destacar que seu efeito é tão perverso que áreas do agreste pernambucano que não eram de clima semiárido, começam a ter seu regime de chuvas alterado por conta do desflorestamento (dentro e fora do bioma caatinga). A mitigação do déficit hídrico na região (e fora dela) será produto de um amplo processo de proteção ambiental visando a manutenção do frágil ciclo das águas no bioma, buscando seu restabelecido através do fomento, desenvolvimento e difusão de tecnologias alternativas de baixo custo relacionado ao acesso e armazenamento dos recursos hídricos e recuperação dos passivos ambientais. E dentro desse contexto é inevitável que pensemos o papel e a função das UCs da natureza para o restabelecimento do bioma caatinga de clima semiárido.

A segunda consideração é em relação a valorização implícita do patrimônio vegetal da caatinga contida no documento. Ao reivindicar a identificação e o mapeamento das plantas medicinais da caatinga, o movimento sindical e as entidades parceiras vislumbram ao mesmo tempo a ampliação do leque de possibilidades de convivência com o semiárido, como também, a preservação das espécies endêmicas do bioma. Essa proposta amplia o leque de possibilidades de geração de renda para as economias de base familiar para além da produção de alimentos. Mesmo que não tenha sido citado no documento, outras iniciativas são de extrema importância para diversificação das fontes de trabalho e renda para essas famílias. Uma delas é o incentivo à dinâmicas de agregação de valor aos produtos alimentícios, outra possibilidade está na exploração sustentável do turismo rural em áreas protegidas ou com grande apelo paisagístico e histórico. Enfim, um conjunto de outras iniciativas podem ser listadas que podem contribuir para dinamização econômica e preservação ambiental da região.

Um terceiro aspecto a ser destacado no documento é a eleição da agroecologia como modelo de agricultura mais adequada ao bioma de clima semiárido. Mesmo que dentro do

bioma existam clivagens territoriais que desenvolvem uma agricultura moderna com base em agroquímicos (como por exemplo a fruticultura), o movimento considera que o modelo de agricultura mais adaptado a caatinga é o agroecológico. Essa bandeira política contribui de maneira significativa para o estabelecimento, à longo prazo, de padrões produtivos que minimizam os efeitos da degradação ambiental em curso no bioma. Essa bandeira deixa claro que a FETAPE (e as entidades parceiras) defendem o processo de ecologização dos modelos de produção de alimentos.

O quarto ponto relevante trazido pelo documento é em relação a função que os equipamentos educacionais têm na difusão de uma nova consciência ecológica no bioma. Além de sugerirem alterações na grade curricular das escolas estaduais, reivindicam também de forma enfática a disponibilidade de recursos financeiros para realização de pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias para região.

Mesmo que o documento possa ter algumas imprecisões conceituais e, até mesmo, seja incompleto quanto as estratégias e táticas para preservação do bioma caatinga de clima semiárido, ele representa um significativo avanço no processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE e de seus parceiros. É possível considerar que a luta ambiental promovida por esse conjunto de entidades na caatinga possui como pressuposto conceitual e estratégico a concepção de convivência com o semiárido. Em nossa compreensão, o movimento social rural no bioma caatinga de clima semiárido clama por uma coabitação viável com o meio ambiente, sintetizado no conceito de convivência com o semiárido.

Mesmo sendo de suma importância a análise sobre os documentos produzidos pela FETAPE, é necessário que possamos confrontar as proposições contidas nessas peças oficiais resultantes dos processos de mobilização e articulação política da FETAPE, com as concepções e práticas desenvolvidas pelos/as dirigentes da entidade. São eles/elas que conduzem as ações coletivas da instituição no cotidiano, por isso torna-se condição *sine qua non* observar o grau de absorção e priorização das proposições analisadas dentro das ações coletivas voltadas ao meio ambiente coordenadas pelos dirigentes, podendo assim averiguar de forma mais aproximada a dinâmica de ecologização das ações coletivas da organização, processo esse que faremos na próxima parte deste estudo.

5.3 A questão ambiental do Bioma Caatinga e política estadual de unidades de conservação: A percepção dos dirigentes

Buscando compreender o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE para além dos documentos analisados, realizamos três entrevistas estruturadas com dirigentes da instituição. A primeira entrevistada foi Rosenice Josefa do Espírito Santo, conhecida como Nalva, ela é a primeira dirigente da Diretoria de Política do Meio Ambiente empossada em 2018. A constituição dessa nova diretoria, dentro da estrutura da FETAPE, ocorreu na reformulação estatutária realizada no dia 30 de junho de 2015, porém a eleição sindical para ocupação do cargo se deu 2017, com a respectiva posse no ano subsequente. Nesta reformulação instituiu-se a diretoria atribuindo-lhe as respectivas competências, a saber:

Art. – 38 Compete ao Diretor (a) de Política de Meio Ambiente:

- I. Construir com o conjunto da diretoria da FETAPE a política de meio ambiente da FETAPE e dos sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- II. Promover e envolver os sindicatos em campanhas de educação ambiental, em especial no combate ao uso de agrotóxicos pelos assalariados (as) e agricultores (as) familiares;
- III. Cobrar dos poderes públicos, no nível municipal, estadual e federal, o cumprimento da legislação ambiental vigente;
- IV. Coordenar a discussão sobre as vantagens da produção agroecológica para a agricultura familiar;
- V. Acompanhar os fóruns de debates sobre temas e políticas ambientais;
- VI. Promover o intercâmbio entre os Sindicatos para conhecerem práticas de produção agroecológica e preservação ambiental;
- VII. Incentivar a Criação de Comissões Municipais de Meio Ambiente nos Sindicatos dos trabalhadores rurais; (FETAPE, 2015, p. 23,24).

No Art. 38 do novo Estatuto Social da FETAPE estão definidas as diretrizes de atuação da nova diretoria. Fica claro seu papel de formular e coordenar ações voltadas as políticas ambientais em conjunto com as demais diretorias da FETAPE e sindicatos associados. Entre as diretrizes estabelecidas é notório o destaque que dão as dinâmicas de mobilização e sensibilização dos dirigentes sindicais em nível municipal através da realização de intercâmbios e pela constituição de comissões, para que desta forma os mesmos possam se envolver mais ativamente nas questões concernentes ao meio ambiente. Entre as competências da Diretoria, o inciso III atribui o papel de fiscalizar e cobrar dos poderes públicos (federal, estadual e municipal) a implementação efetiva da legislação ambiental vigente, desta forma, é possível pensar que a organização sindical ao instituir esse inciso busca se engajar e se vincular as lutas ambientalistas. Por outro lado, o arco temático apresentado no Estatuto é mais reduzido do que aqueles constantes nas pautas do GTP. No estatuto é dado ênfase apenas a educação ambiental com foco no combate ao uso de agrotóxicos e a promoção da agroecologia. Essa constatação reforça ainda mais a importância

das entrevistas. Será através delas que poderemos confrontar como as orientações contidas no GTP e no Estatuto Social da entidade são incorporadas efetivamente (ou não) nas ações coletivas coordenadas pela diretoria de meio ambiente, e pela própria FETAPE como um todo, no que tange as questões relacionadas ao bioma caatinga de clima semiárido e suas possíveis relações com a política estadual de unidades de conservação da natureza.

A diretora de meio ambiente, Nalva, havia sido recém empossada no cargo no período em que realizamos a entrevista, possuindo assim poucas informações sobre as questões relacionadas ao bioma caatinga, pois sua base sindical é na zona da mata pernambucana. Frente a esta circunstância, consideramos relevante ampliar nossa amostra, desta forma, entrevistamos mais dois dirigentes da instituição por julgarmos possuidores de informações relevantes para o escopo da pesquisa. Coletamos então o depoimento da Diretora de Política Agrária, Maria Givaneide Pereira dos Santos, conhecida como Gil, que está em seu segundo mandato na pasta e, o diretor-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura de Petrolina (STR-Petrolina), Mauricio José Rosa. Ambos possuem sua base sindical no sertão pernambucano (bioma caatinga) e foram as lideranças vinculadas a FETAPE que acompanharam desde 2015 todo o litígio gerado com a constituição da RVS Tatu-Bola.

A recém empossada diretora de Política do Meio Ambiente da FETAPE logo de início expôs o desafio que é tratar da temática dentro e fora da organização sindical. Quando questionada sobre a percepção da entidade sobre o quadro de degradação ambiental na caatinga, obtivemos a seguinte resposta:

É lento né? Com relação ao meio ambiente, assim, a gente tem muita dificuldade, porque é como se o meio ambiente fosse uma das últimas coisas a ser tratada, que na verdade não é, na verdade seria a primeira coisa antes de tudo, antes de tudo....antes da reforma agrária, antes da política agrícola, antes da própria formação, a gente tinha que ter uma outra formação com relação ao meio ambiente. Porque hoje, no nosso, até no nosso meio, tanto nas comunidades quanto no município e até mesmo no estado, o meio ambiente é tratado de forma por último, é uma das últimas coisas. E olhe lá, isso no geral isso não é só dentro do movimento sindical não, isso é no quadro geral, a gente percebe isso tá entendendo. E com relação a degradação existe muito, não só na nossa Caatinga como também nas três regiões do Estado, existe e muito principalmente na zona Canavieira, principalmente no nosso Sertão. Isso é visto como se fosse uma coisa natural, a gente percebe isso nas discussões, e aí a gente tá tentando agora levantar um diálogo mais forte, mais primário tá entendendo (NALVA, 23/04/2019).

Percebe-se, com base nesse depoimento, que a adoção de medidas protetivas para salvaguardar o meio ambiente é consenso político e científico entre a maioria dos grupos sociais e instituições. Entretanto, algumas vezes essa intencionalidade não se materializa em centralidade temática dentro da pauta e da agenda sindical, social e governamental. Mesmo se

tratando de algo concreto e objetivo, a efetiva solução dos problemas ambientais, por ser algo complexo e “inatingível” a curto prazo, o tema da proteção ambiental torna-se algo muitas vezes “distante, abstrato e grande demais para que as pessoas possam tomar uma atitude que vá produzir algum resultado prático, gerando apatia e resignação. Como o problema é percebido como algo externo, alheio à vida diária, fica mais fácil desligar-se dele” (SIQUEIRA, 2008, p. 428). Por esse motivo talvez seja possível entender a percepção da diretora de meio ambiente quando diz que esse assunto é o último a ser discutido. Seu depoimento expressa essa ambivalência, é um misto de resignação e angústia, demonstra em certa medida o desafio para o efetivo cumprimento de suas atribuições estatutárias. Mesmo parecendo num primeiro momento uma declaração desconcertante, ainda mais por estar sendo vocalizada por uma dirigente que tem como atribuição fomentar este debate, o relato nos ajuda a entender de forma nítida os percalços e desafios inerentes ao debate público ao se tratar do tema junto ao movimento sindical, a sociedade e os governos. Ao mesmo tempo que esse quadro reafirma a pertinência das incumbências contidas nos incisos III, VI e VII do Art. 38 do estatuto social da FETAPE, por outro lado, demonstra o contexto sociopolítico complexo que a diretora de meio ambiente possui para cumprimento de sua função.

Entre as interpretações possíveis que podemos atribuir ao depoimento, uma delas é que o debate sobre meio ambiente ainda está numa fase embrionária dentro (e fora) da estrutura sindical rural pernambucana. A procrastinação do debate ambiental dentro da agenda sindical, salientada pela dirigente, reforça ainda mais a importância das ações de educação ambiental num sentido amplo, como definido por Viola e Vieira (1992, p. 89), cujo objetivo seria de criar e disseminar uma consciência social sobre a deterioração da natureza. Mesmo que já exista vasta legislação relacionada a proteção ambiental é necessário que esses preceitos sejam parte integrante dos valores e das práticas sociais das pessoas e das organizações em seu cotidiano, como forma de compromisso com as futuras gerações.

Essa dinâmica social é que estamos denominando neste estudo como ecologização das ações coletivas, um processo não linear no espaço-tempo. Sua intensidade varia (em alguns casos) conforme constrangimentos e oportunidades sociais que estimulem ou inibam essas condutas ecologizantes. Essa dinâmica não será instalada socialmente por um ato divino, abruptamente, ela se dá por intermédio de um longo e amplo processo educativo e político, com iniciativas e ações por parte da sociedade e dos governos.

Retornando ao debate sobre as causas do desmatamento no bioma caatinga, o diretor-presidente do STR-Petrolina expôs de maneira clara e didática os motivos de tal processo, mesmo que os três dirigentes reafirmem que a grande parte do desmatamento seja realizado

pelos grandes proprietários de terras na região, o representante do município de Petrolina dá o seguinte depoimento:

No meu entendimento assim, é no geral...né, infelizmente boa parte da degradação vem até mesmo dos próprios proprietários das terras, mas porque eles não têm outra opção. Você não tem uma política do governo que consiga levar recursos hídricos para aquela área, o agricultor para conseguir sobreviver e produzir numa área de meio hectare, ele precisa desmatar cinco, e aí ele tem que ficar com cinco hectares desmatado para na hora do inverno arriscar uma plantação. Então, não tem uma política do governo que ensine o agricultor há outra forma de sobrevivência e ele tem que desmatar. E aí consequentemente eles têm que desmatar porque não tem outra opção e termina a degradação do solo, e aí essa área que foi desmatada com certo tempo já não produz mais, aí ele tem que passar outra área né, e isso vem de vários e vários anos. Mais uma coisa temos que salientar, a área do bioma Caatinga na região lá do São Francisco ela comparada as políticas que o governo não tem para ajudar, ela tá bem tratada, você chega em locais que tá lá, e não foi o governo que foi lá fiscalizar, não foi a CPRH, não. Foi o próprio agricultor que na consciência dele que cuidou de sua área, de cercar e lá só cuida dos seus bichos, não desmata, mais agora infelizmente tem outros que não tem condição (material, financeira, tecnológica) e que tem que desmatar para tirar um carvão, tem que desmatar para vender uma lenha, tem que desmatar para plantar porque tem sobreviver (MAURÍCIO, 23/04/2019).

O depoimento denota em primeiro lugar a carência de um saber tradicional por parte dos agricultores familiares, nos termos de Diegues (2000a; 2000b), como também de um conhecimento científico acumulado dentro da estrutura pública de ensino que dê conta de preparar os sujeitos para coabitar num ambiente tão particular quanto o bioma caatinga de clima semiárido. O desconhecimento de práticas produtivas sustentáveis aliado as incipientes e descontinuas políticas públicas (desenvolvimento tecnológico, recursos hídricos, preservação e recuperação ambiental, ATER e crédito) seriam, na visão do dirigente, as causas que contribuem para conformação do quadro de desflorestamento e desertificação que assola o bioma.

Entretanto, o relato abre possibilidade para a seguinte indagação: a política de convivência com o semiárido proposta pela FETAPE e parceiros tem como foco exclusivamente mitigar o problema de acesso e armazenamento dos recursos hídricos, ou não, pelo ao contrário, busca abarcar o conjunto dos problemas ambientais e agrícolas como os citados pelo entrevistado?

Por outro lado, a declaração expõe uma sutil e complexa questão: qual é o papel do estado e dos agricultores familiares na preservação (ou não) do bioma? A sociedade civil organizada conseguiu que a Constituição Brasileira de 1988 estabeleça-se mecanismos de proteção do patrimônio natural, gerando, posteriormente, o desenvolvimento e a implantação de inúmeras políticas públicas, no entanto, por uma série de motivos essas iniciativas por si só

não tem conseguido reverter o quadro de deterioração ambiental em curso (dentro e fora da caatinga).

Desta forma, pergunto-me: frente ao quadro ambiental atual da caatinga, quais medidas e iniciativas que os agricultores familiares e a sociedade em geral que coabitam o bioma devem tomar e desenvolver? A resolução dessa questão não é apenas uma questão de decisão, é também uma questão de gestão de processos sociais, e porque não dizer, educativos. Hannigan (1995) lembra-nos que a preocupação do público sobre as questões ambientais não se dá de forma automática, mesmo quando as condições são visivelmente más. É justamente no hiato entre a percepção do problema até a tomada de atitude para sua resolução que reside o papel das organizações ambientalistas ou ecologizadas (como no caso da FETAPE). São elas que se auto atribuem o papel de educar, mobilizar e coordenar ações voltadas a preservação e ao uso racional dos recursos naturais. Nessa dinâmica essas organizações (sindicais, sociais, etc.) terminam por politizar as demandas (problemas e soluções) ambientais a partir de suas concepções e interesses e as expõe para apreciação (conhecimento) e embate público.

Porém algo do depoimento deve ficar melhor compreendido. Mais especificamente, quando o entrevistado afirma que mesmo sem apoio governamental existem alguns agricultores que conseguem preservar a caatinga. Nenhum processo social é produto do acaso ou do espontaneísmo. É importante investigar a natureza dessas iniciativas, entender se elas são construções genuínas das próprias populações rurais, ou mesmo, se são resultantes de parcerias entre as famílias rurais com entidades da sociedade civil de ATER, ou até mesmo, com o próprio governo. É essencial destacar que existem inúmeras iniciativas exitosas de convivência sustentável no bioma caatinga de clima semiárido desenvolvidas pelos agricultores familiares, a sociedade civil organizada e pelo governo através de suas políticas públicas. Todavia essas experiências são localizadas e espaçadas, sua replicação dependente de recursos públicos, desta forma torna-se difícil disseminá-las para um conjunto tão amplo de imóveis rurais em posse da agricultura familiar na região.

A diretora de Política Agrária denuncia em seu depoimento que a falta de fiscalização governamental, em relação a aplicação da legislação vigente, conforma-se em um dos fatores que contribuem para o desmatamento na região. A inoperância do estado nessa área tem criando um sentimento de impunidade, que consequentemente, contribui para a replicação de condutas nocivas ao meio ambiente, vejamos como Gil coloca a questão:

Olhe é, eu acho que o desmatamento em algumas regiões tem algumas áreas que realmente tem muito desmatamento, não respeitam as áreas de reserva legal, mas também tem um, um, outro fator né que é crucial, A CPRH infelizmente não tem

pernas para acompanhar fazendo fiscalização, ou isso é muito ruim, por que termina que mesmo que você formalizam a denúncia Eles não têm pernas para acompanhar. E aí fica o dito pelo não dito, e esse Pedro fez não teve nada, Zé vai fazer também, então acho que essa é uma das coisas que é crucial (GIL, 23/04/2019).

A CPRH não possui estrutura física, humana e financeira para promover uma fiscalização ostensiva do patrimônio natural pernambucano, por isso termina atuando provocados por denúncias, que são investigadas a luz de sua capacidade operacional. Essas (e outras) discontinuidades das ações governamentais voltadas a proteção ambiental habita o imaginário dos três dirigentes entrevistados, talvez por esse motivo partilhem em comum a percepção de que o governo do estado de Pernambuco não possui políticas públicas efetivas e massivas que busquem mitigar o processo de degradação ambiental no bioma. Outro ponto em comum entre os dirigentes é a percepção de que o governo do estado não tem atendido as demandas da categoria apresentadas pela FETAPE por intermédio dos GTP's, a diretora de Política Agrária deixa isso bem claro, afirmando que o movimento

tenta dialogar com o governo estadual formas de sobrevivência com o semiárido. Inclusive nós temos dado várias propostas, mas infelizmente nenhuma delas foi implantada ainda, porque a gente sabe que a seca é um fenômeno natural, agora existe forma, se os governantes quiserem, de manter quem tá ali naquela área de sequeiro com condições de produzir tendo água para beber e tendo água para seu rebanho. Agora para isso é preciso que os governos façam investimentos nesse sentido, mas qual foi o que se preocupou em fazer isso? Então por mais que a gente discuta, por mais que a gente mostre a necessidade de manter a Caatinga intacta, mas infelizmente vai existir a questão da degradação, até por uma questão da própria sobrevivência, ele vai sobreviver como? Ele (o agricultor) não tem uma outra forma de sobreviver. Porque não existe políticas públicas de fato voltada para isso. Porque além do programa um milhão de cisterna, que foi criada lá atrás né nos governos Lula e Dilma, que agora já não existe mais, não tem outra forma sobrevivência para quem tá no sequeiro, que é a região mais atingida hoje. O acesso à água é um elemento chave para que possamos preservar a Caatinga (GIL, 23/04/2019).

Além do depoimento reforçar a percepção que não existem políticas públicas, de fato, para coabitação sustentável no bioma caatinga de clima semiárido em Pernambuco, consideramos deveras relevante a seguinte frase – “O acesso a água é um elemento chave para que possamos preservar a Caatinga”. A frase expõe, na visão da dirigente, um dos motivos pelos quais o agricultor familiar a desmata uma área de sequeiro em seu imóvel rural. Na caatinga a agricultura é desenvolvida através de tecnologias e técnicas rudimentares, com aguda carência de recursos hídricos, o desmatamento e a queimada terminam sendo os únicos mecanismos disponíveis para desenvolvimento da produção. A queimada contribui para a fertilização do solo apenas na primeira colheita. A imprevisibilidade climática muitas vezes leva os agricultores a desmatarem áreas maiores buscando minimizar os riscos e as perdas. A maioria dos imóveis em posse da agricultura familiar na caatinga não possuem sistemas de

irrigação, ou tecnologias alternativas de acesso e armazenamento de água. Esse conjunto de fatores fazem com que o modo de produção mais empreendido pelos agricultores seja o sistema de cultivo derrubada-queimada, esse sistema de cultivo tem sua origem na época neolítica:

São praticados em terrenos previamente desmatados por uma roçada, ou seja, por um abate seguido de queimada, mas sem destocagem. As parcelas desmatadas são cultivadas apenas durante um ano, dois ou no máximo três anos, raramente mais do que isso, e depois são abandonadas ao pousio florestal por um ou vários decênios, até serem novamente desmatados (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 129-130).

Entretanto, o uso de tal sistema produtivo em pleno século XXI, e mais especificamente no bioma caatinga, traz um conjunto de desafios e desvantagens. Primeiro, como já demonstrado na caracterização ambiental da caatinga (SAMPAIO, 2010), o bioma possui solos rasos, os agricultores estão circunscritos em minifúndios, isso faz com que a queimada seja danosa à camada superficial do solo, esse quadro agrava-se ainda mais pelo fato de que os agricultores possuem pequenos pedaços de terra, desta forma não conseguem implantar um sistema de alternância de áreas dentro do seu imóvel rural que propicie um repouso longo nas áreas que já foram desmatadas para que ocorra sua recomposição. A escassez hídrica faz com que o risco de perda da produção seja alto, este fato leva os agricultores a desmatarem áreas maiores do que a necessária, fazem isso como forma de atenuar sua baixa produtividade. Os solos dessas áreas perdem rapidamente a fertilidade, no entanto, o tempo de regeneração ambiental são relativamente longos na caatinga, cria -se assim as condições para o surgimento do fenômeno da desertificação.

Uma outra nuance foi identificada por meios das entrevistas. Há uma percepção, por parte dos dirigentes de que as políticas ambientais dos governos (federal e estadual) geram regras e processos sociais burocráticos e verticais. A diretoria de Política do Meio Ambiente ressalta de que as normas ambientais não são geradas de baixo para cima, em outros termos, a legislação em vigor não foi devidamente discutida e explicada para os agricultores familiares (e populações rurais em geral). Nalva ressalta que para complicar ainda mais o quadro, as medidas punitivas de proteção ambiental junto aos agricultores são severas, dificultando ainda mais a compreensão e o envolvimento destes nas questões relacionadas a natureza. Para explicitar essa problemática a diretora expõe sua experiência na ocupação da terra do assentamento o qual faz parte.

Eu já eu já passei por um fato no assentamento que a gente ocupou a terra, e quando ocupa o trabalhador fica lá trabalhando, mas quando ele vai tirar dali uma macaxeira vai ali uns 6 a 7 meses, e aí teve um trabalhador que foi cortar lenha numa mata pra poder vender a lenha e comprar comida. Aí né foi um caso esquisito, assim que a gente também conversou com o trabalhador não pode fazer isso, mas nem sempre o

trabalhador vem tomar consciência daquilo que a gente está colocando. Ai de repente apareceu uma denúncia e aí chegou lá o pessoal do IBAMA, não sei quem, pegou o trabalhador e queria levar preso, e tal, fomos pra cima defender. A única coisa que o IBAMA acatou e o INCRA disse foi o seguinte, olha a gente não vai levar ele preso, mais aqui ele não pode ficar mais. Não vai poder pegar uma parcela. Ai tá vendo como é a punição, como é feita as regras do Governo, ele não discute com as bases, com os trabalhadores, os atores principais da terra, que cuida que planta que alimenta a nossa nação aí o governo lá em cima começa a ditar regras e o trabalhador cai em baixo, não sabe nem se essa regra existe, como é que ele vai cumprir? Não existe aí tá errado a maneira né a gente tem que primeiro começar a discutir das bases para as bases entender e assumir aquilo para poder dizer que não é assim (NALVA, 23/04/2019).

O depoimento fornece um conjunto de elementos para reflexão. O primeiro que consideramos relevante dissertar é sobre o dilema existente entre as necessidades imediatas das populações rurais e as medidas de longo prazo de preservação ambiental. Seja um acampado ou assentado da reforma agrária, ou mesmo um agricultor familiar que inicia um empreendimento produtivo no Nordeste, estes sujeitos em sua maioria não possuem recursos financeiros e tecnológicos para desenvolvimento de práticas produtivas ditas sustentáveis. Mesmo que tenham o retorno financeiro de qualquer empreendimento agrícola, possui prazos relativamente longos, como citado por Nalva. A predação desordenada dos recursos naturais tem como causa, para os agricultores familiares, a necessidade de atender as demandas mais imediatas da família empobrecida, com ou sem terra. Novamente nos defrontamos com um dos efeitos da ausência de medidas governamentais que garantam os direitos sociais como estabelecido em nossa Constituição de 1988. A pobreza e a fome não são produtos unicamente das condições ambientais, mesmo que muitas vezes esses fatores possam influenciar esses fenômenos de maneira significativa, eles são produtos, principalmente, do modelo produtivo, político e econômico adotado pela sociedade. Para mitigá-los é necessário contar com equipamentos de assistência social consorciado com um conjunto de outras medidas e ações. Na ausência dessa rede protetiva, o homem e a mulher do campo terminam enxergando a natureza como uma caixa de reserva financeira, como colocado por Paupitz (2010), sendo a atividade extrativista, realizada na maioria das vezes de forma não apropriada, a única alternativa de curto prazo de capitalização por parte da família rural. Num contexto deste fica difícil coadunar os interesses e necessidades imediatas das famílias empobrecidas com as medidas necessárias de longo prazo de proteção ambiental.

Em segundo lugar, consideramos importante destacar que, em alguns casos, a legislação de proteção ambiental é utilizada de forma punitiva, não educativa, fazendo com que muitas vezes a figura do fiscal do IBAMA/CPRH seja um elemento perturbador e amedrontador para os agricultores. De um lado os mecanismos governamentais não conseguem informar,

capacitar ou orientar as populações rurais quanto as normas legais e as formas de manejo sustentável dos recursos naturais, entretanto, por outro lado, os mecanismos repressivos e punitivos do estado funcionam de maneira mais efetiva do que as instituições educativas (assistência técnica e extensão rural e de assistência social), criando um descompasso entre as ações estatais, gerando inúmeros inconvenientes para a população.

Com relação as unidades de conservação da natureza, foi constatado que nenhum dos dirigentes entrevistados possuíam conhecimento, ou informações, sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC-PE). Além do desconhecimento sobre tal política pública, ficou evidente também a falta de compreensão sobre os objetivos e as diferenças existentes entre as unidades de conservação, as áreas de reserva legal e as áreas de proteção permanente. Questionada sobre o SEUC-PE a diretora de Política do Meio Ambiente da FETAPE expressou de maneira enfática – “Precisamos nos apropriar disso”. A única representação que a diretora possui sobre política estadual de áreas protegidas se restringe ao litígio gerado pela constituição da RVS Tatu-Bola. Os três dirigentes afirmaram que a FETAPE nunca realizou indicação de área para que fosse constituída uma unidade de conservação.

A base sindical da diretora de Política Agrária da FETAPE é no município de Santa Maria de Boa Vista. É importante lembrar que esse município, e os municípios de Petrolina e Lagoa Grande, foram impactados com o processo de constituição da RVS Tatu-Bola em 2015. Por esse motivo, a diretora e o Presidente do STR-Petrolina foram os dirigentes responsáveis, dentro da FETAPE, pela mobilização dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades quilombolas da região, que visou mitigar o conflito gerado com a implantação de tal área. Na visão da presidente do STR-Petrolina, a constituição da unidade de conservação está relacionada ao seguinte fato:

Dizem que começou por causa da Copa de 2014, que o então Governador fez um acordo com a FIFA que se tivesse jogo do Time do Brasil em Pernambuco ele constituiria uma reserva com o nome do Tatu-Bola. E aí teve esse tanto de hectares que eles fizeram, e foi uma coisa que veio de cima para baixo, a comunidade lá e os movimentos sociais nenhum foi inserido na discussão inicial do processo. Contratarem um pessoal de uma faculdade, de uma universidade lá, os caba fizeram o levantamento é... por avião, nem na área eles visitaram, e aí por si só delimitaram, e aí nessa delimitação da área aí colocaram a..., a reserva mais rígida que tinha né, a de Refúgio da Vida Silvestre. Então é... atrapalhava até a própria comunidade e a própria convivência dos agricultores, e tirava ele do habitat, porque hoje o agricultor vive lá né da criação de bode, plantando lavoura na chuva, e isso praticamente o próprio levantamento proibia. Deixaram bem claro que não poderia nem criar o próprio bode, que é da Caatinga, não podia ser criado dentro da área. Disseram que a partir daquele momento os agricultores iriam sobreviver através do ecoturismo, do artesanato, de.... dessas coisas fora do habitat que eles tinham. E aí os agricultores no geral, eles nasceram, se criaram pelos avós e o pai, tudo trabalhando na roça da mesma forma criando seu bode, plantando, tirando uma madeira, tirando uma coisa,

e ai já vem sucessivamente as políticas do Governo que não incentivava o agricultor a fazer outra coisa a não ser desmatar e plantar por conta própria, não tinha um projeto de capacitação, não tinha um projeto que eles pudessem fazer para ganhar (MAURÍCIO, 23/04/2019).

No depoimento do presidente do STR-Petrolina emerge um conjunto de conflitos que se originam da frágil relação entre os modos de vida das populações rurais (e tradicionais) e a política pública estadual de constituição de unidades de conservação, muitos desses litígios já foram discutidos nos dois primeiros capítulos deste estudo. O relato do dirigente sindical demonstra que a constituição da RVS Tatu-Bola está permeada por um oportunismo político muito comum, que existia no Brasil nas décadas de 1937 até 1970, em relação a constituição de tais áreas (PÁDUA, 1997 apud SOUZA, 2014, p. 57). Esses espaços não eram escolhidos ou definidos a partir de parâmetros técnicos (ambientais, sociais, econômicos), mas sim do casuísmo dos interesses dos grupos políticos (dentro e fora do aparato estatal).

O estudo de Lacerda, Albuquerque e Galvêncio (2017) endossa a perspectiva de que a principal motivação por parte do governo do estado para constituição da RVS foi a escolha do Tatu-Bola em 2012 como mascote da Copa do Mundo que foi realizada no Brasil em 2014. O animal já constava na lista das espécies ameaçadas de extinção, este fato por si só não havia motivado o poder público a tomar qualquer medida para sua proteção. Essa iniciativa pública só foi ocorrer quando um evento esportivo internacional lançou as atenções para o problema da espécie, a partir daí o poder executivo estadual buscou tomar alguma medida, por puro oportunismo político e jogo de marketing.

Um outro elemento que emerge do relato do dirigente, e que já foi discutido neste estudo, é com relação ao papel que as políticas de áreas protegidas têm na expulsão das comunidades rurais e tradicionais dos seus locais de moradia e produção. Podemos articular isso à tese de Diegues (2000a, p. 125, 136), isto é, que no Brasil, essa foi uma das características que a concepção preservacionista (de que para que haja preservação ambiental é necessário expulsar as populações humanas) incrustou na política de unidades de conservação brasileira (federal e estadual). Este não é um problema inerente ao SNUC ou SEUC-PE, pois esses diplomas legais preveem a constituição de áreas de uso sustentável. Essa distorção é produto da ação dos órgãos ambientais governamentais (e de alguns pesquisadores) que são relutantes na implantação de áreas que busquem construir estratégias de uso sustentável dos recursos naturais. Isso fica evidente quando observamos as unidades de conservação constituídas no bioma caatinga de clima semiárido no estado de Pernambuco. Tanto o SNUC quanto o SEUC-PE implantaram majoritariamente áreas protegidas na

modalidade de proteção integral nessa região, mesmo sendo a caatinga um dos biomas mais densamente povoados do país.

O presidente do STR-Petrolina também considera que os únicos beneficiados com a constituição da RVS Tatu-Bola foram as prefeituras municipais. Conforme relatado pelo dirigente, após o decreto que instituiu o RVS as três prefeituras que são abrangidas pela unidade de conservação começaram a receber recursos do ICMS-Verde no valor mensal de R\$600,000,00 que são divididos entre os entes municipais. Contudo, o dirigente sindical avalia que os entes municipais não têm investido esses recursos em ações efetivas de proteção ambiental (dentro e fora da RVS).

Como já exposto em outro momento da pesquisa, a FETAPE e os governos municipais negociaram com o Governo do Estado de Pernambuco para que houvesse uma alteração na modalidade de unidade de conservação, de proteção integral (RVS) para de uso sustentável (APA). Porém desde as discussões realizadas no decorrer de 2015 até o momento, o ente estadual não encaminhou para ALEPE o projeto de lei solicitando tal alteração, gerando assim uma insegurança jurídica na região. Podemos identificar esse receio jurídico e indignação na fala da diretora de Política Agrária

mesmo diante de toda conversa que a gente fez e dos encaminhamentos tirados, é um momento preocupante porque estacionou deles mexerem na reserva da forma em que eles estavam querendo. Mas.... o decreto tá válido que o governo do Estado pode botar o decreto para rodar qualquer hora que ele entender que vai começar a rodar. isso é muito preocupante porque nem mesmo morar os agricultores vão poder morar lá dentro. Porque eles não podem pegar o umbu que caia no chão, imagine para ele tirar do pé um umbu. E ele dentro dessa, dessa, área de reserva tem várias áreas de assentamento, tanto do Crédito Fundiário quanto do INCRA. E o governo desapropria uma área sem o conhecimento do dono, e além que das propriedades particulares tem várias áreas de assentamentos dentro dessa reserva, e nenhum recebe indenização por essa área, o que é pior ainda. Nós temos outra situação que além das áreas de assentamento, nós temos quilombos dentro da área de reserva. E não foi feito uma discussão nesse sentido. Não foi nem identificado que ali era uma área quilombola (no levantamento do Governo do Estado) (GIL, 23/04/2019).

O depoimento da diretora traduz muito bem como a execução inadequada do SEUC-PE no sertão pernambucano promoveu um ambiente de insegurança jurídica e social para o conjunto das comunidades rurais e tradicionais circunscritas na área da RVS. Esse fato demonstra muito bem como a concepção preservacionista da natureza (DIEGUES, 2000) pode causar um conjunto de perturbações nos tecidos sociais quando associada a política pública de áreas protegidas.

A cultura preservacionista subjacente a política pública de unidades de conservação vigente termina concebendo a proteção ambiental por meio do distanciamento e da punição, deixando pouco espaço para construção de processos participativos e educativos. Instala-se aí

um paradoxo, pois teoricamente esse equipamento ambiental tem como finalidade promover a pesquisa, a educação e o turismo (modalidade proteção integral). Entretanto, o processo de constituição e gestão de tais áreas quase sempre geram conflitos agrários e ambientais nas localidades onde são instituídos.

Ao questionarmos a diretora de Política Agrária se a atuação do governo do estado de Pernambuco no período de 2009 a 2018 através do SEUC-PE tem contribuído para preservação da Caatinga, de maneira enfática respondeu: “Olhe, pela experiência do Tatu-Bola acho que o governo do Estado não está conseguindo criar políticas para preservar a caatinga, conforme já falamos anteriormente”. A dirigente faz questão de deixar explícito seu descontentamento e a descrença em relação as medidas de proteção ambiental adotadas pelo governo do estado de Pernambuco no bioma caatinga.

O presidente do STR-Petrolina faz uma crítica interessante em relação a estratégia adotada para criação de unidades de conservação. Ele considera redundante a criação de uma outra área protegida quando a lei já exige que seja preservado 20% da área do imóvel (área de reserva legal), desta forma, dá a seguinte sugestão:

a CPRH, ou a SEMAS, ou o Governo do Estado quer fazer uma área de reserva florestal, e chega e nem demarca a área, e aí a gente propôs, num existe, já existe a área que o certo que é 20% (área de reserva legal), o governo fazia um corredor, era só medir e deixar junto, ia fazendo aqueles corredores, aquelas ilhas, e preservava (MAURÍCIO, 23/04/2019)

O dirigente propõe que o governo busque realizar um planejamento territorial que vise aglutinar o conjunto das áreas de reserva legal existentes dos imóveis rurais circunscritos na caatinga, ao invés de implantar novas unidades de conservação. O fracionamento e a má execução das estratégias territoriais de proteção do meio ambiente (unidades de conservação, áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente) por parte do poder executivo termina gerando inúmeros conflitos e desmobilizando o envolvimento mais efetivo das populações rurais entorno desses equipamentos ambientais.

O mesmo dirigente relatou que em gestões passadas na Prefeitura de Petrolina houve um programa de preservação da caatinga. O programa concedia, a título de bolsa, o valor de um salário mínimo para aquele/a agricultor/a que preservasse 50 hectares dentro do seu imóvel rural. Destacou também que quando houve mudança de grupo político no comando do poder municipal essa iniciativa foi extinta. Esse fato evidencia o quão nociva é a descontinuidade de ações públicas para a preservação da caatinga, demonstrando assim que o meio ambiente é ainda uma política de governo e não de Estado.

Para finalizar essa etapa de nosso estudo, gostaria de deixar claro que, por meio das entrevistas, evidenciam-se que as ações ecológicas da FETAPE (ou a ecologização política desta entidade) no bioma caatinga estão voltadas ao combate do uso abusivo de agrotóxicos, a promoção da agroecologia, a constituição de bancos de sementes e a construção de estratégias de convivência com o semiárido (recursos hídricos), além de moderar os conflitos (agrários e ambientais), que emergem entre os agricultores familiares e as elites locais presentes no bioma caatinga de clima semiárido.

Por fim, a diretoria de Política Agrária faz uma declaração que ressalta a importância, e ao mesmo tempo, o desafio de empreender uma luta a favor da preservação da natureza na Caatinga, a dirigente coloca este quadro da seguinte forma

É muito difícil....pelo outro lado a gente não pode desistir daquilo que a gente acredita, e principalmente de defender os trabalhadores e trabalhadoras que estão sendo prejudicados... que nós somos representantes deles, nós vamos estar fazendo o nosso papel. Mais a questão do meio ambiente é fundamental, pois se a gente não cuidar disso vamos fazer reforma agrária de que forma? Em que tipo de terra a gente quer colocar o nosso povo? É complicada a situação (GIL, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que possamos expor as considerações finais sobre o estudo é necessário, primeiro, recapitular o conteúdo trabalhado ao longo desta investigação em relação à ecologização das ações coletivas da FETAPE voltadas ao bioma caatinga e suas possíveis relações com o SEUC-PE.

Na introdução apresentamos alguns dados que justificam o desenvolvimento do estudo. Ressaltamos que o bioma caatinga mesmo ocupando quase 10% do território nacional (IBGE, 2004), sendo o único bioma genuinamente brasileiro (FREIRE et al., 2018), encontra-se na atualidade com sua estrutura vegetativa desflorestada quase pela metade (IBGE, 2015). A proporção deste problema ambiental fica mais evidente quando observamos outra particularidade do bioma. A caatinga é a área vegetativa com maior densidade de estabelecimentos rurais em posse da agricultura familiar no país (IBGE, 2006; 2017). Esses fatores fundamentaram a escolha do objeto de pesquisa supracitado.

No primeiro capítulo pudemos examinar os marcos teóricos e metodológicos elaborados pelas ciências sociais sobre o tema dos movimentos sociais no Brasil, o fizemos, concatenando com os processos históricos, sociais, econômicos e políticos que influenciaram e forjaram a organização e as lutas dos movimentos sociais rurais em nosso país. No momento seguinte podemos perceber o processo de formação do movimento ambientalista brasileiro e entender, como este, influenciou e se imbricou com as ações coletivas rurais. A partir daí podemos compreender que o processo de ecologização dos movimentos sociais rurais ocorre de forma e intensidade distinta no espaço-tempo, esse processo pode variar conforme a região e o bioma no qual esses atores estão circunscritos. Concluimos, assim, que a dinâmica de ecologização das ações coletivas das comunidades rurais e tradicionais através de seus movimentos sociais e sindicais é um processo não linear que envolve a concepção, reconhecimento, valorização e politização do tema ambiental por parte dessas populações em franca disputa e cooperação com outras concepções sobre a natureza estabelecidas pelas ciências e os governos.

Compreendemos, desta forma, que a ecologização das ações coletivas se trata de um processo não linear no espaço-tempo, que se expressa nas ações de reconhecimento, (re)significação e politização por parte dos movimentos sociais sobre a natureza e suas formas de se relacionar com ela. Então, tal dinâmica também inclui o desenvolvimento (ou não) de medidas (políticas e práticas) que esses movimentos adotam para preservação ambiental do meio o qual estão inseridos.

No segundo capítulo pudemos analisar a emergência do modelo de constituição de áreas protegidas, por intermédio de unidades de conservação, como sendo a estratégia de proteção da biodiversidade mais empregada por inúmeros países no mundo, compreendendo, concomitantemente, os rebatimentos e transformações que essa estratégia protetiva da natureza sofreu no Brasil, bem como seu respectivo processo de institucionalização pelo governo (federal e estadual) por meio de políticas públicas. Em seguida nos aprofundamos nas particularidades ambientais do bioma caatinga e seu quadro no estado de Pernambuco. Identificamos, assim, que mesmo o SNUC quanto o SEUC-PE possibilitem a constituição de unidades de conservação de uso sustentável, no bioma caatinga são implantados de forma majoritária apenas unidades de proteção integral por parte do poder público estadual, essa visão preservacionista da natureza tem gerado conflitos como podemos observar no caso da constituição da RVS Tatu-Bola.

No terceiro capítulo examinamos os fatores históricos e políticos relacionados à organização social camponesa no meio rural de Pernambuco que contribuíram para constituição da FETAPE e, conseqüentemente, na formatação da ação sindical (coletiva) adotada pela instituição. Por outro lado, averiguamos como a produção acadêmica tem interpretado o processo de incorporação e reinterpretação da pauta ambiental por esta instituição, ou seja, o que neste estudo estamos denominando como o processo de ecologização de suas ações coletivas. A luz dos dados coletados por meio de análise documental e da observação empreendido por esta pesquisa, podemos confrontar e tensionar com as informações contidas nas produções acadêmicas, e assim, compreender melhor esse processo dentro da FETAPE.

Fica evidente que a FETAPE vem incorporando em seu repertório de lutas as questões referentes ao meio ambiente e ao bioma caatinga, porém esse processo não é linear, ele muda de forma e intensidade conforme os fatores políticos e sociais (constrangimentos e oportunidades) que envolvem e circunscrevem esse movimento, criando assim os limites e possibilidades da ação ecologizante da instituição. Como já mencionamos em outro momento, a ecologização das ações coletivas da FETAPE pode ser observada em um conjunto de lutas, reivindicações e mobilizações empreendidas pela instituição que visaram, de alguma forma, fomentar mudanças nas “ações de conservação, preservação e gestão do ambiente natural e as ações relacionadas com mudança de padrão técnico de produção” (BRANDENBURG, 2005, p. 03).

Buscando compreender essa dinâmica de forma mais aprofundada dentro da instituição, no quarto capítulo, examinamos as pautas do GTP produzidas entre os anos de 2009 a 2018,

bem como as entrevistas realizadas junto aos dirigentes da instituição. A partir deste corpus pudemos apreender, de forma mais qualificada, o processo de ecologização das ações coletivas da FETAPE, examinando de maneira detalhada a concepção e as reivindicações do movimento em prol da proteção dos recursos naturais, principalmente aquelas relacionadas as questões ambientais do bioma caatinga e suas possíveis relações com a política pública estadual de unidades de conservação.

A investigação demonstrou que a ecologização das ações coletivas da FETAPE está em curso. Dessa maneira, essa dinâmica possui um conjunto de limitações e desafios, entretanto, o tema ambiental tem sido incorporado ao repertório de lutas e mobilizações que a instituição promove. Mesmo que esse processo possa ser considerado ainda de forma incipiente, protocolar, em alguns casos, até acessório, isso não exclui o fato que as questões ambientais relacionadas ao bioma caatinga de clima semiárido permeia a agenda da organização. Os documentos examinados e as entrevistas com os dirigentes evidenciam que as ações ecológicas da FETAPE no bioma caatinga estão voltadas ao combate do uso abusivo de agrotóxicos, a promoção da agroecologia, a constituição de bancos de sementes e a construção de estratégias de convivência com o semiárido (recursos hídricos), além de moderar os conflitos (agrários e ambientais), que emergem entre os agricultores familiares e as elites locais presentes no bioma caatinga de clima semiárido.

Por outro lado, o estudo demonstrou também que o movimento sindical pernambucano possui pouco conhecimento e envolvimento com a política federal (SNUC) e estadual (SEUC-PE) de unidades de conservação. Para os/as dirigentes sindicais não são claras as diferenças e finalidades das estratégias territoriais de proteção do meio ambiente (unidades de conservação, reservas legais e áreas de proteção permanente). As regras e normas que fundamentam a constituição de UCs de proteção integral e de uso sustentável também não são compreendidas em seus detalhes. É notório que o envolvimento da FETAPE com a SEUC-PE só se deu após o litígio ocorrido nas cidades de Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista com a constituição da RVS Tatu-Bola.

Esse envolvimento tardio e conflituoso da FETAPE com o SEUC-PE termina por dificultar a assimilação do movimento dos aspectos positivos, que se bem trabalhados nas unidades de conservação, podem trazer para categoria. Partindo do pressuposto que todos os entes governamentais e não governamentais consideram importante a preservação da caatinga por meio de unidades de proteção integral e de uso sustentável, cabe a FETAPE (os sindicatos e o conjunto das comunidades rurais vinculadas ao sistema sindical) propor e cobrar do poder público estadual que constitua unidades de conservação de uso sustentável na caatinga. Essa

estratégia protetiva além de possibilitar a preservação e o desenvolvimento de técnicas sustentáveis de uso direto, de um bioma tão frágil e particular, também pode contribuir para valorização do território e dos modos de vida das populações rurais. No entanto, é importante deixar claro que a utilização da política de áreas protegidas para fortalecimento dos modos de vida das famílias rurais não é uma tarefa trivial, demanda muito esforço político e institucional para que ele ocorra, tanto por parte do movimento sindical rural como do governo do estado.

Por fim, podemos concluir que a hipótese trabalhada na fase inicial da pesquisa foi confirmada. À luz dos dados coletados e analisados fica evidente que a concepção implementada pelo SEUC-PE para proteção da Caatinga ainda é refém do mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2000a), pois, mesmo atuando num bioma densamente ocupado pela agricultura familiar, o SEUC não constituiu nenhuma UC de uso sustentável, o que tem levado a FETAPE a ter, por um lado, um distanciamento dos debates dessa questão e, por outro, uma negação dessa política ambiental por entendê-la como negadora de seus direitos e limitadoras da reprodução do modo de vida campesino, sentimento esse reforçado com o litígio causado com a implantação da RVS Tatu-Bola.

Como dito anteriormente, está em curso um processo de ecologização das ações coletivas por parte da FETAPE voltada ao bioma caatinga (com seus potenciais e limites), entretanto, esse processo não inclui de maneira enfática a constituição de unidades de conservação de uso sustentável como um dos mecanismos de enfrentamento desse contexto.

Ademais, revelou-se, em contrapartida, um limite do movimento sindical rural pernambucano em subverter os rumos dados a essa política pelo governo estadual, especialmente no que tange a mobilização de forças (político e sociais) para que ocorra a implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e não de proteção integral, vendo naquelas uma aliada importante para a conquista da sustentabilidade e seus históricos direitos sociais. Ademais, revela ainda o desenvolvimento tardio e restritivo da política ambiental de constituição de UCs em Pernambuco no Bioma Caatinga enquanto uma das possíveis facetas da desmobilização social do movimento sindical (e da sociedade em geral) em relação a política pública.

REFERÊNCIAS

- AGUM, R.; RISCADO, P. Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 2, jun/dez, p. 12-42, 2015.
- ALEXANDER, J. C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e desdobramento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.13, n.37, 1998.
- ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres: Conflitos Ambientais e Linguagens de Valoração**. 2º edição, 3º reimpressão, São Paulo, Editora Contexto, 2017.
- ALONSO, Â.; COSTA, V.; MACIEL, D. O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil. *In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, p. 121-144, 2007.
- ANDRADE, M. C. de. A Intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia Política**, Vol 6, nº 4, pag.125-130, out/dez, 1986.
- ANDRADE, T. de L. C. de. Os Impactos Ambientais no Estado de Pernambuco. *In: 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. *In: Anais do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina, Buenos Aires*. v. 1, 1997.
- ARAÚJO, S. M. Ação coletiva: equívocos interpretativos. **Revista internacional interdisciplinar Interthesis**, v. 3, n. 1, Florianópolis, jan/jun, 2006.
- ARAÚJO, T. B.; BEZERRA, M. L. Introdução. *In: IICA. Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Série Desenvolvimento Rural, v.22, p. 31-38, 2017.
- BITOUN, J.; MIRANDA, L. I. B. de.; SOARES, F. R. G.; LYRA, M. R. S. de B.; CAVALCANTI, J. S. A Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros. *In: IICA. Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Série Desenvolvimento Rural, v.22, p. 39-238, 2017.
- BODART, C. N. Teoria dos Movimentos Sociais, **Blog Café com Sociologia**, Notícias, 13/03/2018. Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/teoria-dos-movimentos-sociais/>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BRANDENBURG, A. Ciências Sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. VIII, n. 1, jan/jun, p. 01-13, 2005.
- BRITTO, M. C. W. de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, 2004.
- CASTRO, C. N.. **Agricultura no Nordeste Brasileiro: Oportunidades e Limitações ao Desenvolvimento**. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro, IPEA, 2012.

CEPAN, Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste. **Avaliação das oportunidades de restauração de paisagens florestais para o Estado de Pernambuco, Brasil, (ROAM-PE)**. Organizadores: Severino Rodrigo Ribeiro Pinto, Joaquim José de Freitas Neto, Gabriel Eduardo Favero, Recife, Cepan, 2018.

CORRÊIA, F.; ALMEIDA, M. A. B. de. Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. **Rev. psicol. polít.** vol.12 no.25 São Paulo dez. 2012

CORREIA, M. L. A.; DIAS, E. R. Democracia, Movimentos Sociais e Meio Ambiente. **Revista Justiça do Direito**, vol. 31, n. 1, jan./abr, p. 5-23, 2017.

COSTA JUNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA. A. J. T.; COELHO. M. C. N. (orgs). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. 2º edição, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012. cap. 4, p. 25-65.

COSTA, H. S. Pernambuco e os conflitos socioambientais, **Ecodebate**, Opinião, 25/07/2014. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/07/25/pernambuco-e-os-conflitos-socioambientais-artigo-de-heitor-scalambrini-costa/> . Acesso em: 29 jun. 2019.

CPRH. Agência Estadual de Meio Ambiente. **Descrição das Unidades**, 2019. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/Unidades_de_Conservacao/descricao_das_unidades/41788%3B48981%3B5001%3B0%3B0.asp . Acesso em: 29 junho. 2019.

DESCOLA, P.. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A. C (org). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2º ed, Editora Hucitec, São Paulo. 2000. cap. 5, p. 149-163.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3º ed, Editora Hucitec, São Paulo, 2000a.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C (org). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2º ed, Editora Hucitec, São Paulo, 2000b. cap. 3, p. 50-83.

FAVARETO, A.. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **RBCS**, vol. 21, n. 62, outubro, 2006.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes**, v.37, n. 2, jul-dez, p. 07-25, 2017.

FERREIRA, L. da C. **Ideias Para Uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 3º edição, 2006.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. 4 décadas de Luta! **Revista de aniversário de 40 anos**, Recife, julho, 2006. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/> . Acesso em: 10 fev. 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Pauta Grito da Terra Pernambuco. 2009**. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Pauta Grito da Terra Pernambuco 2011**. Disponível em: < <https://www.fetape.org.br/> >. Acesso em: 10 fev, 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. A Força Que Vem do Campo. **Revista de aniversário de 50 anos**, Recife, edição especial, novembro, 2012. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Pauta Grito da Terra Pernambuco 2013**. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/> . Acesso em: 10 fev. 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Diretrizes Para Convivência com o Semiárido: Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas**. 2013. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/> . Acesso em: 10 fev. 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Reforma do Estatuto Social da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco**. Apresentado ao Cartório de Registro Mariani no dia 30 de junho de 2015, sendo aprovado no dia 22 de outubro, registro 410742, 2015. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/> . Acesso em: 10 out. 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Pauta Grito da Terra Pernambuco 2015**. Disponível em: < <https://www.fetape.org.br/> . Acesso em: 10 fev. 2019.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Pauta Grito da Terra Pernambuco 2017**. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/> . Acesso em: 10 fev. 2019.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. trad. Sandra Netz, 2ª. Edição, Porto Alegre, Bookman, 2004.

FONSECA, A. L. de C. **Do Serviço Florestal do Brasil (SPBr) em 1921 ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de 2006**. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, N. C. F; MOURA, D. C.; SILVA, J. B. da; MOURA, A. S. de; MELO, J. I. M; PACHECO, A. P. **Atlas das Caatingas: o único bioma exclusivamente brasileiro**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

GALIO JUNIOR, H.; OLIVATO, D. Unidades de conservação e política ambiental no Brasil. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março, Universidade de São Paulo, 2005.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, Ed. Atlas S.A., São Paulo, 1989.

GOHN, M. da G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo, Loyola, 1995

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOHN, M. da G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 1º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

- GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 34, set/dez, p. 439-455, 2008b.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai/ago, p. 333-4361, 2011.
- GOHN, M. da G. Marcos referenciais teóricos que tem dado suporte s análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil – 1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 06, n. 14, set/dez, p. 05-33, 2018.
- GRYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, FASE, Editora Vozes, 3º edição, 1991.
- GUIVANT, J. S. A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n.º46. 2º semestre, p. 3-38, 1998.
- GURGEL, H. C.; HARGRAVE, J.; FRANÇA, F.; DIAS, B. F. S.; RODRIGUES, C. G. D.; BRITO, M. C. W. de. Unidades de conservação e o Falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim regional, urbano e ambiental, IPEA**, p. 109-119, 2009.
- HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental: A Formação de uma Perspectiva Social**. Lisboa. Instituto Piaget, 1995.
- IANNI, O. A Utopia Camponesa. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, M. de N. (orgs), **Camponeses Brasileiros vol. I: Leituras e Interpretações Clássicas**. 1ª. edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários – NEAD. 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa dos Biomas**. 2004. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acessado: 23 de jul. 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário. 2006**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> . Acessado: 01 de fev. 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm . Acessado: 02 de fev. 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário. 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acessado: 01 de nov. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>. Acessado: 30 de jun. 2019.
- JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.18, n.1/2, jan/dez, p. 315-338, 2003.
- KOURY, M. G. P. Protestos rurais em Pernambuco: 1964 a 1968. **Sociologia, Problemas e Práticas online**, n. 64, p. 107-126, 2010.

LACERDA, A. C. L.; ALBUQUERQUE, J. V. de; GALVÍNCIO, J. D. Área legalmente protegida sob conflito: o caso da Reserva de Vida Silvestre, Estado de Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, vol. 4, n 7, 2017.

LIMA, M. do S. de A. **Revisitando o campo: lutas, organizações, contradições, Pernambuco 1962-1985**. Tese de Doutorado em História, Recife, UFPE, 2003.

MACIEL, M. A. Unidades de Conservação: breve histórico e relevância para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 90, julho, 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9870. Acesso em ago. 2017.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Edições Vozes. 1986.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira, Editora UNESP, São Paulo, NEAD, 2010.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais do campo**, Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. n.17, junho, 1989.

MENDRAS, H.. **Sociedades Camponesas**. Tradução: Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

MOCELIM, D. G. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais. *In: GEHLEN, I.; MOCELIM, D. G. (org). Organização social e movimentos sociais rurais*. SEAD/UFRGS, vol. 2, Porto Alegre, editora UFRGS, 2018.

MOREIRA, E. C. **Reserva Legal: A evolução e Contribuição Para Um Ambiente Sustentável**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

MORIN, E.. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução: Eloá Jacobina, 8ª edição, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

MUTZENBERG, R. Movimentos Sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. **SINAIS - Revista Eletrônica Ciências Sociais**, Vitoria, CCHN, UFES, edição n. 09, v. 1, junho, p. 127-143, 2011.

MUTZENBERG, R. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Revista Sociedade e Estado**, v 30, n 2, maio/agosto, p. 415-447, 2015.

NEGREIROS, E. de B. **Natureza Mínima: Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco: um estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa**. Tese de Doutorado em Sociologia. Recife. UFPE. 2008.

NIEDERLE, P. et al. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *In: X Congresso ALASRU*, 25 a 30 de novembro de 2018, Montevideu, Uruguai, 2018.

PANDOLFI, M. L. C. de A. Movimentos de Trabalhadores Rurais no Nordeste. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 3, n. 3, jul/dez, p. 269-288, 1987.

PAUPTIZ, J. Elementos da estrutura fundiária e uso da terra no semi-árido brasileiro. *In*: GARIGLIO, M. A; SAMPAIO, E. V. de S. B.; CESTARO, L. A.; KAGEYAMA, P. Y. (orgs). **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga**. Brasília-DF, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), p. 49-64, 2010.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e a questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR-UFSM, ano XV, n. 18, Jul, 2008.

PICOLOTTO, E. L. O sindicalismo da agricultura familiar e a construção da pauta ambiental no sul do Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez, 2012.

PICOLOTTO, E. L.; BRANDENBURG, A.. Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. **Ambient. soc. [online]**. 2015, v.18, n.3, pp.1-18, 2015.

PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, São Paulo, p. 201-238, 2018.

PINTO, L. A. G. A CONTAG de 64 a 76. *In*: WANDERLEY. M. de N. B; FIGUEREDO, V.; PINTO, L. A. G; CARVALHO, A. V. **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, J. et tal. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes. p. 295-316, 2012.

PRATES. A. A. P.; PAIXÃO. A. L.; FREITAS. R. S. **Temas Contemporâneos de Sociologia Clássica**. Belo Horizonte, UFMG, FAFICH. 1991.

QUEIROZ, M. I. P. de. A participação do negro brasileiro em movimentos messiânicos e o problema da marginalização. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, USP, n. 10, p.111-121, 1971.

RAMALHO, C. W. N.; SANTOS, A. P. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 54, p. 256-268, 2018.

RICCI, R. G.. Movimentos e mobilizações sociais no Brasi: de 2013 aos dias atuais. **Saúde Debate**, Rio de janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 90-107, novembro, 2018.

ROSA, M.. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: A reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 473-503, 2004.

SADER, E. A ecologia será política ou não será. *In*: GOLDENBERG, M. (Org.) **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. cap. 2, p. 135-142

SAMPAIO, E. V. de S. B. Características e Possibilidades. *In*: GARIGLIO, M. A; SAMPAIO, E. V. de S. B.; CESTARO, L. A.; KAGEYAMA, P. Y. (orgs). **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga**. Brasília-DF, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Serviço Florestal Brasileiro, p. 29-48, 2010.

SANTOS. M. J. dos. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

- SARTRE, J. P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Tradução e notas de Paulo Perdigão. 20ª Ed, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2011
- SAUER, S.; FRANÇA, F. C. de. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Cad. CRH**, v.25, n.65, Salvador, mai/agost, p. 285-307, 2012.
- SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, ano 13, nº 27, Porto Alegre, mai./ago, p. 180-219, 2011.
- SCHWARTZMAN, S. Florestas Cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. IN: DIEGUES, A. C (org). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2º ed, Editora Hucitec, São Paulo, 2000. cap. 6, p. 257-272,
- SENNET, R. **O declínio do homem público**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- SIGAUD, L.. Ocupações de terra: Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuadernos de Antropoligia Social**, Universidade de Buenos Aires, n. 20, p.11-23, 2004.
- SILVA. J. G. da; KAGEYAMA. A. A; ROMÃO. D. A; NETO. J. A. W.; PINTO. L. C. G. Tecnologias e Campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 3, nº4. out/dez., 1983.
- SILVA. J. C. B. V. **Ecologização do Agricultor Familiar: Avançando desde uma transição ecoformadora**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Meio ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, UFPR. 2014.
- SILVA, T. A. O sindicalismo de trabalhadores rurais em Pernambuco: notas sobre a ação sindical voltada para a questão ambiental. **Revista Qualit@s**, v. 7, n. 2, p.01-21, 2008.
- SILVA, T. A.; SOARES, Luiz F. A questão socioambiental e o sindicalismo rural em Pernambuco, Brasil. **Mundo Agrário: Memória Acadêmica**, v. 17, n. 36, p.01-31, 2015.
- SIQUEIRA, L. de C.. Política ambiental para quem? **Revista Sociedade & Ambiente**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 425-437, 2008.
- SOUZA. M. F. R. de. **Políticas Públicas para Unidades de Conservação no Brasil: Diagnóstico e propostas para uma revisão**. Rio de janeiro. Editora Lumes Juris, 2014.
- SOUZA, J. Dias. **Meio ambiente no Brasil: valores, políticas e normas**. Revista interfaces, edição n, 12, dezembro, p. 103-118, 2016.
- THOMAS, K. O predomínio humano. In: THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 21-69.
- TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan-abr, 2006.
- VALLEJO, L. R. Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. **GEOgrafia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato no Brasil. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator da construção do futuro. *In*: PETERSEN, P. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. 1ª edição. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, v. 52, Supl. 1, Piracicaba-SP, p. S025-S044, 2015.

WARREN, I. S. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 59-79, jan-jun, 1998.

WARREN, I. S. **Redes de Movimentos Sociais**. 4º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

WOORTMAN, E. F. O Saber Camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. *In*: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A; MARIN, R. A. (orgs), **Diversidade do Campesinato: construções identitárias e sociabilidades**. v. II, Leituras e Interpretações Clássicas. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, NEAD, 2009.